

Os Empresários da Cal do Porto Santo durante a Ditadura Militar e o Estado Novo (1927-1974)

The Lime Entrepreneurs in Porto Santo during the Military Dictatorship and the “Estado Novo” (1927-1974)

Dinis Gouveia Pacheco¹

Resumo

A exploração dos recursos minerais do arquipélago da Madeira, mormente no concelho do Porto Santo, suscita o interesse de diversos empresários, não obstante os condicionalismos relacionados com os transportes, as limitações da produção e escoamento no mercado insular e a importação de produtos concorrentes. O extrativismo de calcário está documentado desde o início do século XVII, mas a taxação da mineração e dos seus derivados, enquanto receita municipal, inicia-se de forma efémera durante o reinado de D. Maria II e torna-se definitiva com D. Pedro V. Porém, apenas se taxa a matéria-prima calcinada na ilha da Madeira. Altera-se esta situação com a publicação da Lei n.º 859, de 25 de agosto de 1919, e do Decreto n.º 13787, de 16 de junho de 1927. A Câmara Municipal do Porto Santo fica incumbida de arrecadar os impostos, compreendendo inicialmente o calcário e a cal, e posteriormente, com a diversificação da produção, o carbonato de cálcio. A partir destes registos fiscais,

¹ Mestre em História e Cultura das Regiões pela Universidade da Madeira com a tese *Sociedades e estratégias empresariais nos sectores agro-industriais do vinho e cana sacarina na Madeira (1870-1930)*; docente de História na Escola Básica e Secundária D. Lucinda Andrade, em regime de mobilidade (requisição) nos anos letivos de 2022-2025 no Centro de Estudos de História do Atlântico – Alberto Vieira, da Direção Regional dos Arquivos, das Bibliotecas e do Livro. Investigou a indústria da cal no arquipélago da Madeira, tendo redigido o verbete «Núcleo Museológico – Rota da Cal» para o *Madeira Global: Grande Dicionário Enciclopédico da Madeira* (disponível em <http://tinyurl.com/2s3t7x7p>) e publicado: «A Indústria da Cal no Concelho de São Vicente (Séculos XVII-XX)», in *Arquivo Histórico da Madeira*, Nova Série, n.º 2, 2020; «A Cal e a Construção no Arquipélago da Madeira nos Séculos XV-XVI», in *Arquivo Histórico da Madeira*, Nova Série, n.º 4, 2022; «A Exploração de um Recurso Natural do Porto Santo no Século XX», in *Isleña*, n.º 70, 2022; «Cal, indústria da», in FRANCO, José Eduardo (dir.), 2022, *Madeira Global: Grande Dicionário Enciclopédico da Madeira*, vol. 2, Lisboa, Theya Editores; e «A Cal e a Construção no Arquipélago da Madeira nos Séculos XVII-XVIII», e «A Cal no Arquipélago da Madeira nos Séculos XIX-XX», in *Arquivo Histórico da Madeira*, Nova Série, n.º 6, 2024. Contacto: dinispax@gmail.com.

procura-se traçar um quadro da evolução da indústria e dos empresários e sociedades comerciais. Até meados da década de 1960, cerca de um terço do calcário minerado destinava-se a ser calcinado em fornos estabelecidos no litoral sul da Ilha da Madeira por alguns empresários, que também exploram fornos de cal no Porto Santo. A difusão de diferentes materiais de construção, especialmente na segunda metade do século XX, contribuem para o inevitável retrocesso desta atividade, quer em volume de produção, quer em número de agentes económicos, geralmente empresários em nome individual e sociedades em nome coletivo e por quotas, enquadrados na tipologia de microempresa familiar.

Palavras-chave: Porto Santo; Empresário; Calcário; Empresa Familiar.

Abstract

The exploration of mineral resources in the Madeira archipelago, especially in the municipality of Porto Santo, raises the interest of several entrepreneurs, despite the constraints related to transport, the limitations of production and distribution in the island market, and the import of competing products. Limestone extraction has been documented since the beginning of the 17th century, but the taxation of mining and its by-products, as municipal revenue, began ephemerally during the reign of Queen Maria II and became definitive with King Pedro V. However, only the raw material calcined on the island of Madeira was taxed. This situation changed with the publication of Law No. 859, of 25 August 1919, and Decree No. 13,787, of 16 June 1927. The Porto Santo City Council is responsible for collecting taxes, initially comprising limestone and lime, and later, with the diversification of production, calcium carbonate. Using tax records, we seek to draw a picture of the evolution of this industry and of the entrepreneurs and commercial companies involved. Until the mid-1960s, around a third of the limestone mined was calcined in kilns established on the south coast of Madeira Island by some entrepreneurs who also operated lime kilns in Porto Santo. The spread of different construction materials, especially in the second half of the 20th century, contributed to the inevitable decline in this activity, both in terms of production volume and the number of economic agents, generally individual entrepreneurs and general partnership and private limited companies, which fall under the typology of micro-enterprise family firm.

Keywords: Porto Santo; Entrepreneur; Limestone; Family Firm.

Introdução

O extrativismo de calcário ou pedra de cal no concelho do Porto Santo representa uma oportunidade de negócio abraçada por algumas sociedades e empresários em nome individual, a maior parte dos quais com o objetivo de internalizar custos e diversificar investimentos. Abrem-se pedreiras em vários locais

na ilha do Porto Santo, mas sobretudo no Ilhéu de Baixo que, por este motivo, também se designa de Ilhéu da Cal. Consta que também se encontra esta matéria-prima no Ilhéu de Cima e nas ilhas Selvagens². O conhecimento que ora se possui é muito limitado, pois as fontes que se consegue perscrutar limitam-se quase exclusivamente ao registo de taxas municipais cobradas entre 1928 e 1974. Por este facto, a nossa investigação visa, sobretudo, elucidar sobre o contributo dos vários agentes económicos envolvidos nesta indústria e relevar a importância dos arquivos empresariais para a escrita da história económica e social regional e local.

A indústria da cal não constitui um investimento avultado, uma vez que os fornos e a própria técnica de cozimento se mantêm praticamente inalterados no arquipélago da Madeira nos séculos XIX e XX. A única exceção prende-se com o fabrico de cimento e cal hidráulica a partir de calcário e areias de praia no Porto Santo³. Porém, a principal dificuldade reside na extração e transporte marítimo da matéria-prima que abastece os fornos de cal e ainda de cal e carbonato de cálcio fabricados no concelho do Porto Santo. As embarcações à vela e algumas a motor asseguram o tráfego entre as ilhas do arquipélago habitadas permanentemente e o Ilhéu de Baixo, mas as condições climatéricas adversas e infraestruturas portuárias rudimentares condicionam esta rota.

O Funchal assume-se como o principal mercado da cal. Ali se estabelecem vários fornos e depósitos para venda de cal, mas a urbanização não se compadece com esta indústria poluente, sem esquecer a concorrência de outros produtos usados na construção. Não obstante, o calcário minerado no concelho do Porto Santo também se calcina em fornos de cal de outras localidades, como por exemplo Gaula e Câmara de Lobos, e pode-se desembarcar cal em diferentes portos da Madeira, designadamente no Caniçal, Machico, Ponta do Sol e Ponta Delgada⁴. Em quaisquer dos casos, deixa-se de abastecer estes fornos com calcário na segunda metade da década de 1960, em parte devido aos custos do extrativismo e esgotamento das pedreiras no Ilhéu de Baixo. No que respeita ao carbonato de cálcio fabricado no

² SARMENTO, 1906, *As Selvagens*, pp. 16-17. SILVA e MENESES, 1984, *Elucidário Madeirense*, vol. II, pp. 85-90 e vol. III, pp. 303-306; vejam-se as entradas «Geologia» e «Selvagens». RIBEIRO, 1992, «A cal no Porto Santo», pp. 16-18. NEVES, 1993, «Aproveitamento de um recurso natural do Porto Santo. A cal e o seu transporte para a Madeira», p. 134. GOMES e SILVA, 1997, *Pedra Natural do Arquipélago da Madeira. Importância Social, Cultural e Económica*, p. 20: salienta-se a intensa exploração de calcário.

³ Sobre o fabrico e utilização dos diversos tipos de cal, veja-se: GOMES, 2024, *Casos de Tecnologia (Divulgação Científica). À Margem dos Programas Escolares*, pp. 191-204.

⁴ Arquivo e Biblioteca da Madeira (ABM), Alfândega do Funchal, cx. 10584, cap. 4: reporta-se o desembarque de algumas centenas de sacas de cal no Caniçal, na década de 1960.

Porto Santo, utiliza-se em calagens para preparar o cultivo de flores e frutos na ilha da Madeira.

Este artigo enquadra-se nos estudos de história local ou micro-história. Pretende-se, por isso, destacar uma indústria artesanal, de produção reduzida e totalmente canalizada para o mercado local, onde se enaltece a qualidade de fabrico em publicidade na imprensa. Apesar do condicionamento industrial, proteccionismo aduaneiro e crescimento económico de Portugal, particularmente no terceiro quartel do século XX, o número de empresários interessados na mineração de calcário e fabrico de cal, cal hidráulica, cimento e carbonato de cálcio diminui de forma gradual após a década de 1940.

O presente texto estrutura-se em quatro pontos principais, sem se contabilizar a introdução, conclusão, fontes e bibliografia. No primeiro ponto, discorre-se sobre os arquivos e as empresas, chamando a atenção para a sua importância não apenas na ótica do arquivador e historiador, mas igualmente como estratégia de marca e identidade da empresa e da própria região onde se estabelece. No segundo ponto, dedica-se alguma atenção às empresas familiares que, apesar de não se encontrarem juridicamente definidas, mesmo na atualidade, representam o manancial da maioria das empresas em todas as geografias, evoluindo ou extinguindo-se depois, consoante as estratégias de investimento e sucessórias. No terceiro ponto, aborda-se o exercício da indústria da cal no arquipélago da Madeira, particularmente entre 1928 e 1974, num contexto político e económico muito particular, que corresponde *grosso modo* ao Estado Novo. Por fim, no quarto ponto, seria-se os dados relativos às sociedades e empresários em nome individual registados pela fiscalização municipal, os quais se ordenam em dois subpontos tendo por base o número de anos de atividade, designadamente se foi superior ou inferior a uma década e igual ou inferior a um lustro.

O presente artigo relaciona-se com uma comunicação apresentada no seminário “A História Empresarial em Portugal no Século XX”, organizado pela Direção Regional dos Arquivos, das Bibliotecas e do Livro, através do Centro de Estudos de História do Atlântico – Alberto Vieira, no dia 27 de setembro de 2024⁵. Aproveita-se para agradecer as questões e sugestões levantadas durante e após o período de debate, que se procuram acolher no texto que agora se publica.

⁵ Disponibilizam-se as gravações das sessões de trabalho no canal Youtube da Direção Regional dos Arquivos, das Bibliotecas e do Livro (<https://www.youtube.com/@direcaoregionalarquibib9314>).

1. Arquivos e Empresas

Os estudos de história empresarial revelam-se como um dos campos de investigação mais profícuos da história económica nas décadas recentes, especialmente no que concerne ao crescimento económico contemporâneo. Mas o protagonismo da grande e moderna empresa industrial apenas se consolida em finais do século XIX⁶. Antes disso, a historiografia interessa-se por biografias de mercadores, banqueiros e comerciantes, e estudos sobre as companhias comerciais na Idade Média e Época Moderna⁷.

A nível internacional, assiste-se a uma preocupação crescente com a preservação do património arquivístico empresarial, cujas origens remontam ao início do século XX. Estas fontes de conhecimento histórico representam a memória da empresa e possibilitam a construção de uma identidade que individualiza e promove as suas marcas. Contudo, descuidam-se os arquivos empresariais pelos mais diversos motivos: a falta de espaço e de condições adequadas à sua preservação; a realização de obras e mudança de sede da empresa; a inexistência de arquivistas de formação; o foco na digitalização; e o encerramento da atividade e extinção da firma. Este problema sente-se particularmente em Portugal devido à longevidade reduzida das empresas, mesmo as (poucas) de grande dimensão. Acresce o quadro normativo que negligencia o valor do património arquivístico empresarial para a compreensão da história das comunidades e valorização da identidade regional e local, à exceção do Decreto n.º 429, de 15 de outubro de 1977⁸.

Na verdade, a história de famílias ou casas, e empresas ou firmas confundem-se e espelham um percurso de resiliência que abarca décadas e até séculos de

⁶ CHANDLER e HIKINO, 1997, «The large industrial enterprise and the dynamics of modern economic growth», p. 24. BARRETO e MÓNICA, 1999, *Dicionário de História de Portugal – VIII*, pp. 184-185: afirma-se a maior diversificação de atividades dos grupos empresariais em Portugal e menor internacionalização. COLLI, 2003, *The History of Family Business, 1850-2000*, pp. 6-7. MENDES, 2004, «Elite empresarial e história das empresas: em busca de uma imagem de marca, 1924-2003», p. 19. NEVES, 2007, *Grandes Empresas Industriais de um País Pequeno: Portugal. Da Década de 1880 à 1ª Guerra Mundial*, pp. 24-84: faz-se um balanço à historiografia da empresa.

⁷ GÁRATE-OJANGUREN, 2012, «Historia de los empresarios: ¿una Historia Empresarial?», pp. 40-43.

⁸ MENDES, 2001, «Arquivos Empresariais: História, Memória e Cultura de Empresa», pp. 383-386. MUÑOZ-CAÑAVATE *et al.*, 2017, «Os arquivos empresariais em Portugal: do tradicional ao *cloud computing*», pp. 228-229. SILVA, 2021, «Arquivo, memória e história», pp. 14-15. REIS, 2021, «A Preservação do maior arquivo empresarial em Portugal – breve roteiro documental», pp. 48-50. SILVA, 2024, «O Arquivo Empresarial João de Freitas Martins», pp. 102-106.

atividade comercial⁹. Através da documentação conservada, pode-se esboçar a arqueologia industrial e a inovação tecnológica, os modelos de gestão e, de modo global, a história económica e social¹⁰. Na abordagem seguida em Portugal, a história empresarial contribui para compreender as condições tecnológicas e organizativas que alavancam o crescimento económico, ainda que modesto¹¹.

Como se refere, a história económica negligencia o contributo das empresas no desenvolvimento do país, e em particular nas regiões e territórios insulares. No nosso caso, procura-se evidenciar, ao nível da história local, uma atividade extrativa e transformadora que se desenvolve especialmente no concelho do Porto Santo, com particular relevo no Ilhéu de Baixo, e a sua comercialização na ilha da Madeira durante a Ditadura Militar e o Estado Novo. Porém, salienta-se que este extrativismo remonta ao início do povoamento do arquipélago e encontra-se relativamente documentado a partir do século XVII. Aborda-se este tema em algumas publicações, mas a perspetiva que agora se enceta procura relevar os empresários envolvidos nesta atividade industrial de base tecnológica de antanho¹².

As empresas ou empresários em nome individual envolvidos na mineração de calcário e a sua calcinação em fornos de cal e posterior transporte marítimo, e de matéria-prima para se calcinar em fornos de cal localizados especialmente no Funchal, mas igualmente em outros pontos no litoral sul da ilha da Madeira, deixam de operar neste setor há mais de duas décadas. No momento atual, desconhece-se o destino ou sequer a existência de arquivos empresariais e apenas se acede a este tráfico de forma indireta, isto é, por intermédio de documentação produzida pela fiscalização municipal do Porto Santo após 1927, atualmente em depósito no Arquivo e Biblioteca da Madeira¹³.

A criação do Arquivo Regional da Madeira remonta a 1931. Desde então, destaca-se na importante missão de salvaguarda e divulgação do espólio docu-

⁹ VALDALISO, 2004, «El factor empresarial y el desarrollo económico de España en los siglos XIX y XX», p. 143: salienta-se que a maior parte dos empresários na Europa e Estados Unidos da América descende de famílias com tradição empresarial.

¹⁰ MUÑOZ-CAÑAVATE *et al.*, 2017, «Os arquivos empresariais em Portugal: do tradicional ao *cloud computing*», pp. 225-226. SILVA, 2021, «Arquivo, memória e história», p. 15.

¹¹ BASTIEN, 2004, «A história empresarial em Portugal: um balanço da conjuntura teórica», pp. 47-48: distingue-se a produção de estudos de tipo história-crónica e a historiografia de base científica.

¹² Veja-se: RIBEIRO, 1997, *Porto Santo. Aspectos da sua Economia*. PACHECO, 2020, «A Indústria da Cal no Concelho de São Vicente (Séculos XVII-XX)». PACHECO, 2022, «A Cal e a Construção no Arquipélago da Madeira nos Séculos XV-XVI». PACHECO, 2022, «A Exploração de um Recurso Natural do Porto Santo no Século XX». PACHECO, 2024, «A Cal e a Construção no Arquipélago da Madeira nos Séculos XVII-XVIII». PACHECO, 2024, «A Cal no Arquipélago da Madeira nos Séculos XIX-XX».

¹³ ABM, Câmara Municipal do Porto Santo, cxs. 2028-2031 e cap. 2193: trata-se de coutos de cadernetas referentes ao pagamento de taxas.

mental produzido por instituições públicas e promove-se a investigação científica sobre a história do arquipélago¹⁴. Todavia, o Arquivo encontra-se apto e recetivo a incorporar e tratar documentos privados de valor histórico e cultural, quer se trate de natureza familiar, quer empresarial. A complementaridade entre as fontes históricas de origem pública e privada permite que se construa a historiografia mais circunstanciada.

Na Madeira, salvo raras exceções, continua-se a menosprezar os arquivos das empresas, mormente pelos respetivos titulares. Por isso, no sítio em linha do Arquivo e Biblioteca da Madeira apenas se disponibilizam os instrumentos descritivos respeitantes aos fundos Casa de bordados João Caldeira Leal & C.^a, Lda., Empresa de Electricidade da Madeira, Arquivo William Hinton & Sons e, mais recentemente, a Fábrica de Manteiga das Cruzinhas¹⁵.

No que concerne a publicações sobre a história de empresas e famílias, releva-se por ordem cronológica, alguns títulos: *125 anos de Cerveja na Madeira; Dona Guiomar de Sá Vilhena. Uma Mulher do Século XVIII; Sociedades e Estratégias Empresariais nos Sectores Agro-Industriais do Vinho e Cana Sacarina (1870-1930); Phelps: Percursos de uma Família Britânica na Madeira de Oitocentos; José Avelino Pinto (1941-1998): Um Construtor da Madeira Nova; Os Blandys da Madeira: 1811-2011; A Dialéctica da Blandy Brothers & Companhia Limitada na Economia da Madeira (1920-1974); Os Cossart: Traços de uma Presença Inglesa na Madeira Oitocentista; Henrique Figueira da Silva: o Banqueiro da Madeira; A História do Diário de Notícias na História da Madeira; e Madeira Empreendedora. 40 Figuras Empreendedoras da Cultura Madeirense*; e ainda a transcrição e publicação da correspondência e livros de notas de João Higinio Ferraz, diretor técnico na Fábrica do Torreão, pelo Centro de Estudos de História do Atlântico¹⁶.

¹⁴ *Diário da República*, 2020-04-27, n.º 82/2020, Série I, Decreto Regulamentar Regional n.º 27/2020/M, artigos 2.º e 3.º.

¹⁵ ABM, Instrumentos de descrição documental, disponível em <https://abm.madeira.gov.pt/instrumentos-de-descricao-documental/>, consultado em 2024-09-16.

¹⁶ RIBEIRO, 1996, *125 anos de Cerveja na Madeira*; BARROS, 2001, *Dona Guiomar de Sá Vilhena. Uma Mulher do Século XVIII*; VIEIRA e SANTOS, 2005, *Açúcar, Melaço, Álcool e Aguardente. Notas e Experiências de João Higinio Ferraz (1884-1946)*; VIEIRA e SANTOS, 2005, *João Higinio Ferraz. Copiadores de Cartas (1898-1937)*; PACHECO, 2007, *Sociedades e Estratégias Empresariais nos Sectores Agro-Industriais do Vinho e Cana Sacarina (1870-1930)*; GOUVEIA, 2008, *Phelps: Percursos de uma Família Britânica na Madeira de Oitocentos*; JANES, 2009, *José Avelino Pinto (1941-1998): Um Construtor da Madeira Nova*; BINNEY, 2011, *Os Blandys da Madeira: 1811-2011*; SOUSA, 2012, *A Dialéctica da Blandy Brothers & Companhia Limitada na Economia da Madeira (1920-1974)*; RODRIGUES, 2013, *Os Cossart: Traços de uma Presença Inglesa na Madeira Oitocentista*; SOUSA, 2015, *Henrique Figueira da Silva: o Banqueiro da Madeira*; FRANCO, 2018, *A História do Diário de Notícias na História da Madeira*; TRINDADE, 2019, *Madeira Empreendedora. 40 Figuras Empreendedoras da Cultura Madeirense*.

2. As Empresas Familiares

As empresas desempenham um papel essencial no crescimento económico dos Estados, mas nesta análise deve-se considerar a dimensão dos mercados nacionais e os contextos político e cultural¹⁷. Com a globalização, a expansão geográfica e a complexificação do universo empresarial, destacam-se várias firmas ou marcas que dominam o mercado e são presença frequente na publicidade, na imprensa e atualmente na Internet. Porém, a dinâmica empresarial continua a ser marcada pela grande quantidade e relevância de pequenas e médias empresas (PMEs: empregam-se, respetivamente, entre 10 e 49 e entre 50 e 249 pessoas), muitas das quais de controlo familiar, que atuam transversalmente em vários setores de atividade. Mesmo que se assuma a dimensão de multinacional, procura-se manter a conexão e promover a região de origem e o legado dos fundadores¹⁸.

Em Relatório do Parlamento Europeu, releva-se o papel histórico das empresas familiares enquanto agentes de crescimento económico e desenvolvimento social, representando 85% do universo empresarial europeu e 60% dos postos de trabalho no setor privado [dados relativos a 2014]. Salienta-se o seu importantíssimo papel no desenvolvimento regional, no emprego, transmissão de conhecimentos e organização do território. Afirma-se ainda que a empresa familiar não se encontra definida juridicamente, de forma inequívoca, na generalidade dos Estados europeus e alerta-se para a sua desigual distribuição e relevância económica¹⁹. A própria

¹⁷ CHANDLER e HIKINO, 1997, «The large industrial enterprise and the dynamics of modern economic growth», pp. 24 e 26: afirma-se que as maiores empresas industriais contribuem de forma decisiva para o crescimento económico mundial no século XX. SCHÖTER, 1997, «Small european nations: cooperative capitalism in the twentieth century», p. 178. COLLI, 2003, *The History of Family Business, 1850-2000*, pp. 25-26: relevam-se os estudos multidisciplinares sobre a empresa.

¹⁸ COLLI, 2003, *The History of Family Business, 1850-2000*, pp. 8-11: afirma-se que não existe correlação entre dimensão, propriedade e gestão das empresas. MARQUES, 2018, «Diversity and uniqueness of Family business in the North of Portugal», p. 81. NORA e MARQUES, 2021, «Empresas familiares: desafios e dilemas de uma conceptualização», p. 2.

¹⁹ COLLI, 2003, *The History of Family Business, 1850-2000*, pp. 15-16: refere-se que as empresas familiares representam entre 70% na Espanha e mais de 90% na Suécia no início do século XX. NIEBLER, 2015, *Relatório Sobre as Empresas Familiares na Europa (2014/2210(INI))*, pp. 3-5 e 15: identificam-se mais de 90 definições de empresa familiar na União Europeia. MARQUES, 2018, «Diversity and uniqueness of Family business in the North of Portugal», pp. 80-81: associa-se a empresa familiar a mais de 65% do tecido empresarial europeu e 40% a 50% do emprego em 2009. MARQUES, 2018, *Empresas Familiares da Região Norte. Mapeamento, Retratos e Testemunhos*, pp. 18-19: afirma-se que a representatividade das empresas familiares atinge entre 65% e 90% na América Latina e entre 90% e 95% nos Estados Unidos da América.

historiografia espelha a dificuldade de se conceptualizar uma definição consensual de empresa familiar que possibilite a realização de estudos comparativos²⁰.

Ao nível da economia local, revela-se que as empresas familiares se adaptam melhor ao mercado de trabalho e às oportunidades de negócio, visto que se explora nichos de mercado, mas preserva-se um elevado grau de responsabilidade social. Trata-se especialmente de microempresas (empregam-se menos de 10 pessoas) e PME's, por vezes seculares, onde se perpetua a cultura empresarial e se procura assegurar a viabilidade económica para as gerações vindouras. Na devida medida, privilegia-se a diversificação dos investimentos e aproveita-se o maior conhecimento local e as oportunidades de negócio que, por sua vez, geram emprego e fixam a população na periferia e em regiões mais isoladas, como sejam os espaços insulares. Contudo, a exiguidade do mercado reflete-se, por seu turno, em maior fragmentação do tecido empresarial²¹.

Os estudos empresariais em Portugal incidem sobre grandes empresas ou grupos económicos, procurando-se valorizar o legado e as firmas ou marcas que os patrocinam²². Todavia, o panorama empresarial português caracteriza-se pela afirmação de PME's, nomeadamente empresas de muito pequena dimensão ou microempresas. Estas representam 99,9% das empresas do setor não financeiro do país em 2015, das quais cerca de 96% se podem considerar microempresas²³. Porém, estes percentis permanecem praticamente inalterados entre 2004 e 2022, e se se recua ao século XX, comprova-se a pequena dimensão das empresas portuguesas, reduzida interconexão empresarial e grande volatilidade na sua existência, sintomas de um sistema capitalista pouco desenvolvido²⁴.

²⁰ COLLI, 2003, *The History of Family Business, 1850-2000*, pp. 16-17. NORA e MARQUES, 2021, «Empresas familiares: desafios e dilemas de uma conceptualização», pp. 3-4: salienta-se a falta de consenso na definição de empresa familiar em estudos realizados nas últimas quatro décadas.

²¹ CABRERA ARMAS, CARNERO LORENZO e DÍAS DE LA PAZ, 2001, «El tejido empresarial isleño: 1870-2000. Evolución y características», p. 32. NIEBLER, 2015, *Relatório Sobre as Empresas Familiares na Europa (2014/2210(INI))*, pp. 7-8 e 14. MARQUES, 2018, *Empresas Familiares da Região Norte. Mapeamento, Retratos e Testemunhos*, pp. 7 e 21-22. CAMPOS e COSTA, 2018, «Os critérios para uma definição da empresa familiar», pp. 302-309: define-se a empresa familiar por identificação significativa entre família e empresa.

²² BARRETO e MÓNICA, 1999, *Dicionário de História de Portugal – VIII*, p. 184. MENDES, 2004, «Elite empresarial e história das empresas: em busca de uma imagem de marca, 1924-2003», pp. 26-36.

²³ MARQUES e COUTO, 2017, *SMEs and family SMEs: specificities from the Portuguese socio-business context*, p. 190.

²⁴ SILVA, 2021, «Guerra, Crises e Império: a economia portuguesa entre 1890 e 1930», pp. 169-170. PORDATA, 2023, «Empresas: total e por dimensão»: calcula-se a representatividade das PME's respetivamente em 99,90% e 99,89%.

No caso específico de Portugal, constata-se o predomínio de empresas familiares ligeiramente inferior aos demais estados europeus. Esta tipologia representa cerca de 70% a 80% do conjunto das empresas, mas responde por metade da força de trabalho e dois terços do Produto Interno Bruto (PIB)²⁵. Não obstante, as firmas familiares dominam o tecido empresarial do país e destacam-se pela maior resiliência e longevidade, identificando-se juridicamente com as sociedades por quotas, empresários em nome individual, sociedades unipessoais por quotas e sociedades anónimas. Ao nível local, atuam particularmente no comércio por grosso e a retalho, indústrias transformadoras, construção, consultadoria e alojamento²⁶. Trata-se de empresas incontornáveis na criação de valor para as produções regionais e no fornecimento de serviços à população, contribuindo para se diminuir o êxodo rural e a emigração. Mesmo quando se desenvolve em estreita conexão com os mercados local e regional, pode-se transacionar produtos ou serviços nos mercados nacional e internacional e constituir grupos económicos, alguns dos quais de relevo como a família Blandy no arquipélago da Madeira (Imagem n.º 1)²⁷. Contudo, responsabiliza-se a extrema fragmentação empresarial pela evolução lenta do PIB industrial nas décadas de 1930 e 1940²⁸.

²⁵ MARQUES, 2018, «Diversity and uniqueness of Family business in the North of Portugal», pp. 80-81. MARQUES, 2018, *Empresas Familiares da Região Norte. Mapeamento, Retratos e Testemunhos*, p. 7.

²⁶ USSMAN, 1996, «As empresas familiares – Características e problemática», p. 22: constata-se a frequência do uso do nome do fundador para se identificar a firma. BARRETO e MÓNICA, 1999, *Dicionário de História de Portugal – VIII*, p. 185. BARRETO e MÓNICA, 2000, *Dicionário de História de Portugal – XI*, p. 465: afirma-se que não se altera o regime das sociedades comerciais entre 1926 e 1974. CABRERA ARMAS, CARNERO LORENZO e DÍAS DE LA PAZ, 2001, «El tejido empresarial isleño: 1870-2000. Evolución y características», pp. 27-28: entende-se o aumento das sociedades de responsabilidade limitada como prova de modernização da economia. MARQUES, 2018, *Empresas Familiares da Região Norte. Mapeamento, Retratos e Testemunhos*, pp. 8-9.

²⁷ Veja-se: BINNEY, 2011, *Os Blandys da Madeira: 1811-2011*; SOUSA, 2012, *A Dialéctica da Blandy Brothers & Companhia Limitada na Economia da Madeira (1920-1974)*; CORREIA, 2022, «A família Blandy na Madeira: investimentos e estratégias empresariais no século XIX».

²⁸ CARDOSO, 2021, «Olhando para dentro: 1930-1960», p. 189.

Imagem n.º 1 – Comemoração do 125.º aniversário da firma Blandy Brothers & Companhia, Lda.
(1936-06-24)



Fonte: Museu de Fotografia da Madeira – Atelier Vicente's (MFM-AV), em depósito no ABM, Photographia Vicente, n.º inv. 31385.

Numa época em que se valoriza o empreendedorismo, a criação de empresas resulta precisamente da exploração de oportunidades de negócio e de criação do próprio emprego, embora se possa recrutar outros membros da família e sócios. Deste modo, mescla-se a propriedade, a família e a empresa (modelo dos três círculos) numa dinâmica que envolve investimentos de capital e recursos humanos, plano de negócios e cultura da empresa²⁹. Por este facto, aponta-se o problema da sucessão empresarial, pois encerra-se cerca de metade das firmas após a morte do fundador, e apenas um quinto continua para lá da terceira geração³⁰. Acresce a

²⁹ USSMAN, 1996, «As empresas familiares – Características e problemática», p. 19. MARQUES, 2018, *Empresas Familiares da Região Norte. Mapeamento, Retratos e Testemunhos*, p. 15. NORA e MARQUES, 2021, «Empresas familiares: desafios e dilemas de uma conceptualização», pp. 6-14: apresentam-se várias conceptualizações de empresa familiar.

³⁰ MARQUES, 2018, *Empresas Familiares da Região Norte. Mapeamento, Retratos e Testemunhos*, pp. 18-19.

cristalização das empresas em torno da família e a especialização em determinados produtos, serviços e métodos de produção de índole tradicional e orientados para um determinado mercado, enfrentando-se maiores dificuldades face à inovação tecnológica, necessidades de capital para novos investimentos e concorrência³¹. Contudo, o maior conhecimento do mercado e as relações de confiança que se estabelecem no seio familiar reduzem os custos de transação e, por norma, consegue-se suprir as necessidades de capital e recursos humanos. No decurso do século XX, muitas empresas familiares transformam-se em sociedades anónimas e admitem novos sócios, mas não se abdicam da governança³².

Ao contrário das previsões, nas últimas quatro décadas, o número de PME em Portugal mantém-se praticamente inalterado. As microempresas representam, em média, 95,7% do universo empresarial entre 2004 e 2011, por comparação com 4,2% de PME e apenas 0,1% de grandes empresas (empregam-se mais de 250 pessoas)³³. No que respeita à criação de emprego no setor privado em 2015, as microempresas respondem por 46,4%, e, combinado com as PME, perfazem 79,3%, com o remanescente a cargo das grandes empresas. Já em termos de volume de negócios naquele ano, as microempresas representam apenas 1%, e, em conjunto com as PME, 53,8%, enquanto as grandes empresas alcançam uns relevantes 46,2%³⁴.

Em dados relativos ao conjunto das regiões de Portugal em 2015, destaca-se o norte e a região de Lisboa com o maior número de empresas em atividade, por comparação com o Alentejo, o Algarve e as regiões autónomas dos Açores e Madeira. Na Madeira, no mesmo ano, as microempresas representam 1,9%, as pequenas empresas 2,4% e as médias empresas 2,1%, ou agregando-se as cifras e comparando-se com o todo nacional, fica-se em 1,9%; por seu turno, as grandes empresas no

³¹ USSMAN, 1996, «As empresas familiares – Características e problemática», pp. 22-23. COLLI, 2003, *The History of Family Business, 1850-2000*, pp. 12-15: esclarecem-se alguns preconceitos sobre a empresa familiar.

³² VALDALISO, 2004, «El factor empresarial y el desarrollo económico de España en los siglos XIX y XX», p. 145.

³³ SCHÖTER, 1997, «Small european nations: cooperative capitalism in the twentieth century», p. 180: alerta-se que Alfred Chandler define a grande empresa nos Estados Unidos da América por empregar mais de 20 000 pessoas, enquanto na Europa se opta por 5000 pessoas até 1960, e 10 000 pessoas após essa data. LIMA, 2022, *Empresas em Portugal – 2020*, p. 57.

³⁴ MARQUES e COUTO, 2017, *SMEs and family SMEs: specificities from the Portuguese socio-business context*, pp. 192-193: apontam-se várias hipóteses para a especificidade do tecido empresarial português.

arquipélago representam 1,8%³⁵. Em 2019, as empresas não financeiras na Madeira equivalem a 2,1% do todo nacional e empregam 1,8% da força de trabalho³⁶. As condicionantes geográficas e de comunicações, a dimensão do mercado e a criação de riqueza certamente impactam na menor dinâmica empresarial de espaços insulares³⁷.

A presente investigação sobre os empresários da cal relaciona-se com o extrativismo no concelho do Porto Santo e o seu transporte, transformação e comercialização na ilha da Madeira entre 1928 e 1974. Todavia, a sazonalidade do extrativismo no Ilhéu de Baixo e a tecnologia de fabrico quase artesanal condicionam esta indústria, tal como as condições de navegabilidade no Atlântico³⁸. Assim, procura-se complementar as grandes limitações das fontes consultadas com um levantamento notarial parcial para acompanhar a dinâmica das firmas implicadas neste setor industrial (livros identificados com a alínea “B”, de acordo com o Decreto n.º 8373, de 18 de setembro de 1922)³⁹. A este respeito, relembra-se que a firma ou denominação social constitui uma entidade dinâmica, pois evolui com o desenvolvimento dos negócios e se altera com a morte do fundador. Neste artigo, opta-se por utilizar o nome individual dos empresários ou a denominação mais recente das firmas no período em análise, denotando-se a transformação das sociedades por quotas em sociedades anónimas de responsabilidade limitada.

No contexto nacional, implementa-se o condicionamento industrial, a partir de 1931, como reflexo da Grande Depressão mundial, visando minorar a concorrência entre as empresas e, por esta via, evitar-se o aumento do desemprego

³⁵ MARQUES e COUTO, 2017, *SMEs and family SMEs: specificities from the Portuguese socio-business context*, pp. 193-195: reportam-se 20 992 empresas na Madeira (19 929 microempresas, 927 pequenas, 120 médias e 16 grandes empresas) e 1 112 000 no país.

³⁶ PORDATA, 2019, *Retrato da Madeira*, p. 37: indicam-se 26 400 empresas na Madeira e 1 242 693 no país. LIMA, 2022, *Empresas em Portugal – 2020*, pp. 19 e 38: quantificam-se 1 316 256 empresas em 2020 e aponta-se para 15 530 grupos de empresas no ano anterior.

³⁷ RAMOS, 2021, «A estrutura empresarial da Madeira no período pós-adesão à Comunidade Europeia (1988-2008): análises e desempenho», pp. 717-719. FREITAS, 2013, *A Madeira na Segunda Guerra Mundial. Economia, Política e Sociedade*, pp. 179-180.

³⁸ PACHECO, 2022, «A Exploração de um Recurso Natural do Porto Santo no Século XX», pp. 84-87: constata-se o reduzido volume de calcário embarcado entre os meses de outubro e fevereiro (inferior a 10%).

³⁹ Opta-se por perscrutar os notários do Porto Santo e Funchal, particularmente os livros «para as escrituras de sociedades comerciais e suas alterações, modificações, ratificações ou aditamentos, compreendendo as cessões de cotas ou partes sociais, e bem assim para as respectivas dissoluções, liquidações e partilhas» (*Diário do Governo*, 1922-09-18, n.º 194/1922, Série I: Decreto n.º 8373: art.º 38.º, §1.º, alínea b)).

e a instabilidade social. A Constituição de 1933 reforça esta política económica, afirmando-se o controlo do Estado sobre toda a atividade produtiva, a par de protecionismo aduaneiro e preços administrativos. Porém, esta proteção desincentiva a inovação e diminui a competitividade das empresas e dos produtos fabricados em Portugal, pois estes destinam-se essencialmente a substituir as importações, pelo menos até à década de 1960. Ainda assim, possibilita-se o desenvolvimento de grandes grupos financeiros e industriais, como a Companhia União Fabril e os grupos Champalimaud e Espírito Santo, os quais conseguem negociar vantagens para operar no mercado e formar monopólios ou oligopólios⁴⁰.

Apesar de todo o controlo sobre a atividade económica, o Estado Novo revela-se avesso à criação de empresas públicas. Estas são praticamente inexistentes no território nacional, mas tal não significa o alheamento do Governo na governança das empresas. Na realidade, o Estado afirma-se como acionista de várias empresas mistas e detém uma carteira de títulos que o alicerça como maior acionista de Portugal⁴¹. Não obstante, esta cooperação entre empresas e Estado revela-se um denominador comum em países de pequena dimensão⁴².

Pode-se qualificar os resultados económicos de Portugal no século XIX e na primeira metade do século XX como fracos, tendo em consideração o crescente atraso económico do país. Mesmo após se alcançar o equilíbrio orçamental em 1929, já com Salazar na pasta das Finanças, adota-se uma política económica que visa particularmente os campos da receita e controlo da despesa pública⁴³. A Grande Depressão apenas se faz sentir em 1931, e no ano seguinte a economia portuguesa

⁴⁰ MATA e VALÉRIO, 1994, *História Económica de Portugal. Uma Perspectiva Global*, pp. 191-192, 211-212 e 216-217. RODRIGUES e MENDES, 1999, *História da Indústria Portuguesa. Da Idade Média aos Nossos Dias*, pp. 283-287. BARRETO e MÓNICA, 1999, *Dicionário de História de Portugal – VIII*, pp. 141-142 e 184-185. GARRIDO, 2004, «Henrique Tenreiro: um empresário do sector público-corporativo da economia salazarista?», pp. 300-301. AGUIAR e MARTINS, 2005, «A indústria», pp. 193-194. CONFRARIA, 2005, «Política económica», pp. 399-400. GAROUPA e ROSSI, 2005, «Instituições e quadro legal», p. 443. CARDOSO, 2021, «Olhando para dentro: 1930-1960», pp. 195 e 198-199. AMARAL, 2021, «A busca da democracia: 1960-2000», pp. 237 e 243-244: referem-se incentivos fiscais, isenções aduaneiras *ad hoc* e facilidade no acesso ao crédito.

⁴¹ RODRIGUES e MENDES, 1999, *História da Indústria Portuguesa. Da Idade Média aos Nossos Dias*, pp. 301. AMARAL, 2021, «A busca da democracia: 1960-2000», pp. 238-239. AMARAL, 2022, *Economia Portuguesa. As Últimas Décadas*, p. 36.

⁴² SCHÖTER, 1997, «Small european nations: cooperative capitalism in the twentieth century», pp. 192-193.

⁴³ RODRIGUES e MENDES, 1999, *História da Indústria Portuguesa. Da Idade Média aos Nossos Dias*, pp. 281-283: destaca-se a «ditadura financeira» entre 1928 e 1932. AGUIAR e MARTINS, 2005, «A indústria», pp. 193-194. SILVA, 2021, «Guerra, Crises e Império: a economia portuguesa entre 1890 e 1930», p. 157. AMARAL, 2022, *Economia Portuguesa. As Últimas Décadas*, pp. 30-31.

já apresenta sinais de recuperação⁴⁴. No entanto, a proteção de empresas e indústrias pouco competitivas e de fraca capacidade exportadora inviabiliza a aproximação de Portugal às economias mais desenvolvidas. Esta situação só se altera de forma significativa no terceiro quartel do século XX. Este último período corresponde a praticamente três décadas de crescimento económico, justificado pelo investimento em infraestruturas de que o país carece e setores industriais capital-intensivos ou orientados para a exportação⁴⁵.

3. A Indústria da Cal no Porto Santo

A ideologia liberal triunfa em Portugal nas primeiras décadas do século XIX, e com ela se liberaliza a pesquisa de minérios no subsolo. Apenas se salvaguarda a devida informação da atividade extrativa às autoridades locais e o cumprimento da Lei e posturas municipais. No caso do Porto Santo, conhecem-se e exploram-se pedreiras de calcário desde o século XVII, mas apenas se atribui temporariamente a receita fiscal do extrativismo ao município no reinado de D. Maria II, precisamente para se permitir alguns investimentos imprescindíveis e concomitantemente gerar-se emprego, como sejam o cemitério, arruamentos e abastecimento de água, que de outro modo se não poderiam realizar devido à debilidade económica e recorrentes crises de subsistência⁴⁶.

A criação do imposto sobre o calcário transportado para a Madeira deve-se a D. Pedro V, em 1859. Porém, nos primeiros anos do século XX, estabelecem-se fornos de cal no Porto Santo⁴⁷, por forma a se escapular ao pagamento daquela taxa mediante o embarque de cal viva ou hidratada para a ilha da Madeira. Estes investimentos coincidem com a organização de um cartel entre os industriais da cal

⁴⁴ CARDOSO, 2021, «Olhando para dentro: 1930-1960», pp. 191-192.

⁴⁵ AGUIAR e MARTINS, 2005, «A indústria», pp. 193-194. CONFRARIA, 2005, «Política económica», p. 400. AMARAL, 2021, «A busca da democracia: 1960-2000», pp. 243-244. AMARAL, 2022, *Economia Portuguesa. As Últimas Décadas*, pp. 30-31.

⁴⁶ BRANCO, 2023, «As causas da falência do modelo económico no Porto Santo durante o século XIX», pp. 352-359. PACHECO, 2024, «A Cal e a Construção no Arquipélago da Madeira nos Séculos XVII-XVIII», pp. 485-486: afirma-se que os rendimentos do calcário e cantaria pertencem ao donatário até 1770. PACHECO, 2024, «A Cal no Arquipélago da Madeira nos Séculos XIX-XX», pp. 504-514.

⁴⁷ RIBEIRO, 1997, *Porto Santo. Aspectos da sua Economia*, pp. 47-56: contabilizam-se 16 fornos de cal no concelho do Porto Santo. SOUSA e MENEZES, 2009, *Inventário do Património Imóvel da Ilha do Porto Santo*, p. 40: assinalam-se vestígios arqueológicos de fornos de cal: dois no Cabeço da Ponta, três no Campo de Baixo, um na Serra de Fora e um na Fontinha.

no Funchal, formalizado por escrituras notariais em 1903 e 1904⁴⁸. Nele tomam parte, inicialmente, Blandy Brothers & Companhia, Lda., António Joaquim de Freitas, Andrade & Marques e João Frederico Rego, aos quais se associa, na década seguinte, William Hinton & Sons, a firma que explora a Fábrica do Torreão, onde se usa um forno de cal em apoio ao fabrico de açúcar de cana sacarina. À época, a firma familiar Hinton, de capital britânico, assume-se como a única grande empresa do arquipélago (Imagem n.º 2)⁴⁹.

Imagem n.º 2 – Almoço na Fábrica do Torreão por ocasião da “Festa do Trabalho” (1935-07-17)



Fonte: MFM-AV, em depósito no ABM, Photographia Vicente, n.º inv. 13551.

⁴⁸ SCHÖTER, 1997, «Small european nations: cooperative capitalism in the twentieth century», p. 193: constata-se a utilidade de cartéis em Estados de pequena dimensão no período anterior à I Guerra Mundial. PACHECO, 2024, «A Cal no Arquipélago da Madeira nos Séculos XIX-XX», pp. 555-561.

⁴⁹ JONES, 1997, «Great Britain: big business, management, and competitiveness in twentieth-century Britain», pp. 103-109: discute-se a relação entre o “capitalismo pessoal” e o declínio económico britânico anterior a 1945. RODRIGUES e MENDES, 1999, *História da Indústria Portuguesa. Da Idade Média aos Nossos Dias*, pp. 309-311. PACHECO, 2007, *Sociedades e Estratégias Empresariais nos Sectores Agro-Industriais do Vinho e Cana Sacarina (1870-1930)*, p. 91.

A rivalidade entre os industriais da cal estabelecidos no Porto Santo e no Funchal transparece na Câmara dos Deputados em 1919⁵⁰. No projeto de lei para se taxar a importação de cal, apresentado pelo deputado Pedro Góis Pita, alega-se o possível desemprego de algumas centenas de operários da cal na Madeira, bem como o risco assumido em investimentos por alguns industriais e a perda de receita fiscal do Estado e Câmara Municipal do Porto Santo⁵¹. Assim, com a aprovação da Lei n.º 859, de 25 de agosto de 1919, sujeita-se toda a cal importada ao pagamento da taxa de 0,003 escudos por litro na Alfândega do Funchal⁵², isto é, aproximadamente três escudos por metro cúbico ou tonelada. Esta tributação não agrada à Vereação do Porto Santo, pois «não a solicitaram, mas logo perceberam com mágoa o ruinoso resultado de tal projecto, qual é o de, coarctando a liberdade de trabalho acabar por completo com a indústria nascente da cal preparada nesta ilha»⁵³. O descontentamento deve-se igualmente a não se alterar a taxa alfandegária que incide sobre o calcário importado, cuja concorrência dificulta a exploração mineira no concelho⁵⁴.

Em relatório da agência do Banco de Portugal no Funchal, de início da década de 1920, reporta-se o aparecimento de uma nova indústria para se aproveitar a sílica calcária na ilha do Porto Santo, por iniciativa de uma empresa recentemente constituída. No mesmo documento, elogia-se a capacidade dos gestores para se fabricar cimento com as areias de praia⁵⁵. Contudo, nunca se alcançam os resultados esperados com este investimento, nem mesmo recorrendo ao arrendamento da fábrica no final desta década e na década seguinte.

Através do Decreto n.º 13787, de 16 de junho de 1927, atualizam-se os impostos do calcário e cal⁵⁶. Contudo, manteve-se a disparidade entre a cal fabricada no Porto Santo, taxada a 15 escudos por tonelada, e a expedição da matéria-prima

⁵⁰ *Diário da Câmara dos Deputados*, IV Legislatura, Sessão Legislativa 1, 13.ª Sessão, 25 de junho de 1919, p. 8.

⁵¹ PACHECO, 2022, «A Exploração de um Recurso Natural do Porto Santo no Século XX», p. 76.

⁵² *Diário do Governo*, 1919-08-25, n.º 169/1919, Série I: Lei n.º 859. PACHECO, 2022, «A Exploração de um Recurso Natural do Porto Santo no Século XX», p. 77.

⁵³ ABM, Câmara Municipal do Porto Santo, liv. 8, fls. 32v.º-33, 19 de julho de 1919.

⁵⁴ PACHECO, 2022, «A Exploração de um Recurso Natural do Porto Santo no Século XX», p. 77.

⁵⁵ FREITAS, 2015, *A Madeira nos Tempos de Salazar*, pp. 21-22: refere-se a potencialidade económica das areias do Porto Santo em vários relatórios.

⁵⁶ *Diário do Governo*, 1927-06-16, n.º 124/1927, Série I: Decreto n.º 13787. PACHECO, 2024, «A Cal no Arquipélago da Madeira nos Séculos XIX-XX», pp. 527-528.

para se fabricar a cal na Madeira, taxada a 3,5 escudos por tonelada, mas inova-se na cobrança das taxas que, desta feita, ficam sob a alçada da Câmara Municipal do Porto Santo. A partir de então, a Alfândega do Funchal limita-se a supervisionar este tráfico, sobre o qual se desconta 2% do valor das taxas para financiar o Hospital da Santa Casa da Misericórdia do Funchal.

Após se tomar conhecimento do citado Decreto, contesta-se a discriminação dos industriais da cal do concelho do Porto Santo e solicita-se o aumento da taxa que incide sobre a tonelada de calcário para 11,1 escudos⁵⁷. Não obstante, contrata-se os serviços de um advogado para se assegurar a legalidade do regulamento destinado a arrecadar aquelas taxas. Assim, os impostos «devidos e cobráveis no momento do embarque, poderão, sendo caucionados pelos interessados, serem pagos na Tesouraria Municipal» no prazo de 30 dias após o embarque. A Alfândega do Funchal serve-se de guias de trânsito ou de documento passado pelo fiscal que se desloca ao Ilhéu de Baixo para fiscalizar este tráfico⁵⁸. Assim, conclui-se que qualquer indivíduo ou empresa pode despachar cal ou calcário para a Madeira, conquanto se responsabilize por pagar as taxas devidas ou se afiance. Por isso, verificam-se inúmeros carregamentos de produtos calcários para a Madeira de periodicidade única, que se podem associar a aquisições para consumo particular.

A fiscalidade sobre a expedição de produtos calcários manteve-se praticamente inalterada por mais de três décadas, pois apenas se atualizam as taxas com a publicação do Decreto n.º 42925, de 16 de abril de 1960. Os valores aprovados determinam a taxa de 25 escudos por tonelada de cal, 6 escudos por tonelada de calcário, e cria-se a taxa de 7 escudos por tonelada de carbonato de cálcio. Todavia, a Vereação do Porto Santo toma a iniciativa de taxar o carbonato de cálcio em 1946, equiparando-se este produto a calcário moído que se utiliza em calagens na ilha da Madeira⁵⁹.

A nossa pesquisa sobre os empresários da cal sustenta-se no levantamento efetuado no fundo arquivístico da Câmara Municipal do Porto Santo, incorporado no Arquivo e Biblioteca da Madeira, designadamente os Coutos das Cadernetas Referentes à Exportação de Cal e Pedra Calcária e os livros de Registo Diário da Exportação de Cal e Pedra Calcária e Conta-Corrente com os Exportadores de Cal e

⁵⁷ PACHECO, 2024, «A Cal no Arquipélago da Madeira nos Séculos XIX-XX», p. 528.

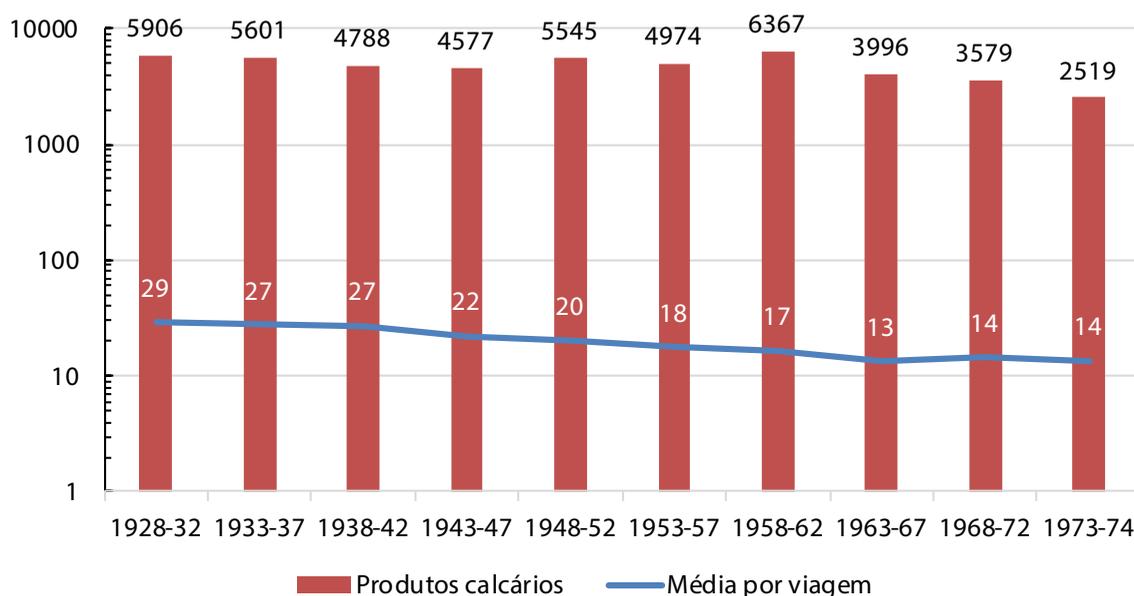
⁵⁸ ABM, Câmara Municipal do Porto Santo, liv. 2, fls. 3-4v.º, 21 de julho de 1927: o regulamento, composto por 14 artigos, entra em vigor uma semana após estar afixado ao público; fl. 15v.º, 8 de setembro de 1927: depende-se 350 escudos com «a consulta jurídica e redacção do regulamento».

⁵⁹ *Diário do Governo*, 1960-04-16, n.º 89/1960, Série I, Decreto-Lei n.º 42925. PACHECO, 2024, «A Cal no Arquipélago da Madeira nos Séculos XIX-XX», pp. 537-538.

Pedra Calcária⁶⁰. Consegue-se elaborar sequências praticamente completas para o período de 1928 a 1974, nas quais se discrimina: expedidor, embarcação, tonelagem, data, valor das taxas e, por vezes, locais de embarque e desembarque dos produtos calcários.

As fontes consultadas não nos permitem estudar a dinâmica empresarial do setor extrativista do calcário. Todavia, através dos livros e coutos de cadernetas de taxaço do calcário, cal e carbonato de cálcio consegue-se elencar os principais agentes económicos envolvidos na exploração de pedreiras de calcário no Porto Santo e no Ilhéu de Baixo e no processamento desta matéria-prima. Na série de dados compilados para o período considerado, apenas nos falta o ano de 1971 e o segundo semestre de 1973. Opta-se por organizar os dados em médias quinquenais e representar em escala logarítmica (Gráfico n.º 1). Este fabrico prossegue até meados da década de 1990⁶¹, embora o fundo arquivístico apenas contemple dados incompletos referentes a 1979, 1980 e 1986, impossibilitando a sistematização desta atividade nos anos posteriores a 1974.

Gráfico n.º 1 – Produtos calcários expedidos do Porto Santo e do Ilhéu de Baixo (1928-1974)
(médias quinquenais, em toneladas)



Fonte: ABM, Câmara Municipal do Porto Santo, livs. 246-253; cxs. 2028-2031; e cap. 2193.

⁶⁰ ABM, Câmara Municipal do Porto Santo, livs. 246-253; cxs. 2028-2031; e cap. 2193.

⁶¹ RIBEIRO, 1997, *Porto Santo. Aspectos da sua Economia*, p. 14.

Através da observação dos dados seriados no gráfico acima, pode-se concluir que a expedição de produtos calcários atinge picos nas décadas de 1930, e 1960, que se podem relacionar com investimentos em obras públicas naquelas décadas, designadamente os prolongamentos do molhe e cais do Funchal e a construção de aeroportos no Porto Santo e Santa Cruz, mas também na rede de estradas, aproveitamentos hidráulicos e edifícios públicos⁶². Notam-se igualmente quebras no final da década de 1930, e na primeira metade da década de 1940, coincidentes com as dificuldades de abastecimento durante a II Guerra Mundial, seguindo-se a rápida recuperação nos anos imediatos e novo retrocesso⁶³. Na década de 1960, inicia-se a inflexão continuada deste tráfico, que se prolonga no restante período em análise, em correlação com o aumento das taxas e o novo imposto sobre o carbonato de cálcio. No final desta década, cessa o embarque de calcário para se calcinar na Madeira, culminando com a expedição de um carregamento de 5 t em 1969, extraído em pedreiras localizadas no Campo de Baixo, na ilha do Porto Santo, enquanto o último movimento no Ilhéu de Baixo tem lugar dois anos antes. Assim, encerram-se os fornos de cal no Funchal e Câmara de Lobos por inexistência de matéria-prima, sem descurar a legislação que equipara estas unidades industriais a estabelecimentos insalubres, incómodos e perigosos⁶⁴.

Em contraciclo, o número de viagens das embarcações de carreira ou particulares que transportam produtos calcários para a Madeira mantém-se com tendência ascendente até ao início da década de 1960, levando-nos a inferir a diminuição paulatina da carga média transportada em cada embarcação, pois passa-se de cerca de 30 t no primeiro quinquénio para menos de metade após 1963. Estes dados, de certa forma, contrariam a tendência geral de aumento da tonelagem das embarcações e investimentos em infraestruturas portuárias do arquipélago. Assim, entende-se o menor volume transportado como resultado do decréscimo do consumo, apesar da maior disponibilidade de ligações marítimas. A título de

⁶² RODRIGUES e MENDES, 1999, *História da Indústria Portuguesa. Da Idade Média aos Nossos Dias*, pp. 285-286. MOTA, 2016, «Obras públicas na Madeira: prioridades, opções, tendências (1903-1974)», pp. 117-126.

⁶³ FREITAS, 2013, *A Madeira na Segunda Guerra Mundial. Economia, Política e Sociedade*, pp. 159-164. CARDOSO, 2021, «Olhando para dentro: 1930-1960», p. 210: constata-se a dependência da indústria portuguesa na importação em larga escala de fontes de energia e maquinaria, assim como a rutura de abastecimentos e transportes com o eclodir do conflito.

⁶⁴ *Diário do Governo*, 1922-09-02, n.º 181/1922, Série I: na Tabela 1 do Decreto n.º 8364, de 25 de agosto de 1922: associam-se os fornos de cal a «Fumo, poeiras, gases nocivos e perigo de incêndio».

exemplo, cerca de dois quintos do valor total das mercadorias descarregadas no porto do Funchal entre 1960-1961 correspondem a cimento importado, enquanto o valor da cal se computa em menos de 1%⁶⁵. No arquipélago das Canárias, a indústria da cal também se torna economicamente irrelevante após a década de 1960⁶⁶.

As embarcações envolvidas na rota comercial entre o Porto Santo e a Madeira no período considerado perfazem cerca de quatro dezenas. Apresentam-se, por ordem decrescente, os nomes das que realizam cerca de uma centena ou mais viagens e referencia-se o período de utilização: *Arriaga* (1928-1974: 2028 viagens), *Maria Cristina* (1928-1974: 1545 viagens) (Imagem n.º 3), *Cruz Santa* (1944-1974: 1288 viagens), *Devoto* (1947-1974: 1159 viagens), *Camalobense* (1947-1974: 972 viagens), *Portosantense* (1929-1965: 746 viagens), *Netuno* (1928-1948: 570 viagens), *Cisne* (1932-1967: 519 viagens), *Salvador* (1928-1957: 514 viagens), *Gavião* (1930-1951: 498 viagens), *S. Jorge* (1928-1938: 315 viagens), *Calcamar* (1931-1943: 267 viagens), *S. Sebastião* (1946-1952: 216 viagens) *S. José* (1928-1941⁶⁷: 177 viagens), *Butio* (1928-1938: 119 viagens) e *S. Pedro* (1928-1935: 97 viagens)⁶⁸. No que concerne à capacidade de carga, taxa-se o *S. Pedro* em 40 t, o *Netuno* em 50 t e o *Butio* em 60 t, mas também se taxa este último em 120 t, entendendo-se que se subavalia o tráfico, particularmente os embarques de calcário discriminados em toneladas e quintais, enquanto a cal se contabiliza em kg⁶⁹. Nas viagens de retorno, pode-se transportar carvão, madeiras e mantimentos de que o Porto Santo carece, mas igualmente passageiros, especialmente veraneantes e em épocas festivas.

⁶⁵ ABM, Alfândega do Funchal, cx. 7064, doc. 13: considera-se o período de 1 de julho de 1960 a 30 de junho de 1961.

⁶⁶ MANZANO CABRERA e MIRELES BETANCOR, 2021, «Evolución de los hornos de cal a través del tiempo en las ciudades de Canarias», pp. 88-89: refere-se o fim da utilização de cal nas últimas décadas do século XX.

⁶⁷ ABM, Câmara Municipal do Porto Santo, liv. 8, fls. 133v.º-134, 29 de maio de 1941: solicita-se o cancelamento do imposto devido ao naufrágio da embarcação *S. José* com carga de calcário para a firma J. Farinha & Companhia, Lda.

⁶⁸ Além das nomeadas, contabilizam-se 22 embarcações que realizam menos de 25 viagens (ressalve-se a ausência de informação em 341 coutos de cadernetas e a lacuna de 18 meses).

⁶⁹ ABM, Câmara Municipal do Porto Santo, liv. 2, fl. 15v.º, 8 de setembro de 1927; fls. 50-50v.º, 7 de junho de 1928; fl. 63, 26 de julho de 1928. ABM, Câmara Municipal do Porto Santo, liv. 3, fl. 12v.º, 6 de setembro de 1929; fl. 15v.º, 20 de junho de 1929. ABM, Câmara Municipal do Porto Santo, liv. 4, fls. 117-117v.º, 16 de julho de 1932.

Imagem n.º 3 – Embarcação *Maria Cristina* a içar a âncora (local e data não identificados)



Fonte: MFM-AV, em depósito no ABM, Perestrellos Photographos, n.º inv. 5188.

Os fornos de cal no arquipélago da Madeira correspondem a pequenas unidades de produção que se podem qualificar, na generalidade, como microempresas de gestão familiar. Segundo os dados que nos foi possível apurar, empregam-se em média dois a cinco operários em fornos de cal. Mesmo o forno do maior fabricante do arquipélago, responsável por mais de metade de toda a produção, não emprega mais que duas dezenas de operários. Por isto, apenas este estabelecimento se pode equiparar, em termos de dimensão, a uma pequena empresa. Esta realidade regional assemelha-se em muito à do restante país em 1938, uma vez que se emprega em média cinco operários em fornos de cal e gesso, ou seja, este setor industrial caracteriza-se por ser essencialmente trabalho-intensivo⁷⁰. O valor dos equipamentos

⁷⁰ RODRIGUES e MENDES, 1999, *História da Indústria Portuguesa. Da Idade Média aos Nossos Dias*, p. 312: aponta-se maior número de operários por fábrica nos setores do tabaco, cimento e açúcar, respetivamente 700, 425 e 208 operários. MATOS et al. (dir.), 2008, *História dos Açores. Do Descobrimento ao Século XX*, p. 198: referem-se menos de cinco operários em cerca de 80% dos estabelecimentos industriais no início da década de 1970.

industriais no Porto Santo demonstra isso mesmo, pois transacionam-se fornos de cal e equipamentos a 5000 e a 10 000 escudos na década de 1930, enquanto no início da década precedente se constitui uma sociedade com 260 000 escudos de capital social para se fundar uma fábrica de cimento⁷¹.

A localização dos fornos de cal obedece a alguns critérios comuns à generalidade destes estabelecimentos industriais, designadamente a proximidade às pedreiras, ao abastecimento de água e a fonte de combustível, no litoral ou eixos de comunicação e junto a grandes obras e urbes⁷². Comprova-se esta situação no forno de cal no Ilhéu de Baixo ou da Cal, no Ribeiro Cochim e Ribeiro Salgado no Porto Santo e na concentração de fornos de cal próximos às fozes da ribeira de João Gomes no Funchal e da ribeira do Porto Novo em Gaula, e na área das Salinas em Câmara de Lobos.

4. Os Produtos Calcários do Porto Santo

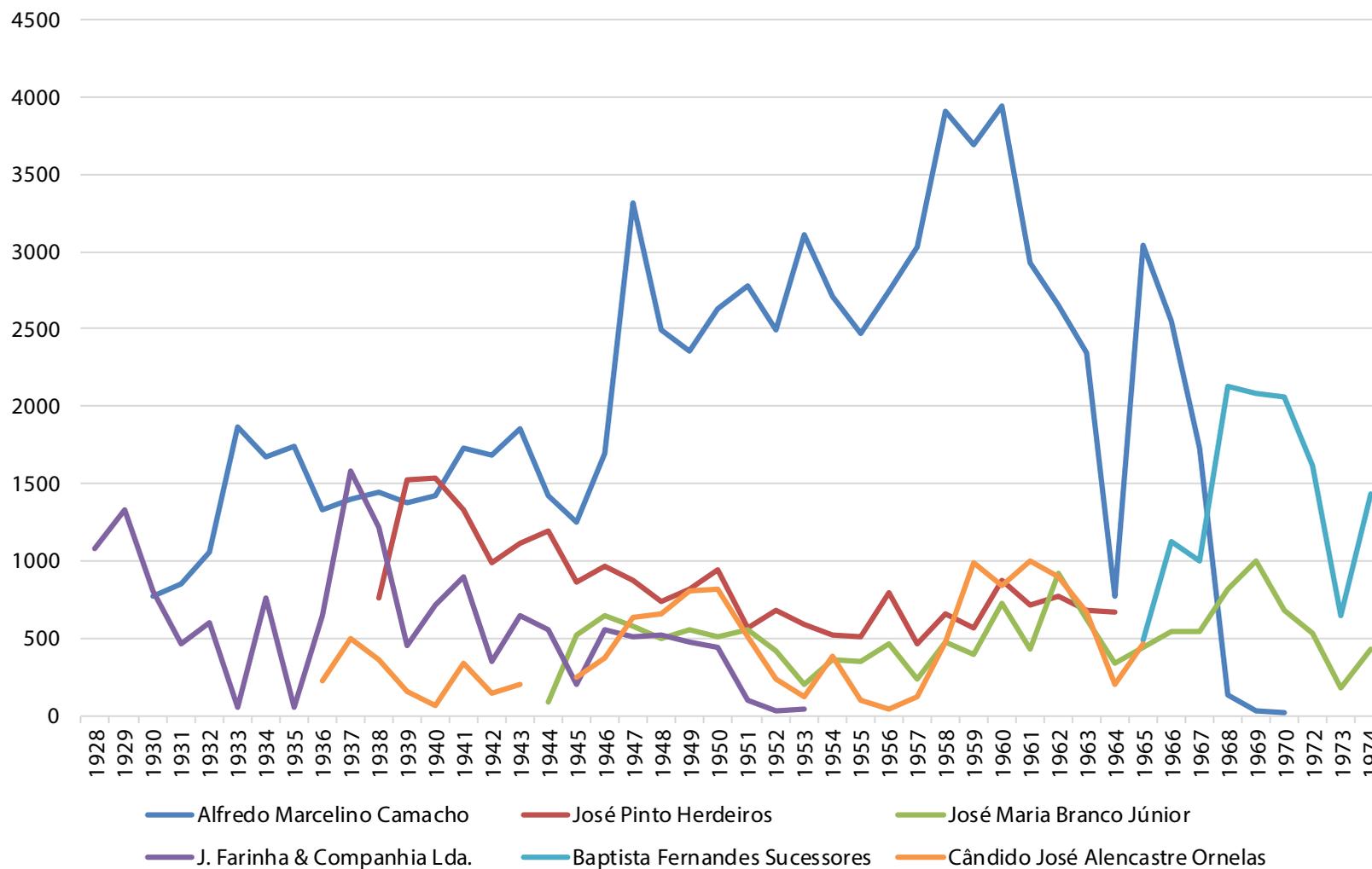
O universo de expedidores de produtos calcários do Porto Santo contabiliza-se em cerca de meia centena de indivíduos ou empresas, dos quais apenas três negociam simultaneamente em calcário, cal e carbonato de cálcio. Nesta ocasião, não se incluem as experiências com o fabrico e exportação de cimento e cal hidráulica durante a década de 1930, uma vez que não são objeto de registo pelos fiscais do município⁷³. Por sua vez, o carbonato de cálcio, taxado por iniciativa da Câmara Municipal do Porto Santo, encontra-se discriminado naquela documentação após 1947, apesar de só se estabelecer a taxa em Decreto de 1960. No que respeita aos demais agentes económicos, identificam-se 20 a negociar exclusivamente em cal e oito em calcário. Contam-se ainda 14 casos envolvendo o tráfico de dois produtos, mas a maioria negocia em calcário e cal e apenas um em calcário e carbonato de cálcio e outro em cal e carbonato de cálcio.

⁷¹ SARMENTO, 1930, «Cal e cimento no Porto Santo», p. 1: referem-se fornos de cal antigos, em forma de cone invertido sobre uma grelha, e o forno de quatro fornalhas *Perpignani e Candelot* da Fábrica da Fontinha.

⁷² RIBEIRO, 1994, «A indústria da cal nos Açores. Elementos para o seu estudo», pp. 52-57: faz-se uma relação dos fornos de cal nos séculos XIX-XX. MANZANO CABRERA e MIRELES BETANCOR, 2021, «Evolución de los hornos de cal a través del tiempo en las ciudades de Canarias», p. 85.

⁷³ PACHECO, 2024, «A Cal no Arquipélago da Madeira nos Séculos XIX-XX», pp. 538-540 e 548-550.

Gráfico n.º 2 – Maiores empresários expedidores de produtos calcários do Porto Santo e do Ilhéu de Baixo (1928-1974) (em toneladas)



Fonte: ABM, Câmara Municipal do Porto Santo, livs. 246-253; cxs. 2028-2031; e cap. 2193.

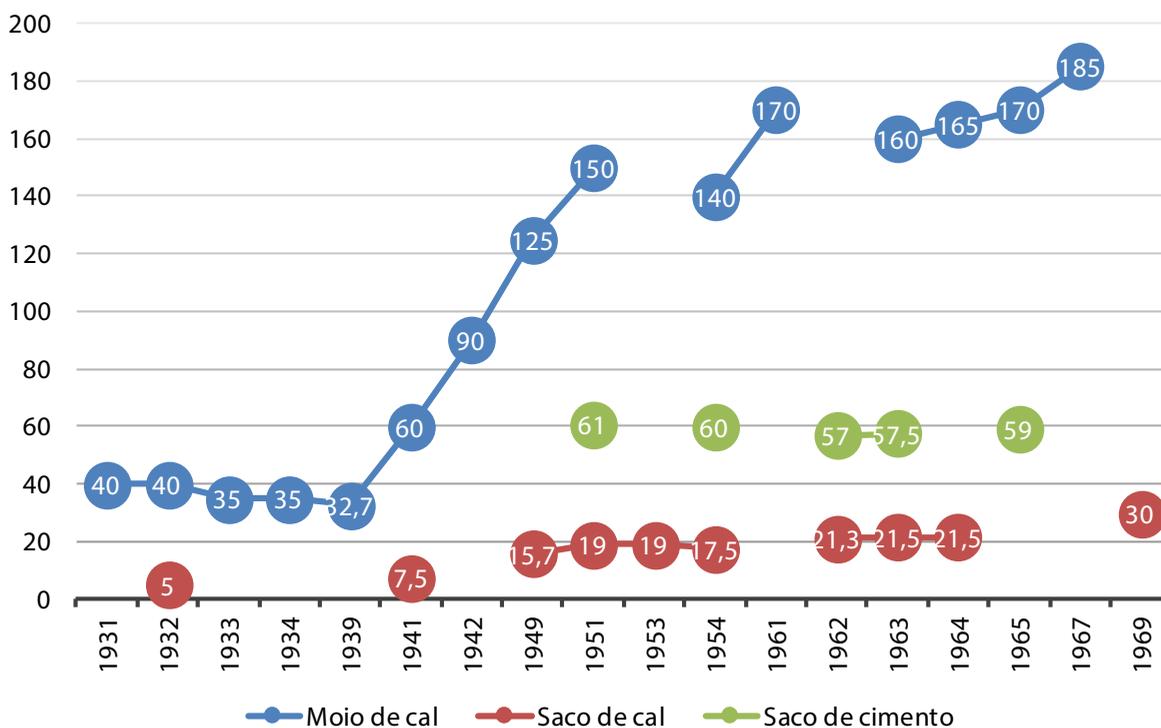
Em termos comparativos, os seis empresários com volume de produtos calcários superior a 12 000 t representam cerca de 70% do montante total, computado em cerca de 227 898 t (Gráfico n.º 2). Ao contrário da maioria dos expedidores, cuja atividade diminui ou se mantém sem grandes oscilações nas décadas de 1940 e 1950, Alfredo Marcelino Camacho destaca-se por embarcar um volume de produtos calcários bastante significativo, perfazendo cerca de 36%. A firma José Pinto, Herdeiros afirma-se no final da década de 1930, mas o volume decresce paulatinamente nos anos imediatos, se bem que represente cerca de 10% do total. José Maria Branco Júnior e a firma J. Farinha & Companhia, Lda. respondem por cerca de 7% do total, apesar de apenas coincidirem no exercício desta indústria entre 1944 e 1953. Por último, a firma Baptista Fernandes, Sucessores e Cândido José Alencastre Ornelas equivalem-se no volume despachado, na ordem dos 6%, mas apenas coincidem neste tráfico em 1965.

Cotejando o contributo individual destes agentes económicos com a duração do respetivo tráfico, constata-se a correlação natural entre estas variáveis, à exceção da firma Baptista Fernandes, Sucessores. Como se observa no gráfico acima, a generalidade dos empresários envolve-se neste setor de atividade em mais de um quartel, enquanto a mencionada firma embarca um dos maiores volumes de produtos calcários em menos de uma década, inclusive liderando o fabrico após 1968.

A comparação dos preços de produtos calcários e cimento no Porto Santo, a partir de aquisições para obras da Câmara Municipal (Gráfico n.º 3), demonstra a desvalorização em cerca de 18% do moio de cal na década de 1930, refletindo-se num decréscimo acentuado no número de empresários e tonelagem transportada. Contudo, as dificuldades de abastecimento, designadamente de combustível e outros materiais de construção na década de 1940, contribuem para se quadruplicar o preço do moio de cal e inclusive atrair o investimento de maior número de empresários. A diminuição do fabrico de cal no concelho do Porto Santo, na segunda metade do século XX, relaciona-se com a menor competitividade deste produto face ao cimento. Assim, o preço do saco de cal quase duplica naquele período, enquanto o saco de cimento importado diminui, fazendo com que a diferença entre os dois se esbata de cerca de um terço em 1949, para cerca de metade em 1969. A própria correlação entre o custo do moio e saco de cal agrava-se ligeiramente com

o decorrer dos anos, mas esta circunstância pode resultar da alteração dos sacos utilizados para se transportar a cal⁷⁴.

Gráfico n.º 3 – Evolução do preço da cal e cimento no concelho do Porto Santo (1931-1969)
(em escudos)



Fonte: ABM, Câmara Municipal do Porto Santo, livs. 3-19.

Os custos com o acondicionamento e transporte dos produtos calcários refletem-se no agravamento substancial do preço de venda ao público, contribuindo para a menor competitividade face a outros materiais de construção importados. Por exemplo, na década de 1930, vende-se o moio de cal no Funchal ao dobro do preço de aquisição no Porto Santo. Em meados da década de 1960, reduz-se esse diferencial, mas ainda assim equivale a um sobrecusto de cerca de 21% se o comprador receber a cal no cais regional, ou 35% se proceder ao levantamento no depósito de cal.

Em seguida, passa-se a apresentar os dados sobre os proprietários, comerciantes e alguns industriais relacionados com o embarque de calcário, cal e carbonato

⁷⁴ ABM, Câmara Municipal do Porto Santo, liv. 19, fl. 125, 12 de junho de 1969. MATA e VALÉRIO, 1994, *História Económica de Portugal. Uma Perspectiva Global*, pp. 279-280: sistematiza-se o índice de preços e verifica-se movimentos semelhantes a nível nacional.

de cálcio do concelho do Porto Santo⁷⁵. Salvo raras exceções, a generalidade das empresas e empresários deste setor têm a sua sede ou residência no Funchal. Nalguns casos, admitem-se sócios naturais do Porto Santo, mas os ranchos de operários das minas e os tripulantes das embarcações são recrutados maioritariamente no Campanário, Santa Cruz e Machico⁷⁶. O próprio intento de se debelar a crise económica no concelho do Porto Santo, ensaiada com a extinção da donataria em 1770 e posterior aprovação de taxas sobre os produtos calcários, surte efeito sobretudo em termos orçamentais, pois equivale a cerca de um terço das receitas arrecadadas pela Câmara Municipal na primeira metade do século XX⁷⁷. Todavia, esta preponderância espelha a debilidade da restante atividade económica no concelho, pelo menos até à realização de grandes investimentos em infraestruturas de transporte.

Em primeiro lugar, reserva-se alguma atenção para três casos, cujas estratégias de investimento variam para melhor se adaptarem ao mercado local. Os empresários Alfredo Marcelino Camacho, José Maria Branco Júnior e Luís de Freitas Branco, em diferentes anos, oscilam entre o embarque maioritário de cal, calcário e carbonato de cálcio. Agrupa-se os demais tendo em conta o principal produto expedido do Porto Santo, que pode ser calcário, cal ou carbonato de cálcio, e a longevidade dos respetivos tráficos, designadamente se superior a uma década e entre um lustro e uma década. Por fim, lista-se os expedidores de produtos calcários em atividade em menos de um lustro.

Numa primeira análise, pode-se inferir que cerca de metade dos empresários e empresas exercem a expedição de produtos calcários durante cinco ou mais anos, um quarto destes empresários ou empresas entre dois e quatro anos e o quarto remanescente durante apenas um ano. No conjunto, identificam-se duas empresas familiares britânicas de tamanho médio imiscuídas neste setor: Blandy e Leacock (Imagem n.º 3), mas a firma Hinton também se mostra interessada por esta indústria na década de 1910⁷⁸. Em todo o caso, entende-se o negócio da cal como residual no leque de investimentos destas sociedades comerciais de capital estrangeiro.

⁷⁵ VALDALISO, 2004, «El factor empresarial y el desarrollo económico de España en los siglos XIX y XX», p. 143: afirma-se que proprietários, comerciantes e industriais representam as categorias socioprofissionais mais comuns em Espanha.

⁷⁶ PACHECO, 2024, «A Cal no Arquipélago da Madeira nos Séculos XIX-XX», pp. 510-511.

⁷⁷ ABM, Câmara Municipal do Porto Santo, livs. 139-147, 272 e 958: reduz-se para 10% a 12% no final da década de 1950.

⁷⁸ Sobre o assunto, veja-se PACHECO, 2013, «A cal e a indústria sacarina. As experiências de João Higinio Ferraz na Fábrica do Torreão (1900-1940)», pp. 10-11 e 17-22.

Imagem n.º 4 – Jantar de Natal oferecido pela firma Leacock & Companhia, Lda. (1943-12-24)



Fonte: MFM-AV, em depósito no ABM, Perestrellos Photographos, n.º inv. 630.

No que respeita à forma jurídica, a generalidade das firmas assume-se em sociedade por quotas, indistintamente da nacionalidade dos respetivos sócios, embora a maioria dos expedidores de calcário se encontre identificado com o nome próprio, sem referências ao cargo que desempenha na empresa ou sequer ao vínculo a qualquer sociedade comercial. No que respeita aos tráficos de curta duração, julga-se que a maioria se destina a consumo particular, quer de indivíduos, quer de empresas.

Ao se elencar os empresários, opta-se por apresentar os valores acumulados em toneladas, precisamente para melhor se ilustrar o peso de cada uma destas produções nos montantes expedidos em cada ano, assim como a maior ou menor especialização por um ou outro produto calcário. Noutros casos, considera-se a tonelagem para se comparar o contributo de vários empresários especializados num determinado produto durante os períodos temporais supramencionados, isto é, superior a uma década e entre uma década e um lustro. Contudo, respeita-se a

nomenclatura patente nos livros e coutos de cadernetas, mesmo em casos de grafias similares e dois exportadores identificados no mesmo registo. Assim, conclui-se que cerca de três quartos dos expedidores se enquadram em empresários em nome individual e as firmas no quarto restante. Porém, quando se considera os expedidores com mais de uma década de atividade, a representatividade das empresas duplica. Neste caso, referenciam-se seis empresários em nome individual, três sociedades em nome coletivo e três sociedades por quotas.

4.1 Empresários com Produção Diversificada

O empresário com maior longevidade no conjunto dos produtos calcários do Porto Santo responde pelo envio de cerca de 51% de toda a cal e 4% do calcário e carbonato de cálcio⁷⁹. Os registos de Alfredo Marcelino Camacho (1897-1977)⁸⁰ principiam em 1930 e prolongam-se até 1970, embora com algumas cambiantes (Gráfico n.º 4). O início da atividade relaciona-se com a constituição da firma Alfredo Camacho & Companhia, em 1930, tendo como sócios Alfredo Marcelino Camacho (sócio-gerente) e Pedro José de Alencastre Ornelas⁸¹. O capital social encontra-se dividido em duas participações sociais iguais, cada uma no valor de 5000 escudos, e compreende um forno de cal no sítio do Campo de Baixo, na ilha do Porto Santo. Em 1933, por óbito de Pedro José de Alencastre Ornelas, os herdeiros optam pela venda da respetiva quota à firma Miguel de Freitas Júnior & Companhia, representada pelo gerente Alfredo Marcelino Camacho, pelo mesmo valor social⁸². No decurso deste ano, dissolve-se a firma Alfredo Camacho & Companhia e Alfredo Marcelino Camacho adquire todos os bens da sociedade, por 5500 escudos⁸³. Assim, constata-se a desvalorização substancial do capital social no espaço de três anos, embora o fabrico de cal se encontre em franca expansão, só se suplantando esta tonelagem após a II Guerra Mundial. Não obstante, este empresário consta como representante da firma Alfredo Camacho & Companhia e do forno de cal de João Abel de Freitas, que se pode associar à duplicação do fabrico de cal após 1933.

⁷⁹ TORRES, Jorge, 2003, «Nunca me esqueço o que eu passei...», p. 60: afirma-se que se emprega 18 operários no forno de cal.

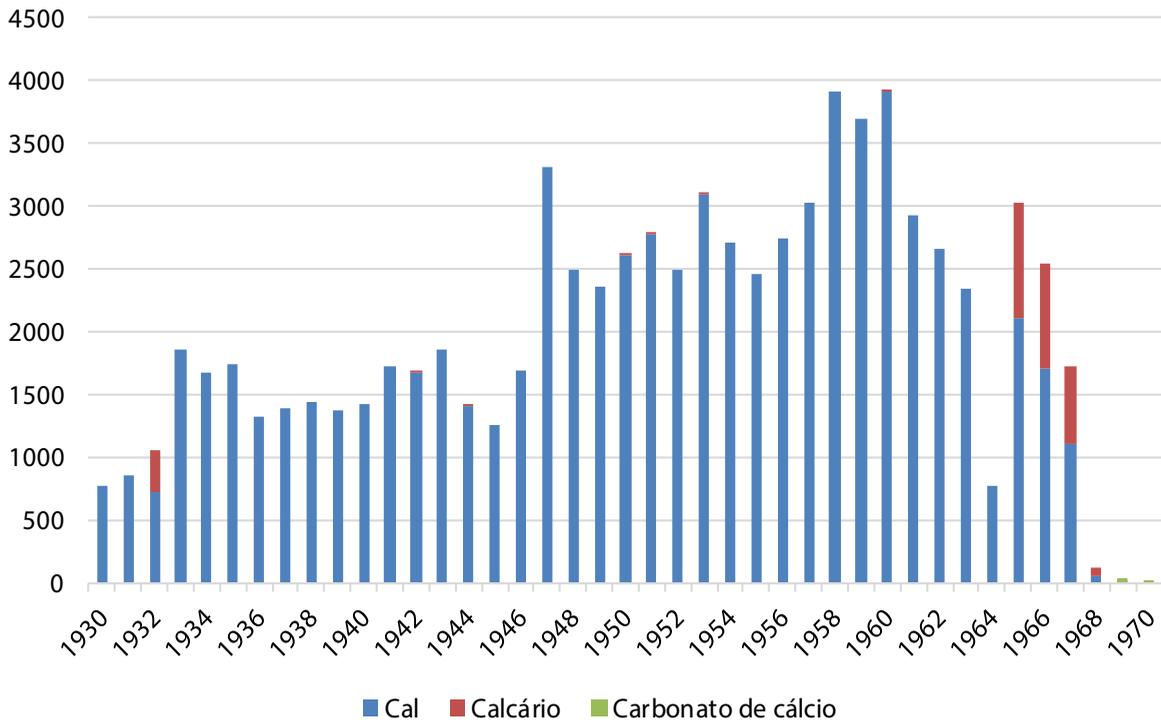
⁸⁰ ABM, Conservatória do Registo Civil do Funchal, liv. 42, fls. 92-92v.º.

⁸¹ ABM, Direção dos Serviços Industriais, Elétricos e de Viação, liv. 2385: processo n.º 177, destina-se a um forno de cal no Campo de Baixo, no Porto Santo. ABM, Registos Notariais, liv. 6214, fls. 58-59: 24 de maio de 1930.

⁸² ABM, Registos Notariais, liv. 6218, fls. 19-20v.º: 11 de março de 1933.

⁸³ ABM, Registos Notariais, liv. 6218, fls. 86v.º-88: 28 de julho de 1933.

Gráfico n.º 4 – O empresário da cal Alfredo Marcelino Camacho (1930-1970)
(volume expedido, em toneladas)



Fonte: ABM, Câmara Municipal do Porto Santo, livs. 246-253; cxs. 2028-2031; e cap. 2193.

A cal representa o principal produto que se embarca no Porto Santo, apesar de se remeter cerca de 35% de pedra cal em 1932, e de percentagens ínfimas em 1942, 1944, 1950, 1951, 1953, e 1960. A construção do Hotel do Porto Santo, em meados da década de 1960, repercute-se em quebra significativa na produção de 1964 e culmina com o encerramento do forno de cal localizado no Campo de Baixo, após queixa da EMITE – Empresa Insular de Turismo ao Ministro das Obras Públicas⁸⁴. Esta contingência traduz-se no carregamento de 30% de calcário em 1965, cuja percentagem aumenta para mais do dobro no espaço de quatro anos, relacionando-se com o contrato de trespasse e arrendamento de um depósito para venda de cal na travessa da Malta, no Funchal, celebrado no início deste ano⁸⁵.

Em 1969, deixa-se de expedir cal e reduz-se o envio de calcário para 5 t, uma vez que se encerram os fornos de cal na Madeira, optando-se por explorar o

⁸⁴ PACHECO, 2024, «A Cal no Arquipélago da Madeira nos Séculos XIX-XX», pp. 551-554.

⁸⁵ ABM, Registos Notariais, liv. 8502, fls. 53v.º-55v.º: 16 de fevereiro de 1965: fixa-se o trespasse em 95 000 escudos e a renda mensal em 1500 escudos, pagos a José Marçal Rodrigues de Gouveia e Maria Arlete Rodrigues de Gouveia França Jardim.

carbonato de cálcio, do qual se fabrica 27 t, e se dedica a 100% no ano imediato, embora o volume decresça para 18 t. Concomitantemente, encontra-se o pedido de licenciamento de um forno de cal no Ribeiro Salgado, no Porto Santo, solicitado pela firma Zélia Camacho, Lda. em abril de 1969⁸⁶. Porém, nos anos imediatos, não se regista a expedição de produtos calcários por esta firma, cuja designação comercial corresponde à consorte de Alfredo Marcelino Camacho⁸⁷.

O portefólio deste empresário contempla ainda a comercialização de um tipo específico de cal, denominado *cal chavinha*, assim designado por as pedreiras se localizarem nas Chavinhas, no sítio do Campo de Baixo, igualmente na ilha do Porto Santo. Apesar de não se encontrar registos da expedição deste produto nos livros e coutos de cadernetas, a Câmara Municipal do Porto Santo adquire-lhe alguns moios entre 1954 e 1963⁸⁸.

A atividade de José Maria Branco Júnior inicia-se em 1944 e prolonga-se até 1974, aparentando inclusive alguma recuperação do volume embarcado neste último ano (Gráfico n.º 5). Este empresário responde pelo envio de cerca de 10% de toda a cal fabricada no Porto Santo e 5% do calcário e carbonato de cálcio. Segundo a imprensa local, José Maria Branco Júnior administra a Empresa de Exploração de Cal do Porto Santo, Lda., a qual licencia um forno de cal em Câmara de Lobos em 1937, mais precisamente no sítio do Espírito Santo e Calçada, embora os escritórios e depósito de venda de cal se localizem na rua Bela de Santiago, no Funchal, onde se estabelece a sede da Empresa Industrial Madeirense⁸⁹. Esta informação comercial encontra-se reproduzida na imprensa local em 1950 e 1957⁹⁰.

A Empresa de Exploração de Cal do Porto Santo, Lda. aliena alguns prédios em 1955, nomeadamente a pedreira de calcário no Ilhéu de Baixo e o prédio urbano no sítio do Espírito Santo e Calçada, em Câmara de Lobos, surgindo como comprador José Maria Branco Júnior⁹¹. Decorridos dois anos, este empresário adquire outro forno de cal, desta feita no Porto Santo, no sítio da Serra de Fora, sobre o qual se levantam suspeitas de se furtar ao pagamento das taxas municí-

⁸⁶ ABM, Direção dos Serviços Industriais, Elétricos e de Viação, liv. 2386: processo n.º M/37, dá-se entrada a 18 de abril e vistoria-se a 25 de abril de 1969.

⁸⁷ ABM, Conservatória do Registo Civil do Funchal, liv. 42, fls. 92-92v.º: Alfredo Marcelino Camacho desposa Zélia da Conceição Spínola Teixeira de Aguiar a 23 de abril de 1925.

⁸⁸ PACHECO, 2024, «A Cal no Arquipélago da Madeira nos Séculos XIX-XX», p. 543.

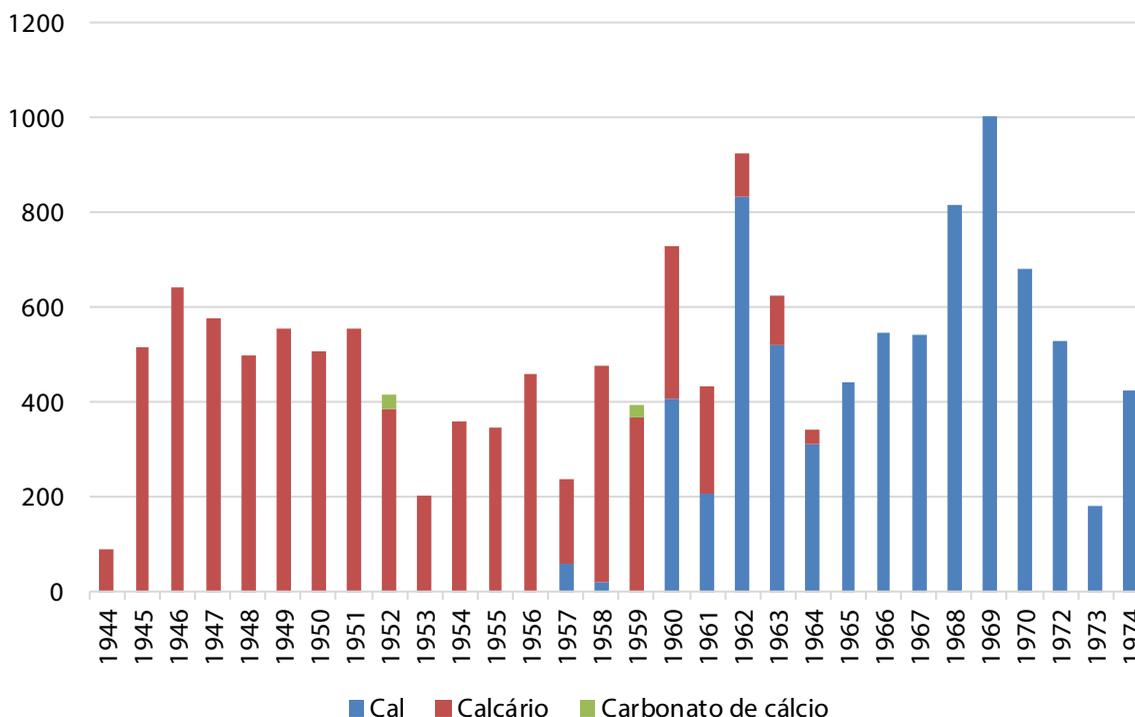
⁸⁹ ABM, Direção dos Serviços Industriais, Elétricos e de Viação, liv. 2385: processo n.º 507, dá-se entrada a 4 de setembro de 1937 e alvará a 15 de setembro de 1939. *Diário de Notícias*, 1944-10-22, p. 2.

⁹⁰ *Diário de Notícias*, 1950-12-25, p. 6. *Diário de Notícias*, 1957-12-19, p. 9.

⁹¹ ABM, Registos Notariais, liv. 7738, fls. 79v.º-82v.º, 7 de janeiro de 1955: dependem-se 72 000 escudos na compra dos imóveis.

país⁹². Estes investimentos repercutem-se nos produtos embarcados, designadamente o aumento do volume de cal e a redução progressiva do transporte de calcário para a Madeira, particularmente na primeira metade da década de 1960. Além de comercializar materiais de construção, a firma José Maria Branco Júnior, Lda., fundada em 1969, tem por objeto o aluguer de viaturas pesadas para o transporte de mercadorias, diversificando-se a oferta de serviços⁹³.

Gráfico n.º 5 – O empresário da cal José Maria Branco Júnior (1944-1974)
(volume expedido, em toneladas)



Fonte: ABM, Câmara Municipal do Porto Santo, livs. 246-253; cxs. 2028-2031; e cap. 2193.

A expedição de produtos calcários por este empresário acompanha a evolução do mercado local. Assim, nos primeiros anos apenas se interessa pelo calcário para calcinar em Câmara de Lobos, à exceção de duas remessas inferiores a 10% de carbonato de cálcio em 1952 e 1959 (respetivamente 30 t e 25 t). A imprensa local reporta-se ao início do fabrico de cal em 1944, mencionando-se o trabalho de dois

⁹² *Boletim de Minas*, 1967, vol. 4-1, p. 55: atribui-se a licença a 22 de fevereiro. RIBEIRO, 1997, *Porto Santo. Aspectos da sua Economia*, p. 52. PACHECO, 2024, «A Cal no Arquipélago da Madeira nos Séculos XIX-XX», p. 533: constata-se a abertura de vaga para zelador da Câmara Municipal do Porto Santo.

⁹³ *Diário de Notícias*, 1969-01-19, p. 10: indica-se a participação de 40 000 escudos de José Maria Branco Júnior, sócio-gerente, e de 10 000 escudos de Guilhermina Rodrigues Branco, sua consorte.

operários no forno de cal e o recurso a lenha como fonte de combustível⁹⁴. Todavia, aumenta-se substancialmente a extração e transporte de calcário para este forno nos anos imediatos, muito provavelmente em resultado da contratação de mais operários e maior disponibilidade de carvão para fonte de combustível no pós-guerra.

A partir de meados da década de 1950, começa-se a expandir o fabrico de cal no Porto Santo, no sítio da Serra de Fora⁹⁵, e o embarque de calcário entra em declínio, representando menos de 10% em 1964. Julga-se que a contingência no abastecimento de matéria-prima dita, muito provavelmente, o encerramento do forno de cal em Câmara de Lobos. A partir do ano seguinte, apenas se identifica a expedição de cal por este empresário nos livros e coutos de cadernetas da Câmara Municipal do Porto Santo.

A participação de Luís de Freitas Branco (1898-1965)⁹⁶ nos negócios da cal pauta-se por alguns interregnos (Gráfico n.º 6). Começa-se por expedir cal do Porto Santo em 1932-33, mas, entretanto, constitui-se uma empresa para realizar esta indústria na segunda metade da década de 1930, assunto que se aborda noutra parte deste artigo. Todavia, retoma-se o negócio de produtos calcários em nome individual em 1943, e com regularidade após 1947, agora para se embarcar carbonato de cálcio – cerca de 69% do montante total expedido para a Madeira – e uma percentagem mínima de calcário, ainda que equivalha a cerca de metade dos produtos expedidos. Neste último ano, equipara-se a expedição de calcário e carbonato de cálcio (considera-se calcário moído) e aplica-se a taxa de 3,5 escudos por tonelada. Com a revisão das taxas, em 1960, agrava-se o diferencial entre a expedição de carbonato de cálcio e calcário⁹⁷. Esta discriminação parece ter conduzido ao abandono da atividade no início daquela década, pois apenas se embarca 19 t de carbonato de cálcio em 1962, representando menos de metade do volume registado dois anos antes.

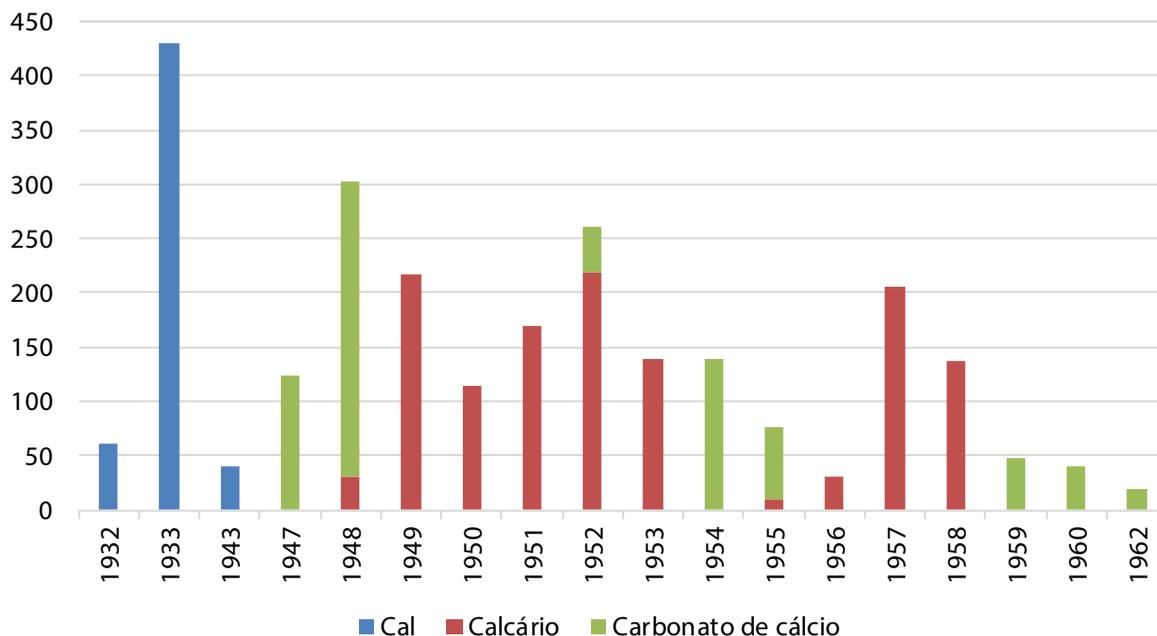
⁹⁴ *Eco do Funchal*, 1944-12-14. PACHECO, 2020, «A Indústria da Cal no Concelho de São Vicente (Séculos XVII-XX)», pp. 515-516: afirma-se que os fornos de cal de São Vicente funcionam a lenha durante e após a II Guerra Mundial.

⁹⁵ ABM, Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal, pt. 3082-2, 8 de junho de 1955: parecer favorável da Direção dos Serviços Industriais, Elétricos e de Viação ao requerimento de José Maria Branco Júnior. ABM, Direção dos Serviços Industriais, Elétricos e de Viação, liv. 2386: processo n.º 407, destina-se a um forno de cal na Serra de Fora, no Porto Santo. *Diário de Notícias*, 1955-12-10, p. 2. Cf. PACHECO, 2024, «A Cal no Arquipélago da Madeira nos Séculos XIX-XX», pp. 556-557.

⁹⁶ Veja-se: BRANCO, 2024, «A Vida Social dos Georrecursos: Extrações e Extrativismo na Ilha do Porto Santo (desde o Século XX)», pp. 763-887.

⁹⁷ PACHECO, 2024, «A Cal no Arquipélago da Madeira nos Séculos XIX-XX», p. 537.

Gráfico n.º 6 – O empresário da cal Luís de Freitas Branco (1932-1962)
(volume expedido, em toneladas)



Fonte: ABM, Câmara Municipal do Porto Santo, livs. 246-253; cxs. 2028-2031; e cap. 2193.

Como se disse, este empresário apenas se dedica à expedição de produtos calcários com regularidade no final da década de 1940⁹⁸. Todavia, antes disso, Luís de Freitas Branco administra a Empresa dos Cimentos do Porto Santo, Lda., uma sociedade por quotas fundada em 1921, na qual participa em cerca de 2% do capital social⁹⁹. O empresário também se licencia para o fabrico de carbonato de cálcio em 1942, mas apenas se contabilizam os valores expedidos após a aprovação da taxa municipal em 1946¹⁰⁰. Procura-se ainda explorar outros recursos geológicos em meados da década de 1950, designadamente argilas pozolânicas concomitantemente ao decréscimo dos embarques de calcário e carbonato de cálcio, cuja fábrica se vistoria em 1964¹⁰¹.

⁹⁸ BRANCO, 2024, «A Vida Social dos Georrecurso: Extrações e Extrativismo na Ilha do Porto Santo (desde o Século XX)», pp. 833-834: inicia-se o fabrico de carbonato de cálcio em 1942.

⁹⁹ ABM, Registos Notariais, liv. 1499, fls. 36-42v.º, 1 de junho de 1921: pertence-lhe uma quota no valor de 5000 escudos.

¹⁰⁰ ABM, Câmara Municipal do Porto Santo, liv. 10, fls. 198v.º-199, 9 de maio de 1946. BRANCO, 2024, «A Vida Social dos Georrecurso: Extrações e Extrativismo na Ilha do Porto Santo (desde o Século XX)», pp. 833-834.

¹⁰¹ ABM, Direção dos Serviços Industriais, Elétricos e de Viação, liv. 2386: processo n.º 536, dá-se entrada a 13 de maio de 1959, para se preparar e moer argilas pozolânicas no sítio das Pedras Pretas, no Porto Santo. PACHECO, 2024, «A Cal no Arquipélago da Madeira nos Séculos XIX-XX», pp. 544 e 547-551: identifica-se a fábrica da firma Pozol.

Por alteração do pacto social da Empresa dos Cimentos do Porto Santo, Lda., Luís de Freitas Branco assume o cargo de gerente efetivo em 1935, a par de Gastão de Bianchi, ficando como substituto Manuel Gregório Pestana Júnior¹⁰². Nos anos subsequentes, Luís de Freitas Branco serve de intermediário da firma Leonel Gonçalves Luís, Lda., constituída em 1924¹⁰³, para se adquirir diversas participações sociais da empresa de que era gestor, designadamente a Luís da Rocha Machado (3640,8 escudos), Álvaro de Sá Gomes (815,22 escudos), Manuel Joaquim da Trindade (750 escudos), herdeiros de Pedro José Lomelino (950 escudos), José Júlio de Lemos, Sucessores (1130,44 escudos), Andrade & Filho (1000 escudos), Adida & Companhia e António Faustino de Abreu (1703,16 escudos), computando-se esta compra em cerca de 10 000 escudos. Todavia, comprova-se a desvalorização assinalável daquelas quotas devido ao insucesso no fabrico de cimento, pois o respetivo valor nominal ascende a cerca de 70 000 escudos¹⁰⁴. As participações sociais de Charles Courtney Shaw, Carlos de Almeida Fernandes, António Lomelino de Bianchi, Henry Alfred Miles e Tarquínio T. da Câmara Lomelino também se adquirem e cedem a Eduardo Gonçalves Luís, computando-se o seu valor em 12 337,3 escudos¹⁰⁵.

Alguns membros da família Bianchi compram a participação social de José Quirino de Nóbrega na Empresa dos Cimentos do Porto Santo, Lda. em 1935¹⁰⁶. No ano seguinte, vende-se a mesma quota por 25 000 escudos a Luís de Freitas Branco que, por sua vez, a cede por idêntico valor à firma Leonel Gonçalves Luís, Lda. A culminar todas estas transferências de quotas, a firma Leonel Gonçalves Luís,

¹⁰² ABM, Registos Notariais, liv. 7806, fls. 1-2v.º, 21 de junho de 1935: estipula-se a gratificação do gerente técnico e operários da fábrica em mínimo de 8% e máximo de 10% dos lucros líquidos.

¹⁰³ ABM, Registos Notariais, liv. 7807, fls. 74v.º-75v.º, 5 de setembro de 1936: constitui-se a sociedade com o capital nominal de 6000 libras, sendo 5950 libras da quota de Leonel Gonçalves Luís, e 50 libras de João Crisóstomo Luís; e admite-se Eduardo Gonçalves Luís como sócio, com participação social de 50 libras.

¹⁰⁴ ABM, Registos Notariais, liv. 7807, fls. 84v.º-86, 23 de novembro de 1936; fls. 86v.º-87v.º, 24 de novembro de 1936: estipula-se o valor nominal das quotas em, respetivamente, 22 608,8 escudos, 5652,2 escudos, 5000 escudos, 5000 escudos, 11 304,4 escudos, 10 000 escudos e 10 000 escudos.

¹⁰⁵ ABM, Registos Notariais, liv. 7807, fls. 95v.º-96, 4 de dezembro de 1936: paga-se 750 escudos a Charles Courtney Shaw, 500 escudos a Carlos de Almeida Fernandes, 6262,8 escudos a António Lomelino de Bianchi, 3420,4 escudos a Henry Alfred Miles e 1404,1 escudos a Tarquínio T da Camara Lomelino; fls. 96v.º-97, 4 de dezembro de 1936.

¹⁰⁶ ABM, Registos Notariais, liv. 6221, fls. 86v.º-87, 9 de maio de 1935: define-se a quota no valor nominal de 5000 escudos e outra indivisa de 652 escudos, perfazendo 5652 escudos.

Lda. cede a participação social de 25 000 escudos na Sociedade Produtora de Cal e Cimentos, Lda. a Manuel de Bianchi¹⁰⁷.

A atividade empresarial de Luís de Freitas Branco relaciona-se igualmente com o reforço da participação social na Empresa dos Cimentos do Porto Santo, Lda. Assim, adquire-se a quota de Luís Portugal Rodrigues dos Santos por 3000 escudos, e a de Henry Carverly Hinton por 500 escudos em 1935¹⁰⁸. Após estas compras, constitui-se a Sociedade Produtora de Cal e Cimentos, Lda. com o propósito de se arrendar a fábrica de cimento do Porto Santo, no sítio da Fontinha, propriedade da referida Empresa dos Cimentos do Porto Santo, Lda., tendo por objeto social o fabrico de produtos silico-calcários. O capital social da firma recém-constituída fixa-se em 5000 escudos, cabendo a quota de 4000 escudos a Luís de Freitas Branco e 1000 escudos à sua consorte, Ana Maria de Mello Breyner¹⁰⁹. No decurso desse ano, procede-se à alteração do pacto social e aumento do capital social para 125 000 escudos, mediante reforço da quota de Luís de Freitas Branco (31 500 escudos) e a admissão dos sócios José Braz Gonçalves e da firma Leonel Gonçalves Luís, Lda., com participações sociais de respetivamente 30 000 escudos e 62 500 escudos¹¹⁰.

Antes de se completar o primeiro ano de existência da Sociedade Produtora de Cal e Cimentos, Lda., delibera-se novo aumento do capital social, integralmente realizado em 195 000 escudos. As novas participações sociais ficam definidas em 3500 escudos de Ana Maria de Mello Breyner, 31 500 escudos de Luís de Freitas Branco, 30 000 escudos de José Braz Gonçalves, 35 000 escudos de Leonel Gonçalves Luís e 220 000 escudos de Leonel Gonçalves Luís, Lda.¹¹¹.

¹⁰⁷ ABM, Registos Notariais, liv. 7807, fls. 88-89, 28 de novembro de 1936: paga-se 25 000 escudos; fls. 90v.º-91v.º, 28 de novembro de 1936: desconta-se 25 000 escudos à quota da firma Leonel Gonçalves Luís, Lda.; fls. 92-93, 30 de novembro de 1936: adquirem-se as quotas de Maria da Conceição Lira de Bianchi (5000 escudos), João António de Bianchi (13 261 escudos), Rui Recaro de Bianchi (5000 escudos), Rui Bettencourt da Câmara (5000 escudos) e José Quirino de Nóbrega (5652,2 escudos), perfazendo 25 000 escudos.

¹⁰⁸ ABM, Registos Notariais, liv. 6221, fls. 66-67, 12 de março de 1935; fls. 77v.º-78, 13 de abril de 1935: estipula-se o valor nominal das quotas em 5000 escudos.

¹⁰⁹ ABM, Registos Notariais, liv. 6221, fls. 78-79v.º, 15 de abril de 1935. BRANCO, 2024, «A Vida Social dos Georrecursores: Extrações e Extrativismo na Ilha do Porto Santo (desde o Século XX)», p. 814.

¹¹⁰ ABM, Registos Notariais, liv. 7806, fls. 10-13, 20 de julho de 1935: atesta-se o reforço das quotas em 10% e a representação da sociedade por três gerentes-delegados, assumindo um deles a direção técnica (gratificando-se com 10% a 20% dos lucros líquidos).

¹¹¹ ABM, Registos Notariais, liv. 7806, fls. 79v.º-81, 10 de dezembro de 1935: indica-se o capital social de 320 000 escudos.

A Sociedade Produtora de Cal e Cimentos, Lda. necessita de nova alteração do pacto social e aumento de capital em 1936. Desta feita, divide-se os 700 000 escudos em sete quotas: 420 000 escudos da firma Leonel Gonçalves Luís, Lda., 105 000 escudos de Carlos José Machado dos Santos, 70 000 escudos de José Braz Gonçalves, 35 000 escudos de Leonel Gonçalves Luís, 35 000 escudos de José Gonçalves Luís, 31 500 escudos de Luís de Freitas Branco e 3500 escudos de Ana Maria de Mello Breyner¹¹². Entende-se estes sucessivos reforços do capital social como evidências do fabrico de cimento constituir um setor industrial capital-intensivo, ou seja, o capital social inicial representa menos de 1% do investimento necessário, o qual só se alcança com admissão de novos sócios e aumento das participações sociais.

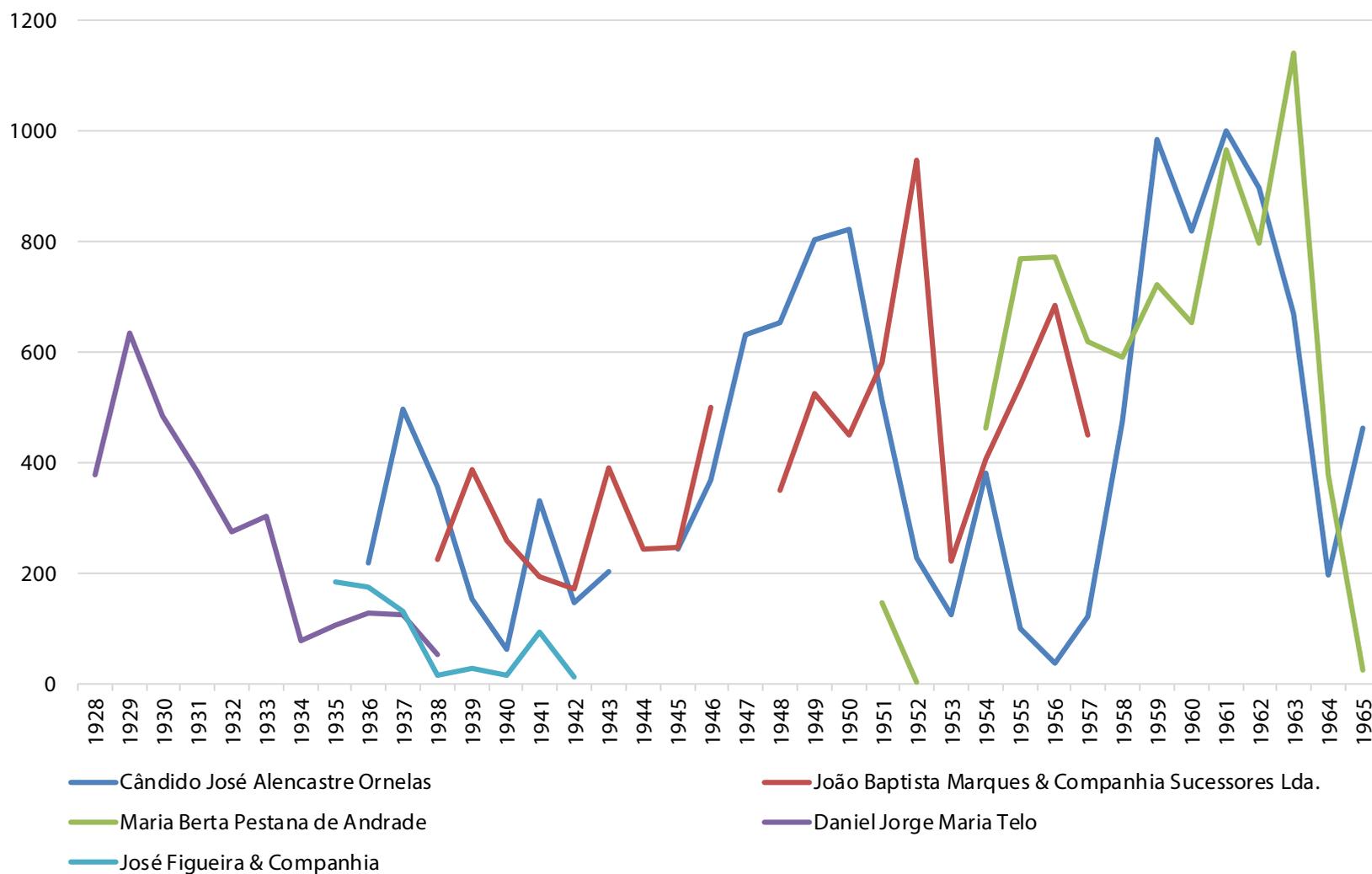
Os resultados operacionais da Sociedade Produtora de Cal e Cimentos, Lda. ficam seriamente comprometidos devido a uma hipoteca relacionada com a letra de 210 000 escudos sacada pela firma Leonel Gonçalves Luís, Lda. ao Banco da Madeira, a 1 de outubro de 1938. Acresce a acumulação de outras dívidas, cujo montante global ascende a 233 781,69 escudos¹¹³. Assim, entre as várias condições fixadas em 1940, fica assente o pagamento faseado da dívida ao banco no prazo de dez anos, e aos demais credores em cinco prestações semestrais, consignando-se para o efeito todos os rendimentos da fábrica de cimento da Fontinha e a embarcação *Calcamar*. No que respeita à firma Leonel Gonçalves Luís, Lda., delibera-se a sua dissolução em assembleia-geral realizada em 1942, mas volta-se a constituir esta firma no espaço de poucos dias¹¹⁴.

¹¹² ABM, Registos Notariais, liv. 7807, fls. 42-46v.º, 2 de maio de 1936: determina-se que o gerente técnico auferir entre 5% e 10% dos lucros líquidos.

¹¹³ ABM, Registos Notariais, liv. 7812, fls. 70v.º-75, 11 de novembro de 1940: encontra-se em dívida com a Sociedade Insular de Transportes Marítimos Lda.; Companhia Insular de Moinhos Lda.; A. Figueira & Irmãos; Viúva de Romano Gomes & Filhos; Francisco Gomes Figueira & Companhia; Jacinto Carlos Gomes; Antero Nunes; João G. de Abreu; Augusto João Soares; Gabriel da Cruz Vieira; Andrade, Dionísio & Companhia; Pedro Augusto Gouveia; Manuel dos Passo Freitas & Companhia; Andrade & Irmãos; Clemente Gomes Aguiar & Filhos; Terças & Companhia; Pimentel & Casquillo, Lda.; João Pinto Correia Segundo; e Honório A. da Silva.

¹¹⁴ ABM, Registos Notariais, liv. 7815, fls. 4-6, 22 de agosto de 1942: refere-se o capital social de 6000 libras (603 000 escudos) e adjudica-se o património da firma a João Crisóstomo Luís e José Gonçalves Luís; fls. 6-8, 27 de agosto de 1942: fixa-se o capital social em 100 000 escudos, subscrito em 90% por João Crisóstomo Luís e 10% por José Gonçalves Luís, e define-se como objeto social o comércio de comissões, consignações, importação e exportação.

Gráfico n.º 7 – Empresários da cal de maior longevidade empresarial (1928-1965) (volume expedido, em toneladas)



Fonte: ABM, Câmara Municipal do Porto Santo, livs. 246-253; cxs. 2028-2031; e cap. 2193.

4.2 Empresários com Atividade Superior a Uma Década

A relação de empresários em atividade por mais de uma década revela-se relativamente breve. Entre os nove casos arrolados, cinco dedicam-se quase em exclusivo ao fabrico de cal no concelho do Porto Santo e ao embarque para a Madeira e quatro optam pela extração e transporte de calcário para calcinar em fornos de cal no Funchal. Em relação aos primeiros (Gráfico n.º 7), assinala-se a tendência para se diminuir o fabrico de cal no concelho do Porto Santo, no período anterior à II Guerra Mundial, devido ao aumento dos custos de produção e redução do preço no principal mercado da cal. A indústria da cal progride nos anos imediatos, mas não em número de empresários, e entra rapidamente em contraciclo na primeira metade da década de 1950. Porém, embarca-se maior volume de cal na segunda metade desta década, se bem que a revisão das taxas, em 1960, conduza a acentuada quebra de produção, particularmente de Maria Berta Pestana de Andrade.

Começa-se por analisar o percurso de Cândido José Alencastre Ornelas (1896-?)¹¹⁵, cujos registos ocorrem entre 1936 e 1965, equivalendo a cerca de 8% de toda a cal transportada para a Madeira. Neste caso, apenas se embarca uma percentagem ínfima de calcário em 1960 (20 t), mas, ainda antes de constar nos livros e coutos de cadernetas da edilidade como expedidor de cal, fornece-se cal à Câmara Municipal do Porto Santo em 1932-1933¹¹⁶. Todavia, enquanto amanuense da edilidade usufruindo de «licença ilimitada», levanta-se-lhe um processo disciplinar por incumprimento do Código Administrativo, uma vez que este funcionário municipal exerce cumulativamente «a industria e o comercio de fabrico e exportação de cal»¹¹⁷.

O forno de cal de Cândido José Alencastre Ornelas localiza-se no Campo de Baixo, no Porto Santo, por aquisição a Pedro José de Alencastre¹¹⁸. Segundo registos

¹¹⁵ ABM, Conservatória do Registo Civil do Porto Santo, liv. 3807, fls. 16-16v.º.

¹¹⁶ ABM, Câmara Municipal do Porto Santo, liv. 4, fl. 143, 5 de novembro de 1932; e fl. 193, 27 de maio de 1933.

¹¹⁷ ABM, Câmara Municipal do Porto Santo, liv. 11, fls. 2.º-3, 13 de julho de 1950. PACHECO, 2024, «A Cal no Arquipélago da Madeira nos Séculos XIX-XX», pp. 527, 536 e 541.

¹¹⁸ ABM, Câmara Municipal do Porto Santo, liv. 1, fl. 74, 25 de novembro de 1926: intima-se este industrial por depositar calcário na estrada. RIBEIRO, 1997, *Porto Santo. Aspectos da sua Economia*, p. 54: afirma-se que o forno pertence a José Gonçalves Pereira de Andrade em 1955, e depois a Cândido Alberto Alencastre Pereira, encontrando-se à época em laboração por intermédio de três operários.

da Câmara Municipal do Porto Santo, autoriza-se um pagamento de cal a Cândido José de Alencastre Ornelas, Herdeiros, em 1959, que se pode entender como a denominação da firma após o óbito do empresário. Assim, conclui-se que os seus descendentes continuam a fabricar cal, cujos embarques se contabilizam até 1965¹¹⁹.

A firma João Baptista Marques & Companhia, Sucessores, Lda. consta predominantemente como expedidor de cal entre 1938 e 1957 (Gráfico n.º 7), correspondendo a cerca de 5% do volume total, apesar de também se carregar quantidades mínimas de calcário entre 1951-1953, respetivamente 8 t, 10 t e 3 t. Esta sociedade, constituída com o capital social de 449 000 escudos em 1922, tem inicialmente por objeto o comércio de materiais de construção e representações comerciais¹²⁰. Todavia, com o intuito de se diversificar investimentos e internalizar custos de produção, licencia-se um forno de cal no sítio do Ribeiro Salgado, no Porto Santo, em 1937, anteriormente explorado por João Basílio Sebastião Spínola¹²¹.

Em 1939, esta empresa, secundada por Alfredo Marcelino Camacho, reclama na Câmara Municipal do Porto Santo contra a isenção do pagamento de impostos na expedição de cimento e cal hidráulica fabricados pela Sociedade Produtora de Cal e Cimentos, Lda.¹²². Não obstante, publicita-se na imprensa a possibilidade de se utilizar cal hidráulica em substituição de parte do cimento usado na construção, que a firma comercializa em sacos de 50 kg na rua do Sabão e travessa do Cabido em 1945¹²³. Neste caso, pode-se relacionar o súbito interesse pela cal hidráulica com as dificuldades de abastecimento durante a II Guerra Mundial.

A expedição de cal pela firma João Baptista Marques & Companhia, Sucessores, Lda. apresenta-se com um hiato breve em 1947. Além disso, não se detetam quaisquer vendas de cal à Câmara Municipal do Porto Santo, ao contrário de outros fabricantes estabelecidos no concelho. Após se retomar o fabrico de cal, atinge-se os montantes mais elevados na primeira metade da década de 1950, mas abandona-se esta indústria ao fim de duas décadas.

¹¹⁹ ABM, Câmara Municipal do Porto Santo, liv. 14, fl. 192, 30 de julho de 1959.

¹²⁰ ABM, Registos Notariais, liv. 6216, fls. 71-76, 22 de dezembro de 1931.

¹²¹ ABM, Registos Notariais, liv. 7015, fls. 37v.º-40, 6 de abril de 1936. ABM, Direção dos Serviços Industriais, Elétricos e de Viação, liv. 2385: processo n.º 506, dá-se entrada a 21 de agosto de 1937, e averba-se em nome de Alfredo Marcelino Camacho a 20 de maio de 1958. *Diário de Notícias*, 1937-09-10, p. 3. RIBEIRO, 1997, *Porto Santo. Aspectos da sua Economia*, p. 54.

¹²² PACHECO, 2024, «A Cal no Arquipélago da Madeira nos Séculos XIX-XX», pp. 536-537 e 549.

¹²³ *Diário de Notícias*, 1945-06-22, p. 2: vende-se o saco a 30\$00.

A expedição de cal de Maria Berta Pestana de Andrade (1915-1999)¹²⁴ inicia-se em 1951 e prolonga-se quase ininterruptamente até 1965, equivalendo a cerca de 5% do volume total transportado para a Madeira (Gráfico n.º 7). A entrada para este negócio relaciona-se com a morte de seu marido, Carlos André Andrade, devido a um acidente ocorrido no Ilhéu de Baixo, no ano anterior¹²⁵. O forno de cal desta empresária localiza-se no Cabeço da Ponta ou Pedreira das Lajes, na ilha do Porto Santo, mais precisamente o mesmo estabelecimento explorado alguns anos antes pelo seu falecido sogro, sob a firma Andrade & Filho¹²⁶.

Começa-se por expedir cal em 1951¹²⁷, mas no ano seguinte consta um carregamento inferior a 5 t e no terceiro ano não se registam quaisquer movimentos. Apenas se retoma a expedição de cal, de forma consistente, a partir de 1954, atingindo-se o volume anual máximo em 1963, com mais de 1100 t. Depois, o fabrico de cal entra em declínio acentuado, ficando-se no último ano pelo embarque de cerca de 24 t.

O empresário Daniel Jorge Maria Telo (1862-1939)¹²⁸ exerce esta atividade entre 1928 e 1938. Nesse período, embarca-se quase exclusivamente cal, embora corresponda apenas a cerca de 2% do volume total, e uma percentagem residual de calcário em 1932 (Gráfico n.º 7). O seu forno localiza-se no Campo de Baixo, que corresponde a um dos locais de maior concentração destes estabelecimentos industriais no Porto Santo¹²⁹. Além do forno de cal, pertencem-lhe as embarcações *São Jorge* e *Barco Preto*, utilizados no tráfego comercial entre as ilhas do arquipélago. Por óbito deste empresário, no ano imediato a cessar a expedição de cal, os bens são herdados pela viúva, Júlia Joaquina Amélia Telo, e quatro filhos, José Jorge

¹²⁴ ABM, Conservatória do Registo Civil do Funchal, liv. 4178, fl. 493v.º, 21 de julho de 1915.

¹²⁵ *Diário de Notícias*, 1950-08-17, pp. 1 e 4: noticia-se que Carlos André Andrade administra as pedreiras «do seu falecido sogro, Francisco de Andrade, e nelas interessado, tinha em andamento a exploração directa e em construção um forno de cal».

¹²⁶ PACHECO, 2024, «A Cal no Arquipélago da Madeira nos Séculos XIX-XX», pp. 542, 547 e 560: afirma-se que Francisco de Andrade, sócio-gerente da empresa Andrade & Filho, detém uma participação social na Empresa dos Cimentos do Porto Santo, Lda.

¹²⁷ RIBEIRO, 1997, *Porto Santo. Aspectos da sua Economia*, p. 55: afirma-se que o forno lhe pertence em 1951, sofre melhorias em 1954, e no ano imediato cede-se à firma Gomes de Andrade, Lda.

¹²⁸ ABM, Paróquia de Santa Maria Maior, liv. 2139, fls. 20-20v.º, casa-se em 1887.

¹²⁹ ABM, Direção dos Serviços Industriais, Elétricos e de Viação, liv. 2385: processo n.º 110. RIBEIRO, 1997, *Porto Santo. Aspectos da sua Economia*, p. 54. PACHECO, 2024, «A Cal no Arquipélago da Madeira nos Séculos XIX-XX», pp. 536 e 541-542.

Maria Telo, Manuel Jorge Maria Telo, Maria Virgínia Jorge Telo e Gertrudes Telo¹³⁰. Em 1944, por óbito da filha Maria Virgínia, fica-se a saber que o forno e as embarcações ainda se encontram em posse dos herdeiros, mas não existem quaisquer registos respeitantes ao fabrico de cal¹³¹.

Por último, na categoria de empresários com expedição de produtos calcários em mais do que uma década, destaca-se a firma José Figueira & Companhia (Gráfico n.º 7). Esta sociedade comercial embarca unicamente cal entre 1935 e 1947, mas, como se constata na leitura do gráfico, após o terceiro ano diminui-se consideravelmente o fabrico de cal e notam-se alguns hiatos na década de 1940. Após o fabrico residual e intermitente de cal – inferior a 1% do montante total –, vende-se o forno de cal a Alfredo Marcelino Camacho no ano imediato ao último embarque, consistindo em apenas 53 t¹³². Em relação a esta empresa, a designação comercial apenas nos permite associar, eventualmente, à firma Figueira Irmãos e outros, ligada à exploração de fornos de cal no Funchal e no sítio de Nossa Senhora da Piedade, no Porto Santo¹³³.

Os produtos calcários desembarcados no Funchal destinavam-se a ser armazenados e distribuídos em lojas de ferragens e materiais de construção, onde inclusive se podia utilizar no fabrico de diversos artigos para as obras. A embalagem, pesagem e transporte em sacas torna-se cada vez mais frequente, facilitando-se as operações de carga e descarga¹³⁴. Porém, o calcário que se calcina no Funchal, Câmara de Lobos e Gaula continua a contabilizar-se em toneladas e utilizam-se caixões para não se danificar as embarcações e facilitar a descarga e transporte até ao forno de cal¹³⁵. O empresário com maior longevidade neste setor desiste de fabricar cal no Funchal na década de 1960, correspondendo ao período de abandono das pedreiras localizadas no Ilhéu de Baixo e correspondente encerramento de fornos de cal no arquipélago. Contudo, constata-se o abandono desta atividade e a redução progressiva da tonelagem transportada desde finais da década de 1930 (Gráfico n.º 8).

¹³⁰ ABM, Registos Notariais, liv. 7021, fls. 19v.º-26v.º, 21 de outubro de 1941.

¹³¹ ABM, Registos Notariais, liv. 7024, fls. 38v.º-42, 17 de junho de 1944.

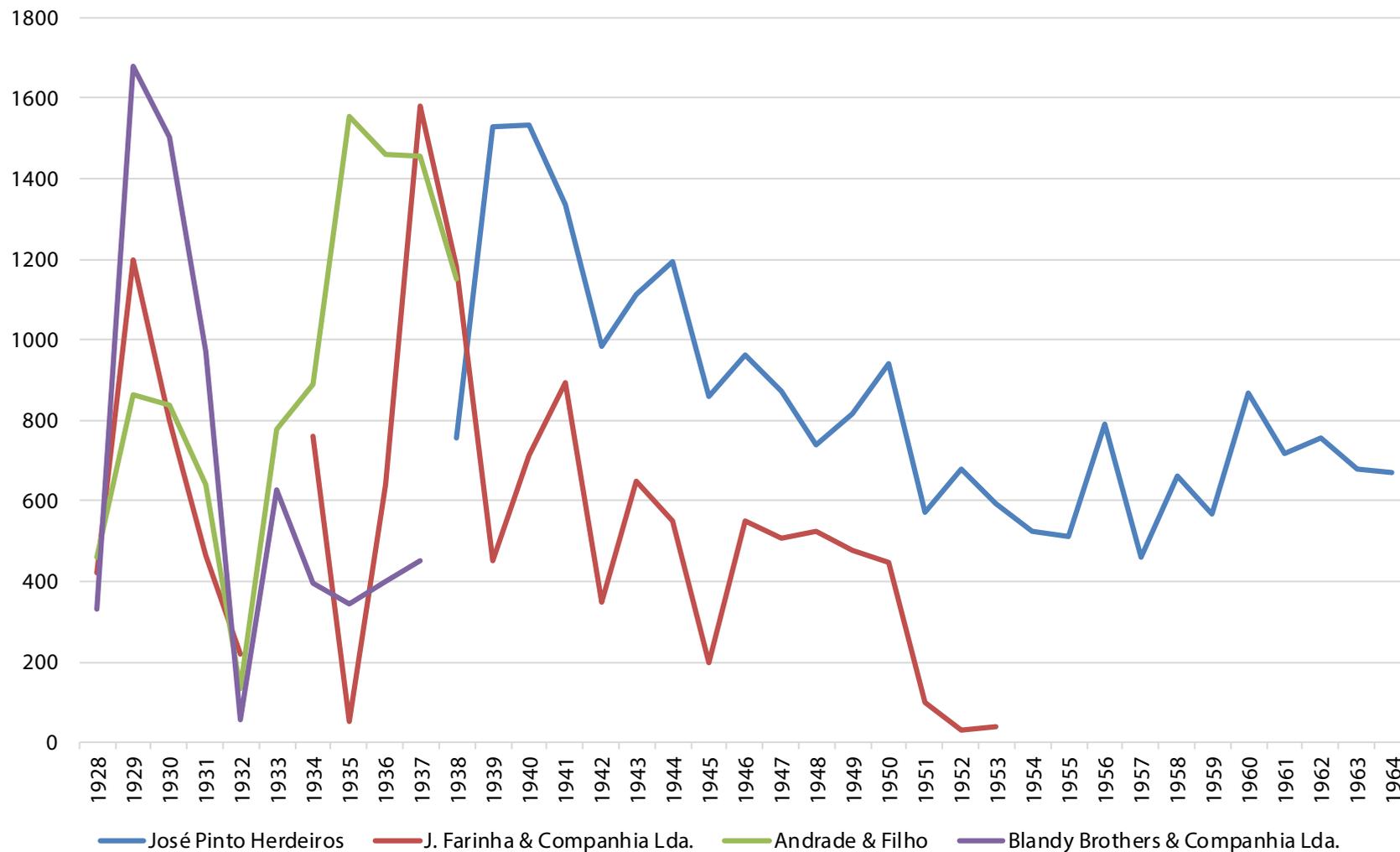
¹³² RIBEIRO, 1997, *Porto Santo. Aspectos da sua Economia*, pp. 54-55.

¹³³ ABM, Direção dos Serviços Industriais, Elétricos e de Viação, liv. 2385: processo n.º 94. PACHECO, 2024, «A Cal no Arquipélago da Madeira nos Séculos XIX-XX», p. 536.

¹³⁴ ABM, Câmara Municipal do Porto Santo, liv. 14, fl. 35, 12 de outubro de 1957: refere-se a carga e descarga de sacas de carvão e cal na rua Infante D. Henrique.

¹³⁵ PACHECO, 2024, «A Cal no Arquipélago da Madeira nos Séculos XIX-XX», pp. 531, 555 e 559: constata-se o acréscimo de 0,3 escudos no custo do caixão de calcário entre a praia e o forno.

Gráfico n.º 8 – Empresários do calcário de maior longevidade empresarial (1928-1964)
(volume expedido, em toneladas)



Fonte: ABM, Câmara Municipal do Porto Santo, livs. 246-253; cxs. 2028-2031; e cap. 2193.

A firma José Pinto, Herdeiros compromete-se quase exclusivamente com a extração e embarque de calcário para a Madeira entre 1938 e 1964 (Gráfico n.º 8), correspondendo a cerca de um terço do volume total desembarcado no Funchal entre 1928 e 1974. Regista-se igualmente o embarque de um valor residual de carbonato de cálcio, mas apenas em 1962 (16 t). As pedreiras que se exploram localizam-se no Ilhéu de Baixo, tendo ali ocorrido um acidente que vitima o capataz em 1957¹³⁶. O forno de cal localiza-se na travessa da Malta, no Funchal, onde se procede à calcinação do calcário¹³⁷. Neste caso, também se publicita que se podem beneficiar «os terrenos cultivados a bananeiras e árvores de fruto, com o calcáreo do Porto Santo»¹³⁸.

Atingem-se os valores mais elevados na extração de calcário na primeira metade da década de 1940. A partir de então, assiste-se ao decréscimo progressivo nesta atividade mineira realizada no Ilhéu de Baixo, invertendo-se esta tendência em 1957. Contudo, deixa-se de explorar as pedreiras em 1964, devido aos custos do extrativismo e eventuais problemas de segurança relacionados com a estabilidade das galerias e, no imediato, arrenda-se o estabelecimento comercial na travessa da Malta a Alfredo Marcelino Camacho¹³⁹.

No caso da firma J. Farinha & Companhia, Lda., o negócio da cal surge documentado em 1928 e prolonga-se até 1953 (Gráfico n.º 8), oscilando entre a expedição maioritária de cal em alguns anos (1928 e 1932-1933), mas no cômputo geral equivale a uma percentagem insignificante. O principal produto que se transporta consiste em calcário, cujo volume equivale a cerca de um quinto do total desembarcado na Madeira no período em análise. Após 1933, a generalidade dos registos reporta-se ao embarque desta matéria-prima, à exceção de um valor residual de cal em 1938. Assim, pode-se inferir que se desiste de fabricar cal no concelho do Porto Santo no início da década de 1930, em favor da calcinação de calcário no forno localizado na rua do Ribeirinho de Baixo, no Funchal¹⁴⁰.

No decurso de 1933, publicita-se na imprensa a venda de «Cal para Construções, Cal de primeira qualidade fabricada na Madeira e Cal fabricada no Porto

¹³⁶ *Diário de Notícias*, 1957-07-14, p. 2: refere-se o óbito de José Araújo Sol, natural de Santa Cruz.

¹³⁷ ABM, Direção dos Serviços Industriais, Elétricos e de Viação, liv. 2385: processo n.º 86, regista-se o forno de cal em nome de Andrade & Filhos, Lda., e posteriormente de Alfredo Marcelino Camacho. PACHECO, 2024, «A Cal no Arquipélago da Madeira nos Séculos XIX-XX», p. 560.

¹³⁸ *Diário de Notícias*, 1955-04-23, p. 6.

¹³⁹ ABM, Registos Notariais, liv. 8502, fls. 53v.º-55v.º: 16 de fevereiro de 1965.

¹⁴⁰ ABM, Direção dos Serviços Industriais, Elétricos e de Viação, liv. 2385: processo n.º 136. *Diário de Notícias*, 1929-03-24, p. 4: vende-se o moio de cal a 75 escudos. PACHECO, 2024, «A Cal no Arquipélago da Madeira nos Séculos XIX-XX», pp. 529 e 535.

Santo», mas desta feita indica-se como morada a rua Direita, onde se localizam a loja de ferragens e armazém¹⁴¹. Porém, em meados deste ano, a Câmara Municipal do Porto Santo processa esta firma por dívidas respeitantes ao pagamento dos impostos, como se comprova com a expedição de apenas 50 t de cal¹⁴². Os custos associados ao fabrico de cal no concelho do Porto Santo, acrescidos de taxas substancialmente mais elevadas, podem justificar a concentração desta atividade industrial no Funchal.

Com o aproximar do Natal, anuncia-se a comercialização de cal viva para caiar¹⁴³. A partir de meados da década de 1930, a publicidade desta firma refere-se unicamente a cal em pó fabricada na Madeira com calcário extraído no Ilhéu de Baixo, tal como se mostra no gráfico acima, correspondendo cada moio a 60 alqueires¹⁴⁴. Importa ainda referir que, em resultado de maior concorrência e, eventualmente, da crise económica dos anos 30, verifica-se uma quebra no preço de venda do moio de cal superior a 7% entre 1929 e 1935. Talvez por este motivo, e para se mostrar a versatilidade do produto e diversificar a sua utilização, publicita-se a comercialização de «Cal para Agricultura especialmente preparada para a *calagem* dos terrenos de cultura agrícola»¹⁴⁵.

Valente Cândido Gonçalves Farinha, sócio capitalista, e António Maria Fernandes Nunes, sócio industrial, fundam a firma Farinha & Companhia em 1920. Estabelece-se a sua sede inicialmente na rampa D. Manuel de Castro e na interseção da rua Direita com a rua 31 de Janeiro, no Funchal¹⁴⁶. Em 1931, resolve-se quadruplicar o capital social com a admissão de novo sócio, João Remígio Gonçalves Farinha, e passa-se a discriminar o negócio da cal no objeto social¹⁴⁷. Contudo, expede-se cal do Porto Santo ainda antes de se proceder a esta alteração societária entre 1928-1929.

¹⁴¹ *Diário de Notícias*, 1933-05-21, p. 2. *Diário de Notícias*, 1937-12-25, p. 8: noticia-se a comercialização de materiais de construção e secções especializadas em ferragens, madeiras e cal, além de se representar em exclusivo a Companhia *Cimento Tejo*.

¹⁴² ABM, Câmara Municipal do Porto Santo, liv. 5, fl. 2v.º, 3 de junho de 1933.

¹⁴³ *Diário de Notícias*, 1934-11-04, p. 2. *Diário de Notícias*, 1937-12-08, p. 3.

¹⁴⁴ *Diário de Notícias*, 1935-07-07, p. 3: vende-se o moio de cal a 65 escudos. *Diário de Notícias*, 1947-12-21, p. 12.

¹⁴⁵ *Diário de Notícias*, 1933-05-21, p. 2.

¹⁴⁶ ABM, Registos Notariais, liv. 6215, fls. 32-34v.º, 12 de janeiro de 1931: constitui-se a firma com 110 000 escudos de capital social para se comerciar tabuado, telhas e outros materiais de construção. BARRETO e MÓNICA, 1999, *Dicionário de História de Portugal – VIII*, p. 185: refere-se a preferência dos empresários portugueses por autofinanciamento e sócios capitalistas, e menor recurso à banca.

¹⁴⁷ ABM, Registos Notariais, liv. 6215, fl. 33v.º, 12 de janeiro de 1931: afirma-se que a quota de João Remígio Gonçalves Farinha se encontra realizada em 110 000 escudos, por «transferência para a sociedade de valor correspondente no crédito que este tem contra ela».

No ano imediato, altera-se a firma de sociedade comercial em nome coletivo para sociedade por quotas, passando a designar-se Farinha & Companhia, Lda., e admitem-se dois novos sócios¹⁴⁸. Todavia, para não se confundir com outra firma da praça madeirense, a sociedade adota a denominação J. Farinha & Companhia, Lda.¹⁴⁹. Por óbito do sócio João Remígio Gonçalves Farinha, em 9 de fevereiro de 1935, os sócios sobreviventes assumem o capital social em duas quotas, ambas de valor nominal de 220 000 escudos¹⁵⁰. No início da década seguinte, procede-se à alteração de um parágrafo respeitante à continuação da atividade por morte ou interdição de um dos sócios¹⁵¹, mas a atividade mineira prossegue e apenas decai de forma significativa no início da década de 1950.

Além de se negociar cal e calcário, procura-se rentabilizar o «novo e confortável barco-motor *São Pedro*» através da organização de viagens de verão ao Porto Santo, nomeadamente por ocasião da festividade do Espírito Santo¹⁵². A expansão comercial e a diversificação dos investimentos possibilitam a inauguração da nova sede da empresa «na parte nova da R. 31 de Janeiro»¹⁵³ em 1942. Porém, no início da década seguinte, desiste-se do fabrico de cal.

A firma Andrade & Filho, com forno e depósito de cal na travessa da Malta, no Funchal, envolve-se nesta atividade entre 1928 e 1938 (Gráfico n.º 8). Não obstante, Francisco de Andrade, sócio-gerente da empresa, encontra-se associado a esta indústria desde o início do século XX, inclusivamente integrando a cartelização dos industriais da cal no Funchal e fundando a Empresa dos Cimentos do Porto Santo, Lda.¹⁵⁴. Segundo a fiscalização municipal, fabrica-se cal no Ilhéu de Baixo e Campo de Baixo, como se comprova em embarques efetuados entre 1928-29,

¹⁴⁸ ABM, Registos Notariais, liv. 6216, fls. 86v.º-89v.º, 20 de janeiro de 1932: fixam-se as quotas de João Remígio Gonçalves Farinha em 330 000 escudos, António Maria Fernandes Nunes em 55 000 escudos (realizada em 10 000 escudos) e Januário Rodrigues em 55 000 escudos.

¹⁴⁹ ABM, Registos Notariais, liv. 6217, fls. 91v.º-92, 28 de novembro de 1932.

¹⁵⁰ ABM, Registos Notariais, liv. 7807, fls. 6v.º-8v.º, 18 de março de 1936: determinam-se as quotas de António Maria Fernandes Nunes e Januário Rodrigues em 110 000 escudos, já realizadas, e 154 634,88 escudos de entradas em dinheiro. Por encontro de contas, a quota do falecido apresenta-se com saldo negativo de 179 127,278 escudos, que os herdeiros devem assumir.

¹⁵¹ ABM, Registos Notariais, liv. 7813, fls. 16-17v.º, 27 de março de 1941: continua-se com os sócios António Maria Fernandes Nunes e Januário Rodrigues.

¹⁵² *Diário de Notícias*, 1931-08-18, p. 3.

¹⁵³ *Diário de Notícias*, 1942-07-19, pp. 1 e 4: refere-se que a firma pertence aos sócios António Maria Fernandes Nunes e Januário Rodrigues.

¹⁵⁴ TRIGO e TRIGO, 1910, *Roteiro e Guia do Funchal*, p. 49. PACHECO, 2024, «A Cal no Arquipélago da Madeira nos Séculos XIX-XX», pp. 555-560.

e especialmente em 1932¹⁵⁵. Todavia, o principal produto que se transporta para o Funchal corresponde a calcário extraída no Ilhéu de Baixo, cujo volume equivale a cerca de 14% do total.

Segundo publicidade na imprensa local, vende-se cal «no forno dos Andrades, à Travessa da Malta, fabricada no mesmo» com calcário extraído no Ilhéu de Baixo, e «cal em pedra para cair» em 1933¹⁵⁶. No mesmo ano, publicita-se que a cal tanto serve para a construção como para a agricultura, «devido á sua boa qualidade»¹⁵⁷. Tal como se refere, o preço da cal encontra-se em quebra na década de 1930, apesar de se advertir para a qualidade da «cal de mina extraída no Ilhéu de Baixo» e cozida localmente¹⁵⁸. Cerca de uma década após cessar a atividade, um antigo operário deste forno de cal anuncia a abertura de um depósito de cal na rua do Seminário, no Funchal¹⁵⁹.

Uma das empresas locais mais importantes, de capital britânico, também se imiscui no extrativismo do Porto Santo, pelo menos até ao deflagrar da II Guerra Mundial (Gráfico n.º 8)¹⁶⁰. Os embarques de calcário – cerca de 9% do volume total – e cal – menos de 1% – da firma Blandy Brothers & Companhia, Lda. (1811-?) encontram-se documentados entre 1928 e 1943, ainda que se detetem alguns hiatos. À exceção do último ano, e de cerca de 80% do volume embarcado em 1932, privilegia-se a extração e transporte de calcário para se calcinar em fornos localizados no Funchal, mais concretamente no forno de Santa Catarina, que a firma explora desde 1857¹⁶¹, e temporariamente no forno do Rego, por arrendamento firmado em 1913¹⁶². Neste caso, aproveitam-se as vantagens competitivas do diferencial entre as taxas municipais que penalizam a expedição de cal fabricada

¹⁵⁵ ABM, Câmara Municipal do Porto Santo, liv. 136, fl. 27v, 13 de dezembro de 1927; fl. 46v, 25 de junho de 1928. PACHECO, 2024, «A Cal no Arquipélago da Madeira nos Séculos XIX-XX», p. 536.

¹⁵⁶ *Diário de Notícias*, 1933-03-19, p. 2: vende-se o moio de cal a 75 escudos.

¹⁵⁷ *Diário de Notícias*, 1933-06-18, p. 5: na mesma página, publica-se um anúncio da firma Blandy Brothers & Companhia, Lda., sobre a venda de «cal própria para calagem de terrenos, Salva as Culturas, Vende-se nos Fornos de Santa Catarina e Rego».

¹⁵⁸ *Diário de Notícias*, 1934-07-22, p. 4: vende-se o moio de cal a 70 escudos.

¹⁵⁹ *Diário de Notícias*, 1947-10-12, p. 4: trata-se de Gabriel Pinto Correia.

¹⁶⁰ PACHECO, 2024, «A Cal no Arquipélago da Madeira nos Séculos XIX-XX», pp. 519-520: licenciam-se 30 pedreiras entre 1896 e 1910.

¹⁶¹ ABM, Direção dos Serviços Industriais, Elétricos e de Viação, liv. 2385: processo n.º 138. CORREIA, 2022, «A família Blandy na Madeira: investimentos e estratégias empresariais no século XIX (uma visão panorâmica)», pp. 197-198: adquire-se o forno e quatro pedreiras no Ilhéu de Baixo em 1878, dependendo-se quatro milhões de réis.

¹⁶² PACHECO, 2024, «A Cal no Arquipélago da Madeira nos Séculos XIX-XX», pp. 557-559: arrenda-se o forno de cal de João Frederico Rego, localizado no largo dos Lavradores.

no Porto Santo, uma vez que se pode internalizar os custos de produção relativos a combustível e transporte por representarem outras áreas de negócios desta firma.

Como se refere no Ponto 3, a firma Blandy Brothers & Companhia, Lda. lidera o cartel da cal que se estabelece no Funchal no início do século XX. Segundo os dados de comercialização da época, o forno de Santa Catarina fornece mais de um terço de toda a cal fabricada com matéria-prima extraída no concelho do Porto Santo. Porém, estes cálculos não se aplicam à cal importada da Grã-Bretanha, para uso exclusivo da firma¹⁶³.

Atinge-se o auge do embarque de calcário em 1929, perfazendo cerca de 1700 t, mas diminui-se o volume transportado ao longo da década seguinte, até equivaler a cerca de um quarto do montante inicial. Em 1931, anuncia-se a transferência do depósito de cal do largo dos Lavradores para a rua do Hospital Velho, no local onde funciona o forno do Rego¹⁶⁴. A concentração do comércio da cal relaciona-se com o decréscimo do interesse por esta atividade, bem patente na tonelagem de matéria-prima embarcada ao longo da década de 1930.

Na comemoração dos 125 anos de fundação da empresa, o *Diário de Notícias* dedica-lhe algumas páginas nas edições de 24 e 26 de junho de 1936¹⁶⁵. No que respeita ao forno de Santa Catarina, refere-se o interesse por esta indústria e pela exploração de pedreiras no Ilhéu de Baixo em finais do século XIX, cujos túneis das frentes de desmonte atingem grande extensão, nomeadamente na pedreira do

«Gretão, ao lado sul do Ilheu, penetrar algumas centenas de metros, abaixo do nível da terra, por um espaço de 2 horas, ou mais. Na pedreira denominada *Casa dum Água*, é possível atravessar o Ilhéu, na sua largura, saindo-se depois duma hora de trajecto, pelos tuneis da pedreira do *Forno*.»¹⁶⁶

Acrescenta-se que os operários,

«com o conhecimento perfeito do complicado labirinto dos tuneis, saem habitualmente das freguesias de Santa Cruz e Campanario. No começo de cada ano estes homens deixam as suas casas e vão para o Ilheu de Baixo, extrair a pedra calcarea até meados do verão. Mesmo sem auxilio de luz, alguns destes homens podem atravessar os numerosos

¹⁶³ ABM, Registos Notariais, liv. 2454, fls. 56v.º-59, 27 de agosto de 1903.

¹⁶⁴ ABM, Direção dos Serviços Industriais, Elétricos e de Viação, liv. 2385: processo n.º 137, licencia-se um forno no largo dos Lavradores a Maria Amélia de Andrade. *Diário de Notícias*, 1931-09-04, p. 2: vende-se o moio de cal a 75 escudos.

¹⁶⁵ *Diário de Notícias*, 1936-06-24, pp. 1-2 e 9-10. *Diário de Notícias*, 1936-06-26, pp. 1-2 e 7. Note-se que esta publicação periódica integra o universo empresarial da família Blandy desde o início da década de 1910.

¹⁶⁶ *Diário de Notícias*, 1936-06-24, p. 9.

e intrincados tuneis, que existem no Ilheu, chegando ao local que desejam, fazendo, sem erro, um trajecto em que qualquer, menos experiente, se perderia logo que desse os primeiros passos.»¹⁶⁷

Em jeito de publicidade, afirma-se que «a pedra sujeita á maior pressão, produz, no acto do cozimento, a melhor cal». Por isso, apenas se calcina calcário extraído a grande profundidade no forno de Santa Catarina, sendo as pedreiras da firma Blandy Brothers & Companhia, Lda. «as mais profundas»¹⁶⁸. Nesta reportagem não se menciona o arrendamento de outro forno de cal no Funchal e inclusive deixa-se de explorar pedreiras de calcário no ano imediato.

4.3 Empresários com Atividade Inferior a Uma Década

Nesta categoria, aborda-se os empresários que exercem o tráfico por períodos compreendidos entre um lustro e uma década. Opta-se, novamente, por agrupar os agentes económicos em função dos principais produtos que se embarca no Porto Santo, isto é, calcário e cal, embora algumas empresas diversifiquem a produção com o fabrico de carbonato de cálcio. Assim, compilam-se dados referentes a quatro empresários que exploram quase exclusivamente o calcário (Gráfico n.º 9) e seis a cal (Gráfico n.º 10). No total, referem-se sete empresários em nome individual, duas sociedades em nome coletivo e uma sociedade por quotas.

Joaquim José de Gouveia (1863-1930)¹⁶⁹ dedica-se unicamente ao embarque de calcário para calcinar num forno de cal no concelho de Santa Cruz (Gráfico n.º 9), pois em 1900 licencia-se a exploração de uma pedreira de calcário no Ilhéu de Baixo. O volume que se transporta corresponde a cerca de 2% do montante total de calcário desembarcado na ilha da Madeira. Contudo, pode dar-se o caso de este forno de cal se localizar no sítio do Porto Novo, em Gaula, nas imediações do sítio onde se instala um engenho de destilação de aguardente, no qual Joaquim José de Gouveia forma sociedade com Constantino José Lobo e António Joaquim de França¹⁷⁰.

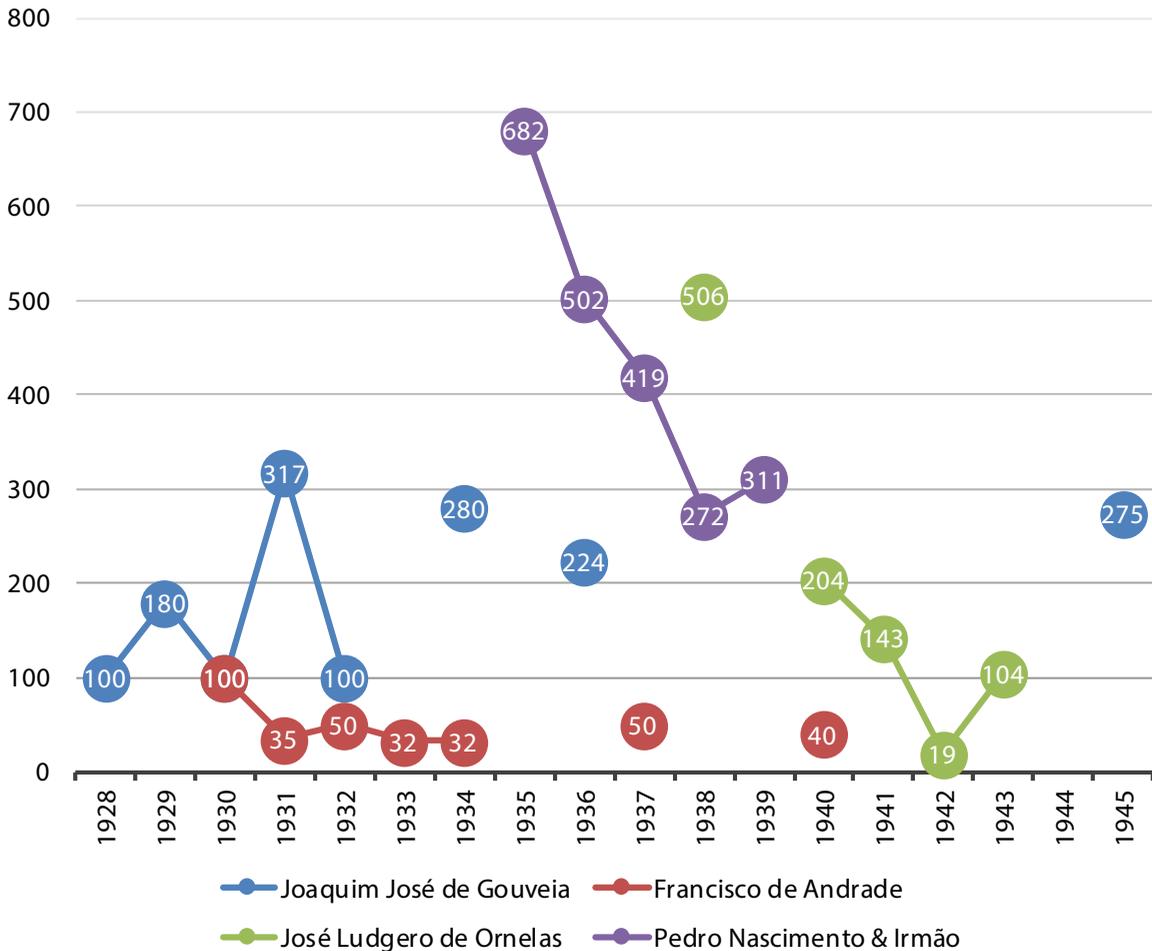
¹⁶⁷ *Diário de Notícias*, 1936-06-24, p. 9.

¹⁶⁸ *Diário de Notícias*, 1936-06-24, p. 9.

¹⁶⁹ CLODE, 1983, *Registo Bio-Bibliográfico de Madeirenses: Sécs. XIX e XX*, pp. 246-247: afirma-se que Joaquim José de Gouveia tem um descendente de nome Joaquim Vasconcelos de Gouveia (1883-1955).

¹⁷⁰ PACHECO, 2024, «A Cal no Arquipélago da Madeira nos Séculos XIX-XX», pp. 520-521 e 568.

Gráfico n.º 9 – Empresários do calcário no concelho do Porto Santo (1928-1945)
(volume expedido, em toneladas)



Fonte: ABM, Câmara Municipal do Porto Santo, livs. 246-253; cxs. 2028-2031; e cap. 2193.

O forno parece funcionar de forma contínua entre 1928 e 1932, mas após essa data apenas se contabilizam embarques de calcário em três anos, o último dos quais em 1945. Curiosamente, em 1928, 1930 e 1933, carrega-se exatamente 100 t, correspondendo a dois embarques, mas o volume mais elevado regista-se em 1931. Tendo em conta o óbito de Joaquim José de Gouveia, em 1930, julga-se que os herdeiros continuam o negócio da cal, uma vez que nos documentos fiscais conserva-se a mesma grafia devido à tradição de se adotar o nome do progenitor em diferentes gerações, distinguindo-se muitas vezes ao se associarem os sobrenomes Sênior e Júnior.

Os embarques de Francisco de Andrade seguem, de certo modo, o padrão estabelecido por Joaquim José de Gouveia. A partir de meados da década de 1930, apenas se carrega calcário em dois anos (Gráfico n.º 9). As pedreiras, igualmente localizadas no Ilhéu de Baixo, encontram-se licenciadas desde 1914 e 1916. Todavia, embarca-se cerca de 23 t de cal em 1932, provavelmente fabricada no Campo de Baixo, no Porto Santo. Encontram-se igualmente referências a Francisco de Andrade na fundação da Empresa dos Cimentos do Porto Santo, Lda., e enquanto sócio-gerente da firma Andrade & Filho, pelo que se levantam dúvidas em relação à correta identificação dos empresários e empresas na documentação fiscal do município do Porto Santo¹⁷¹.

Os embarques anuais de Francisco de Andrade revelam-se pouco elevados, ficando-se entre as 100 t (1930) e o mínimo de 32 t (entre 1933-1934), o que se traduz em volume total inferior a 1%. Em 1936, já viúvo, conjuntamente com João Basílio Sebastião Spínola e esposa, Maria da Conceição Teixeira Spínola, vendem-se, entre outros bens, «um prédio urbano que consta de um forno de cozer cal, coberto de telha, um armazém desabafado e duma pequena casa duma água que serve de arrecadação, situado no campo de Baixo», um «prédio rústico de terra semeadiça e respectivo tanque que serve de depósito de água para o dito forno de cal» e um «ca[i]s que se acha em ruínas», localizado na foz do Ribeiro Salgado, no Porto Santo, incluindo todos os utensílios do forno de cal e a transferência do respetivo alvará para Eduardo César Ribeiro¹⁷². Contudo, o novo proprietário apenas explora este forno entre 1936 e 1938.

No caso de José Ludgero de Ornelas (1904-1982)¹⁷³, regista-se o embarque de quase metade da tonelagem de calcário em 1938, seguindo-se uma redução significativa nos anos imediatos, embora se denote alguma recuperação em 1944 (Gráfico n.º 9). Este empresário desempenha o cargo de sócio-gerente na Empresa de Construção Civil, Lda., a qual consegue ganhar contratos para a realização de diversas empreitadas da Junta Geral, designadamente a abertura de estradas e a construção de recintos desportivos na ilha da Madeira.

¹⁷¹ Veja-se: PACHECO, 2024, «A Cal no Arquipélago da Madeira nos Séculos XIX-XX», pp. 542, 547 e 560: constata-se as participações sociais de Francisco de Andrade e da firma Andrade & Filho na constituição da Empresa dos Cimentos do Porto Santo, Lda.

¹⁷² ABM, Registos Notariais, liv. 7015, fls. 37v.º-40, 6 de abril de 1936: vende-se por 5000 escudos.

¹⁷³ ABM, Conservatória do Registo Civil do Funchal, liv. 4062, fl. 502, 23 de julho de 1982.

A firma Pedro Nascimento & Irmão apenas embarca calcário durante um lustro (Gráfico n.º 9). Em 1934, submete-se um processo de licenciamento de um forno de cal no Porto Novo, freguesia de Gaula e concelho de Santa Cruz¹⁷⁴. Apesar de algumas vicissitudes, consegue-se o alvará e no ano imediato inicia-se a expedição de matéria-prima. Na verdade, trata-se de um forno desativado há alguns anos, nas imediações do engenho de destilação de aguardente de Constantino José Lobo¹⁷⁵.

Como se refere, esta iniciativa, com a qual se pretende criar entre três a cinco postos de trabalho e fornecer o mercado local, designadamente o Caniço, Gaula e a Camacha, não tem bom acolhimento da parte de outros industriais da cal da Madeira e Porto Santo, alegando-se a diminuição da procura, o número excessivo de fabricantes e, inclusive, a redução das receitas fiscais da Câmara Municipal do Porto Santo. Além disso, acrescenta-se que o forno em questão «nem ao menos vem modificar a forma rotineira do antigo fabrico de cal»¹⁷⁶. Na verdade, o Decreto n.º 21515, de 26 de julho de 1932, extingue a exceção na lei do condicionamento industrial para os estabelecimentos em que se emprega menos de cinco operários ou cinco cavalos-vapor de força motriz, com o propósito de se impedir a «pulverização de pequenos estabelecimentos industriais»¹⁷⁷.

Em defesa dos seus interesses, a firma Pedro Nascimento & Irmão alerta para a tentativa de se formar um monopólio dos fabricantes de cal, nomeando-se as firmas Blandy Brothers & Companhia, Lda., J. Farinha & Companhia, Lda., Empresa de Cimentos do Porto Santo, Lda., Alfredo Marcelino Camacho (representando a firma Alfredo Camacho & Companhia e o forno de João Abel de Freitas), e os fabricantes

¹⁷⁴ ABM, Direção dos Serviços Industriais, Elétricos e de Viação, liv. 2385: processo n.º 239, apresenta-se requerimento a 21 de maio de 1934 e vistoria-se no ano imediato. *Diário de Notícias*, 1934-12-08, p. 4: informa-se as confrontações: Constantino José Lobo a norte, o ramal do Porto Novo a sul, a Estrada Nacional 23 a este, e a ribeira do Porto Novo a oeste.

¹⁷⁵ ABM, Direção dos Serviços Industriais, Elétricos e de Viação, Processos de licenciamento industrial, n.º 52.

¹⁷⁶ ABM, Direção dos Serviços Industriais, Elétricos e de Viação, Processos de licenciamento industrial, n.º 52. BRANCO, 2024, «A Vida Social dos Georrecursos: Extrações e Extrativismo na Ilha do Porto Santo (desde o Século XX)», pp. 823-824.

¹⁷⁷ *Diário do Governo*, 1932-07-26, n.º 173/1932, Série I, Decreto n.º 21515. Veja-se: RODRIGUES e MENDES, 1999, *História da Indústria Portuguesa. Da Idade Média aos Nossos Dias*, pp. 314-315.

Pedro Góis de Mendonça¹⁷⁸, João Albino da Silva Júnior, Joaquim Vasconcelos de Gouveia e José Pinto. Alega-se ainda a dinamização económica e comercial da freguesia, a criação de cerca de uma dezena de postos de trabalho e a facilidade de abastecimento para os residentes, evitando-se os custos com a deslocação e transporte de cal de Santa Cruz e Funchal¹⁷⁹.

Nas vistorias realizadas em 1935, constata-se que o forno se encontra instalado «em um barracão coberto de folha de ferro» e «suficientemente arejado», «não virá a exceder quatro operários» e «trabalha continuamente». Porém, a tonelagem envolvida neste tráfico diminui consideravelmente e a firma Pedro Nascimento & Irmão parece ter desistido deste negócio no final da década de 1930. Segundo um auto de notícia da Direção dos Serviços Industriais, Elétricos e de Viação, declara-se que o forno deixa de laborar em 1940¹⁸⁰.

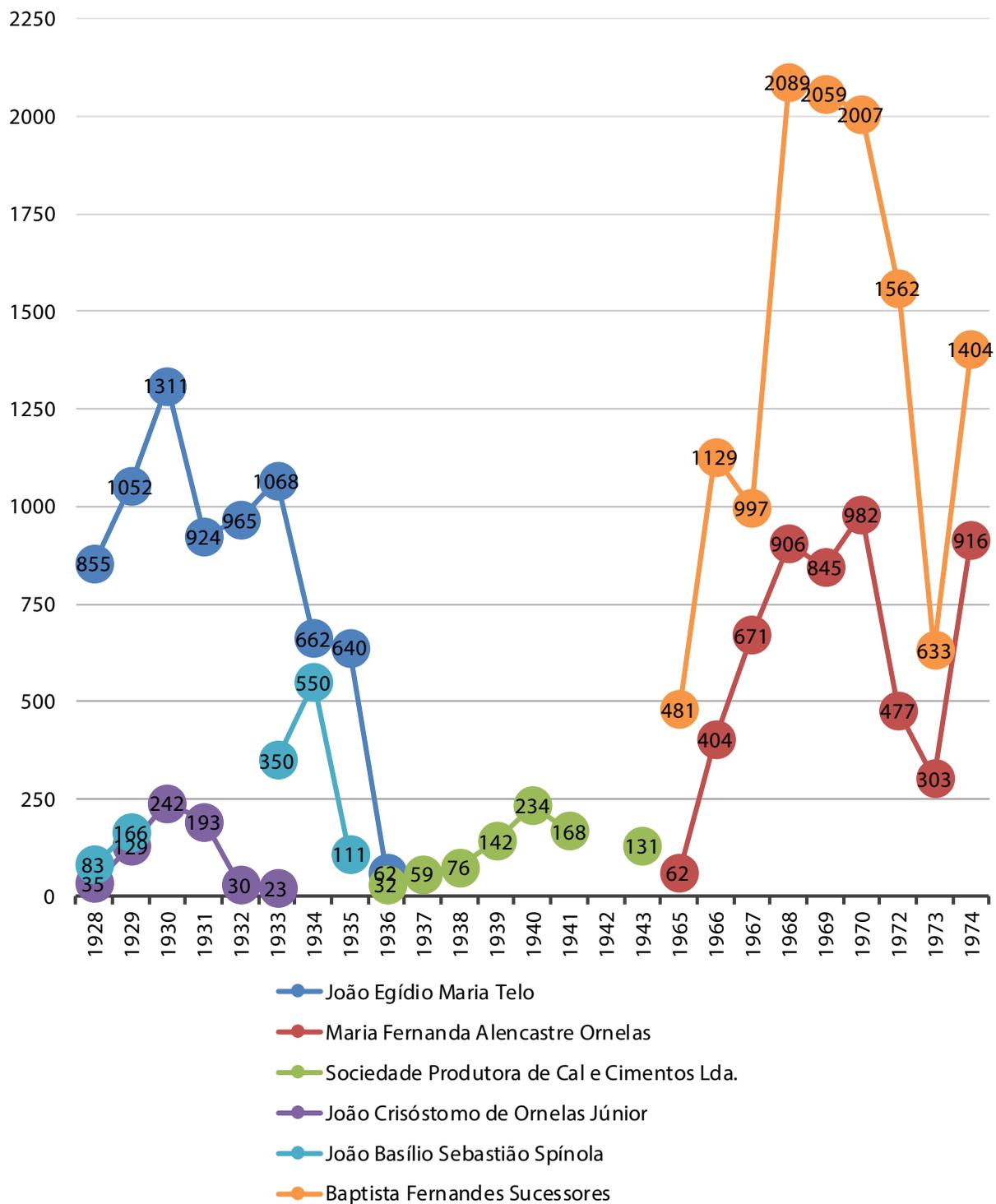
Como se refere, os empresários a fabricar cal no Porto Santo por períodos de tempo inferiores a uma década são em número ligeiramente superior aos do embarque de calcário (Gráfico n.º 10). Curiosamente, iguala-se o número de empresários nestes dois setores quando se compara a longevidade dos respetivos tráficos. Neste caso, atesta-se o declínio do fabrico de cal na primeira metade da década de 1930, acompanhado do encerramento de quatro fornos de cal. Na década seguinte, apenas uma empresa se mantém em atividade, mas a tonelagem anual permanece relativamente baixa. Após um período de inatividade de cerca de duas décadas, retoma-se o fabrico de cal em 1965, e a tonelagem embarcada para a Madeira supera claramente o volume inicialmente despachado. Como se disse, este investimento da parte de dois empresários relaciona-se com o fim do extrativismo no Ilhéu de Baixo e o correspondente encerramento dos fornos de cal na Madeira. Este nicho de mercado possibilita a rápida expansão do negócio da cal, mas no início da década de 1970 constata-se alguma saturação e até quebra no consumo de cal no Funchal.

¹⁷⁸ ABM, Direção dos Serviços Industriais, Elétricos e de Viação, liv. 2385: processo n.º 92, licencia-se o forno de cal no sítio de Nossa Senhora da Piedade, no Porto Santo.

¹⁷⁹ ABM, Direção dos Serviços Industriais, Elétricos e de Viação, Processos de licenciamento industrial, n.º 52: recolhe-se cerca de uma centena de assinaturas em apoio à firma Pedro Nascimento & Irmão.

¹⁸⁰ ABM, Direção dos Serviços Industriais, Elétricos e de Viação, Processos de licenciamento industrial, n.º 52.

Gráfico n.º 10 – Empresários da cal no concelho do Porto Santo (1928-1974)
(volume expedido, em toneladas)



Fonte: ABM, Câmara Municipal do Porto Santo, livs. 246-253; cxs. 2028-2031; e cap. 2193.

A expedição de produtos calcários por João Egídio Maria Telo (1865-?)¹⁸¹ decorre entre 1928 e 1936 (Gráfico n.º 10). O estabelecimento industrial deste fabricante localiza-se no Campo de Baixo¹⁸², no Porto Santo, onde o seu irmão Daniel Jorge Maria Telo também explora um forno de cal. Na generalidade dos anos, embarca-se cal fabricada naquela ilha – o equivalente a cerca de 5% do volume total –, mas igualmente cerca de 700 t de calcário em 1932, coincidindo com os embarques registados pelo irmão. A partir do ano seguinte, observa-se o declínio acentuado no embarque de cal, que se pode relacionar com a diminuição do preço do moio de cal comercializado no Funchal.

Maria Fernanda Alencastre Ornelas (1928-1981)¹⁸³ dedica-se em exclusivo ao fabrico de cal, cujos embarques se iniciam em 1965 e se mantêm até à década de 1980. No que respeita ao período anterior a 1974 (Gráfico n.º 10), destaca-se a rápida progressão do fabrico, pois passa-se de 62 t no primeiro ano para cerca de 900 t em 1968, traduzindo-se em cerca de 4% do volume total da cal fabricada no Porto Santo. Não obstante, também se fornecem algumas dezenas de moios à Câmara Municipal do Porto Santo no início da década de 1960, apesar de só se iniciarem os embarques de cal para a Madeira em meados desta década¹⁸⁴.

No que respeita aos montantes apurados, relembra-se que não se conseguiu localizar os coutos de cadernetas referentes a 1971, e apenas se cobre a primeira metade de 1973. Porém, em posse destes dados, e atendendo ao referido no parágrafo anterior, esta empresária reúne as condições para integrar a categoria de fabricantes com pelo menos uma década de atividade.

A Sociedade Produtora de Cal e Cimentos, Lda. também se encontra entre as empresas que embarcam cal, embora a tonelagem envolvida seja relativamente baixa (Gráfico n.º 10)¹⁸⁵. Após se reativar a Empresa dos Cimentos do Porto Santo, Lda. em junho de 1931, por cessão do contrato de exploração, celebrado em 1927 com Ralph Henry Dickson e Herman de Koenig para o fabrico anual de até 6000 t de cimento na fábrica da Fontinha¹⁸⁶, a Sociedade Produtora de Cal e Cimentos, Lda. toma a iniciativa de arrendar esta fábrica em 1935. No final desse ano, Luís de Freitas Branco, enquanto administrador, solicita autorização para instalar canos

¹⁸¹ ABM, Paróquia do Porto Santo, liv. 9027-A, fls. 10-10v.º, 10 de outubro de 1895.

¹⁸² ABM, Direção dos Serviços Industriais, Elétricos e de Viação, liv. 2385: processo n.º 111.

¹⁸³ ABM, Conservatória do Registo Civil do Porto Santo, liv. 3835, fls. 7-7v.º, 5 de maio de 1951.

¹⁸⁴ PACHECO, 2024, «A Cal no Arquipélago da Madeira nos Séculos XIX-XX», p. 545.

¹⁸⁵ PACHECO, 2022, «A Exploração de um Recurso Natural do Porto Santo no Século XX», pp. 78 e 84: afirma-se que se fabrica cerca de 1300 t de cimento e cal hidráulica.

¹⁸⁶ PACHECO, 2024, «A Cal no Arquipélago da Madeira nos Séculos XIX-XX», p. 548.

em cimento para se canalizar água para a fábrica e protesta o pagamento de taxas relativas a embarques de cimento e cal hidráulica, cujo fabrico entende não se aplicar o estipulado no Decreto n.º 13787, de 16 de junho de 1927¹⁸⁷. Porém, a fiscalização municipal taxa o embarque de cal entre 1936 e 1943, coincidindo com o hiato temporal nos embarques de cal de Luís de Freitas Branco enquanto empresário em nome individual, que se refere noutra parte deste artigo.

A reativação da fábrica da Fontinha suscita o protesto dos principais fabricantes de cimento de Portugal – Empresa Cimentos de Leiria; Secil-Companhia Geral de Cal e Cimento; e Companhia Cimentos Tejo –, alicerçados no condicionamento industrial então em vigor, o qual faz depender de autorização prévia do Governo quaisquer variações na capacidade instalada, independentemente de se tratar de empresas no ativo ou novas, como é o caso¹⁸⁸. No entanto, obteve-se o licenciamento da fábrica após autorização da Direção Geral da Indústria, a 20 de julho de 1936, estipulando-se o prazo de seis meses para se concluir o processo¹⁸⁹. Nesse sentido, adquirem-se alguns equipamentos, como sejam «um moinho preparador, um triturador e um doseador»¹⁹⁰.

Segundo os registos da Câmara Municipal do Porto Santo, esta firma embarca cerca de 600 t de cal hidráulica em 1938, 500 t em 1939, e 200 t em 1940, embora não se refira este produto nas cadernetas da fiscalização. Porém, alguns fabricantes de cal contestam o não pagamento de taxas na expedição de cimento e cal hidráulica, alertando-se para as vantagens competitivas na comercialização destes produtos e diminuição das receitas fiscais. A Sociedade Produtora de Cal e Cimentos, Lda. reclama da taxa municipal de 15 escudos por tonelada, que equipara este produto à cal fabricada no Porto Santo, e o Governador do Distrito salienta que se emprega na fábrica cerca de 30 operários, ainda que em apenas dois a três meses, mas de grande relevância no contexto do mercado de trabalho local, sobretudo com a crise e dificuldades de abastecimento decorrentes da II Guerra Mundial¹⁹¹.

¹⁸⁷ ABM, Câmara Municipal do Porto Santo, liv. 7, fl. 57v.º, 14 de dezembro de 1935; fls. 59-59v.º, 21 de dezembro de 1935.

¹⁸⁸ RODRIGUES e MENDES, 1999, *História da Indústria Portuguesa. Da Idade Média aos Nossos Dias*, pp. 307-308. BARRETO e MÓNICA, 1999, *Dicionário de História de Portugal – VII*, pp. 319 e 394: afirma-se que as empresas se modernizam nas décadas de 1920 e 1930. CONFRARIA, 2005, «Política económica», pp. 400-401. BRANCO, 2024, «A Vida Social dos Georrecursos: Extrações e Extrativismo na Ilha do Porto Santo (desde o Século XX)», pp. 773 e 814-823.

¹⁸⁹ ABM, Direção dos Serviços Industriais, Elétricos e de Viação, liv. 2385: processo n.º 81, regista-se outro despacho ministerial, de 11 de maio de 1937.

¹⁹⁰ *Diário de Notícias*, 1936-06-05, p. 3.

¹⁹¹ PACHECO, 2024, «A Cal no Arquipélago da Madeira nos Séculos XIX-XX», pp. 536 e 548-550.

João Crisóstomo de Ornelas Júnior (1866-?)¹⁹² embarca cal do Porto Santo durante um período quinquenal, à exceção de cerca de 100 t de calcário em 1932 (Gráfico n.º 10). O seu forno localiza-se no Ribeiro Cochim ou Cochino, implantando-se numa área de 95 m², cuja construção remonta a 1919. Apesar de não se verificarem embarques de cal para a Madeira, este forno continua em nome do empresário em 1937¹⁹³.

O empresário João Basílio Sebastião Spínola (1871-?)¹⁹⁴ consta alguns anos como expedidor de cal no período de 1928 a 1935 (Gráfico n.º 10). Ainda assim, embarca-se 221 t de calcário para a Madeira em 1934. Como se refere em relação a Francisco de Andrade, a alienação do seu forno de cal justifica o término desta atividade em 1936¹⁹⁵.

A firma Baptista Fernandes, Sucessores aparece listada apenas no embarque de cal e carbonato de cálcio, entre 1965 e 1974 (Gráfico n.º 10). Neste período de tempo, ensaia-se o fabrico de carbonato de cálcio, cujo volume representa cerca de um quinto do montante total. O início da atividade surge na imprensa local, publicitando-se a cal do Porto Santo e apresentando-se a firma como distribuidora do produto, com armazém de revenda na rua Direita, no Funchal. Informa-se ainda que a tecnologia de fabrico replica o fabrico da cal hidráulica, conferindo-lhe propriedades únicas, tais como «mais macia e melhor rendimento (não rebenta caroço)»¹⁹⁶. Ainda que omisso na documentação fiscal, a firma comercializa cal com a marca *Ilhéu* em 1968. Este produto, que se produz pelo «Processo de Fabricação de Cal Hidráulica», colhe encómios em anúncios na imprensa, tais como a «Melhor para Reboco, mais Macia, Melhor Goma e Mais Rendimento nas Presas»¹⁹⁷.

A empresa estabelece-se na rua 5 de Outubro, onde se inicia a venda de carbonato de cálcio em sacas de 50 kg com a marca *Agro-Santo*, igualmente em 1968 (Imagem n.º 4). Como se observa, este produto destina-se a corrigir a acidez (pH) da área agrícola na ilha da Madeira. Em outubro do mesmo ano, anuncia-se que a «Secção de Lavoura» da firma Leacock & Companhia, Lda. também distribui o

¹⁹² ABM, Paróquia do Porto Santo, liv. 6321-A, fls. 6v.º-7, casa-se em 1887.

¹⁹³ RIBEIRO, 1997, *Porto Santo. Aspectos da sua Economia*, pp. 54-55: refere-se o alvará de construção de Álvaro Mendes, a compra por Figueira & Irmãos em 1940, e por Alfredo Marcelino Camacho em 1948, e a demolição para se construir o Hotel Porto Santo.

¹⁹⁴ ABM, Paróquia do Porto Santo, liv. 9031-A, fls. 6-7, 23 de abril de 1899.

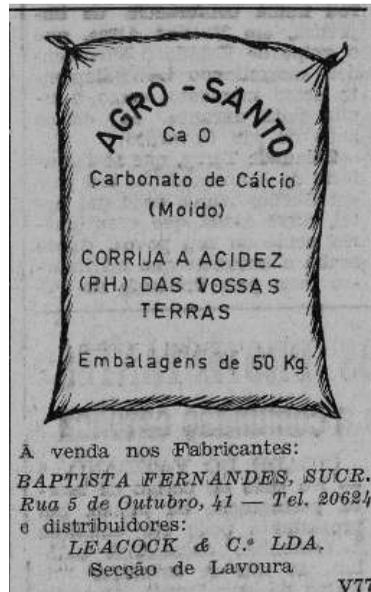
¹⁹⁵ ABM, Registos Notariais, liv. 7015, fls. 37v.º-40, 6 de abril de 1936.

¹⁹⁶ *Diário de Notícias*, 1965-08-30, p. 5: vende-se o moio a 205 escudos no cais regional e 230 escudos no depósito de cal localizado na rua Direita.

¹⁹⁷ *Diário de Notícias*, 1968-08-11, p. 10.

mencionado fertilizante corretivo¹⁹⁸. Deste modo, aumentam-se as remessas deste produto até perfazer cerca de 60 t em 1972, mas depois denota-se um declínio no fabrico. Não obstante, esta empresa manteve-se em atividade até ao final da década de 1980, explorando uma pedreira no sítio da Lapeira de Dentro, no Porto Santo¹⁹⁹.

Imagem n.º 4 – Publicidade na imprensa ao fertilizante corretivo da firma Baptista Fernandes, Sucessores



Fonte: *Diário de Notícias*, 1968-10-07, p. 5.

No que respeita aos empresários que exercem a exportação de calcário e cal por períodos compreendidos entre dois e cinco anos, destaca-se Júlio António Vasconcelos (cal em 1928, 1930 e 1931), João Abel de Freitas²⁰⁰ (cal entre 1928-1930), Sérgio de Ornelas²⁰¹ (calcário e cal em 1928; calcário em 1938), Manuel Maria de Vasconcelos (cal em 1929, 1932 e 1933), José Rufino Gonçalves (cal entre 1930-1932), José Rufino Gonçalves e Manuel Maria de Vasconcelos (cal em 1931, e calcário em 1932), Manuel Tomás Aquino Pita²⁰² (calcário e cal em 1932, e cal em 1933), Eduardo

¹⁹⁸ *Diário de Notícias*, 1957-02-18, p. 2: aponta-se a fundação da empresa em 1741. *Diário de Notícias*, 1968-03-27, p. 6.

¹⁹⁹ PACHECO, 2024, «A Cal no Arquipélago da Madeira nos Séculos XIX-XX», p. 538.

²⁰⁰ ABM, Direção dos Serviços Industriais, Elétricos e de Viação, liv. 2385: processo n.º 123, licencia-se um forno de cal no Campo de Baixo, no Porto Santo. RIBEIRO, 1997, *Porto Santo. Aspectos da sua Economia*, p. 55: refere-se a construção do forno de cal de João Abel de Freitas, em 1923, e a sua destruição para se edificar o Hotel Porto Santo.

²⁰¹ PACHECO, 2024, «A Cal no Arquipélago da Madeira nos Séculos XIX-XX», p. 546: apresenta-se como sócio-gerente da Empresa de Construção Civil, Lda.

²⁰² ABM, Direção dos Serviços Industriais, Elétricos e de Viação, liv. 2385: processo n.º 370, de 18 de

César Ribeiro (cal entre 1936-1938²⁰³), Manuel Freitas Paixão (cal entre 1941-1942), José Vicente Braz (cal em 1943, 1945-1946 e 1950), e Leacock & Companhia, Lda.²⁰⁴ (calcário entre 1967-1968). Atendendo à tonelagem envolvida, o volume anual mais elevado computa-se em cerca de 500 t de cal de José Rufino Gonçalves, mas mais de metade dos embarques anuais dizem respeito a volumes inferiores a 100 t.

Por fim, no que concerne à expedição de produtos calcários num único ano, elenca-se José António Vasconcelos e Pedro José Alencastre (510 t de cal em 1928), Simão António de Vasconcelos & Companhia (144 t de cal em 1928), Marcelino Paulo Vasconcelos (79 t de cal em 1932), Gastão Luís Bernardes (202 t de calcário e 277 t de cal em 1932), Honório Albino da Silva (9 t de cal em 1933), José Pinto Andrade & Filho (50 t de calcário em 1937), José de Castro (2 t de cal em 1940), António Gomes Loja (10 t de cal em 1941), João Albino da Silva²⁰⁵ (12 t de cal em 1941), Alfredo José Pinto (50 t de calcário em 1942), José Antero Alencastre Pestana (213 t de cal em 1944), e Prebel – Sociedade Técnica de Prefabricação e Construção, Lda. (9 t calcário em 1968)²⁰⁶. Assim, considera-se que a generalidade dos valores diminutos não tem fins comerciais, mas admite-se a possibilidade de os fiscais da cal grafarem indistintamente os nomes dos exportadores e das firmas que representam.

Conclusão

A exploração das pedreiras de calcário no concelho do Porto Santo representa uma oportunidade de negócio que atrai o investimento de cerca de meia centena de empresários em nome individual e sociedades comerciais entre 1928 e 1974. A aposta neste setor visa melhorar a situação económica no concelho do Porto Santo, mas a maior parte das empresas e empresários estabelecem-se no principal

março de 1936, licencia-se o fabrico de blocos e artigos em cimento. ABM, Direção dos Serviços Industriais, Elétricos e de Viação, liv. 2386: processo n.º 54, de 12 de agosto de 1941, licencia-se uma serragem de madeiras e fábrica de blocos.

²⁰³ Adquire-se um forno de cal no Campo de Baixo (ABM, Registos Notariais, liv. 7015, fls. 37v.º-40, 6 de abril de 1936).

²⁰⁴ RIBEIRO, 1997, *Porto Santo. Aspectos da sua Economia*, pp. 55-56: afirma-se que se recupera um forno de cal na Calheta, apesar de não se fabricar cal no Porto Santo.

²⁰⁵ ABM, Registos Notariais, liv. 6492, fl. 54v.º, 7 de novembro de 1935: adquire-se um forno de cal no Campo de Baixo a Alfredo Marcelino Camacho, que também representa a sua esposa e a firma Miguel de Freitas Júnior & Companhia. RIBEIRO, 1997, *Porto Santo. Aspectos da sua Economia*, p. 55.

²⁰⁶ *Diário de Notícias*, 1964-03-31, p. 2: constitui-se a 17 de março, tendo por objeto «a exploração de pré-fabricação de elementos de construção e a execução de obras de construção civil por empreitada ou por conta alheia». *Diário de Notícias*, 1966-08-31, pp. 1-2: informa-se que a sede da empresa ocupa uma área de 7000 m², compreendendo 2500 m² de área coberta.

mercado da cal, isto é, no Funchal. Não obstante, as taxas cobradas pela Câmara Municipal do Porto Santo representam uma fatia considerável do seu orçamento, mas também aqui se verifica um decréscimo relacionado com a inflação nas décadas anteriores a 1960, sem se descurar o desenvolvimento de outros setores económicos, particularmente o turismo com a inauguração do aeroporto naquele ano.

A nossa investigação sobre esta atividade enquadra-se no género historiográfico da micro-história, ou estudos de história local, apesar da indisponibilidade de fontes primárias por inexistência de arquivos empresariais. Por este facto, recorre-se à documentação produzida pela Câmara Municipal do Porto Santo, cartórios notariais e imprensa, atualmente em depósito no Arquivo e Biblioteca da Madeira. Os próprios fornos de cal desapareceram com a expansão urbana no Funchal e apenas se conservam em Câmara de Lobos e Calheta e restam vestígios arqueológicos no concelho do Porto Santo.

As pedreiras de calcário, o transporte marítimo, o fabrico e a comercialização de cal e outros derivados relacionam-se com a redução de custos e diversificação do objeto social das empresas. Esta situação parece ser comum às várias empresas que comercializam materiais de construção, à exceção da Sociedade Produtora de Cal e Cimentos, Lda., José Figueira & Companhia e das empresárias Maria Berta Pestana de Andrade e Maria Fernanda Alencastre Ornelas, que apenas fabricam cal no concelho do Porto Santo. Contudo, importa assinalar que os empresários em nome individual também diversificam os produtos fabricados no Porto Santo, oscilando entre calcário, cal e carbonato de cálcio, como são os casos de Alfredo Marcelino Camacho, José Maria Branco Júnior e Luís de Freitas Branco. No que respeita unicamente ao embarque de calcário, assinala-se Joaquim José de Gouveia, Nascimento & Irmão e José Ludgero de Ornelas, com fornos de cal respetivamente em Gaula e Câmara de Lobos.

Considera-se à parte os 23 casos de empresários e sociedades comerciais que expedem produtos calcários por períodos inferiores a um lustro, especialmente de tonelagens baixas, que se atribui a consumo particular. Não obstante, parece evidente a grande diversificação dos investimentos, presente inclusive na participação social e cessão de quotas em firmas concorrentes no fabrico de produtos calcários, como se observa no caso da Empresa dos Cimentos do Porto Santo, Lda. Por outro lado, saliente-se a evidente similitude e possível confusão dos fiscais da cal na grafia dos nomes destes empresários e sociedades comerciais, que se reproduz na íntegra para efeitos de análise na comunicação e neste artigo.

A concorrência de materiais de construção importados e a diminuição do preço de comercialização da cal, na década de 1930, podem justificar os ensaios no

fabrico de cal hidráulica e cimento, e carbonato de cálcio. No entanto, a exploração de nichos de mercado e a propalada maior qualidade da cal do Ilhéu de Baixo não contrariam a tendência de diminuição no número de empresários que investem neste setor, particularmente a partir da década de 1940. Os seus planos de negócios também se alteram em função das conjunturas política e económica. Por exemplo, Alfredo Marcelino Camacho fabrica cal no Porto Santo e tem de deslocar a produção para o Funchal, enquanto José Maria Branco Júnior fabrica cal em Câmara de Lobos e transfere a operação para o Porto Santo. Já as firmas Andrade & Filho e J. Farinha & Companhia, Lda. desistem de fabricar cal no concelho do Porto Santo e concentram as suas produções no Funchal, respetivamente na travessa da Malta e rua do Ribeirinho de Baixo.

A generalidade dos fornos de cal do país enquadra-se na categoria de micro-empresa de gestão familiar, dificultando o investimento em inovação tecnológica. Além disso, qualquer alteração na capacidade instalada depende de autorização do Governo. No caso do arquipélago da Madeira, mais de uma dezena de fabricantes disputam o mercado da cal, apesar de se formar um cartel no Funchal nas primeiras décadas do século XX. Os empresários locais tentam impedir o licenciamento de novos fornos de cal, mas as principais empresas cimenteiras de Portugal também procuram inviabilizar o fabrico de cal hidráulica e cimento no Porto Santo, explorando-se sem sucesso a legislação que regulamenta o condicionamento industrial.

Em termos jurídicos, pode-se classificar a maioria dos expedidores de produtos calcários como empresários em nome individual e as empresas como sociedades em nome coletivo e por quotas. Porém, no caso dos primeiros, o respeito da grafia presente nos registos fiscais da Câmara Municipal do Porto Santo pode induzir em erro, uma vez que de momento não se consegue cruzar esta informação com outras fontes, designadamente de arquivos empresariais. Por isso, chama-se a atenção para a necessidade de se preservar os documentos que constituem a memória das empresas e das famílias que estão na sua origem. Importa igualmente salientar a ausência de uma definição consensual na historiografia sobre a empresa familiar, espelhando a própria inexistência de forma jurídica no quadro legal dos Estados.

A generalidade dos agentes económicos envolvidos neste tráfico comprova a curta existência da empresa familiar, que em muitos casos não ultrapassa o tempo de vida do fundador. Não obstante, existem alguns nomes de família e eventuais relações de parentesco que se podem entender no âmbito da retoma do negócio ou continuação por parte de consortes e herdeiros, embora parte dos casos que se consegue apurar aponte para a alienação ou abandono do negócio da cal, mas

também se comprova a continuação no caso de Maria Berta Pestana de Andrade. Apesar da menor frequência de sociedades em nome coletivo, pode-se inferir que algumas empresas familiares subsistem aos seus fundadores, nomeadamente por aditamento ao nome da firma das expressões “Sucessores” e “Herdeiros”. Noutros casos, a tipologia de firma familiar fica patente em aditamentos como “& Filho” e “& Irmão”. As duas firmas de capital britânico também se enquadram nesta tipologia, embora a família Blandy desista deste tráfico no início da década de 1940, e a firma Leacock & Companhia, Lda. apareça referenciada apenas entre 1967-1968.

A política económica de cariz protecionista, empreendida na Ditadura Militar e sistematizada com o Estado Novo, assenta em taxas alfandegárias, condicionamento industrial e controlo de preços, favorecendo-se a substituição de importações, mas igualmente a multiplicação de pequenas unidades industriais, à exceção dos setores do tabaco, cimento e açúcar. O resultado destas medidas estatais traduz-se em atraso na modernização do tecido empresarial e na própria economia do país, por comparação com as economias mais desenvolvidas, à exceção do terceiro quartel do século XX.

Apesar de se aprovarem taxas sobre os produtos calcários no concelho do Porto Santo em 1927 e 1960, estas décadas correspondem aos períodos de maior tráfico, relacionando-se com os investimentos em infraestruturas essenciais para o comércio e comunicações no arquipélago. Porém, o volume de calcário transportado para a Madeira diminui de forma considerável nos anos 60, em resultado dos custos do extrativismo, e igualmente da concorrência de outros materiais de construção e até de legislação sobre as indústrias poluentes. Constata-se ainda a redução do volume de produtos calcários transportados em cada embarcação, por oposição à maior frequência do tráfico marítimo entre as duas ilhas habitadas em permanência e o Ilhéu de Baixo.

O Funchal constitui o principal mercado da cal, mas abastecem-se outros fornos de cal com o calcário do Porto Santo, designadamente em Santa Cruz, Gaula e Câmara de Lobos. No que respeita à cal fabricada no concelho do Porto Santo, verifica-se que se pode desembarcar este produto em portos onde funcionam postos fiscais, como sejam o Caniçal, Machico, Ponta do Sol e Ponta Delgada. Esta situação decorre da responsabilidade da Alfândega do Funchal em apurar 2% da receita fiscal dos produtos calcários para financiar o hospital da Santa Casa da Misericórdia do Funchal.

Fontes

Arquivo e Biblioteca da Madeira, Alfândega do Funchal: Elementos de Estudo para a Revisão da Tabela de Impostos Municipais, cx. 7064, doc. 13; Postos fiscais da Ponta Delgada, Caniçal, Machico, Funchal e Ponta do Sol, cx. 10584, cap. 4.

Arquivo e Biblioteca da Madeira, Câmara Municipal do Porto Santo: Atas, 1923-1927, liv. 1; 1927-1929, liv. 2; 1929-1931, liv. 3; 1931-1933, liv. 4; 1933-1934, liv. 5; 1934-1939, liv. 6; 1934-1936, liv. 7; 1939-1942, liv. 8; 1946-1950, liv. 9; 1942-1946, liv. 10; 1950-1953, liv. 11; 1953-1957, liv. 12; 1954-1974, liv. 13; 1957-1959, liv. 14; 1959-1962, liv. 15; 1962-1963, liv. 16; 1963-1965, liv. 17; 1965-1967, liv. 18; 1967-1970, liv. 19; Atas das Sessões, 1913-1926, liv. 8; Coutos de Cadernetas Referentes à Exportação de Cal e Pedra Calcária, 1931-1974, cxs. 2028-2031 e cap. 2193; Receita e Despesa, 1926-1930, liv. 136; Registo de Receitas Arrecadas Mensalmente, 1938-1959, livs. 139-147, 272 e 958; Registo Diário da Exportação de Cal e Pedra Calcária, 1928-1963, livs. 246-251; Registo da Conta-Corrente com os Exportadores de Cal e Pedra Calcária, livs. 252-253.

Arquivo e Biblioteca da Madeira, Conservatória do Registo Civil do Funchal: Registo de Nascimento, liv. 4178 (1915); Registos de Casamento, liv. 42 (1925); Registo de Óbitos, liv. 4062 (1982).

Arquivo e Biblioteca da Madeira, Conservatória do Registo Civil do Porto Santo, Registo de Casamentos, liv. 3807 (1923) e liv. 3835 (1951).

Arquivo e Biblioteca da Madeira, Direção dos Serviços Industriais, Elétricos e de Viação, Registo do licenciamento de indústrias poluentes e tóxicas: 1932-1939, liv. 2385, e 1940-1980, liv. 2386.

Arquivo e Biblioteca da Madeira, Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal, Correspondência Trocada com os Serviços Industriais, cx. 3082, pt. 3082-2.

Arquivo e Biblioteca da Madeira, Paróquia de Santa Maria Maior, Registos de casamento, liv. 2139 (1887).

Arquivo e Biblioteca da Madeira, Paróquia do Porto Santo, Registos de casamento, liv. 6321-A (1887), liv. 9027-A (1895) e liv. 9031-A (1899).

Arquivo e Biblioteca da Madeira, Registos Notariais, Funchal, livs. 1499, 2454, 6214, 6215, 6216, 6217, 6218, 6221, 6492, 7738, 7806, 7807, 7812, 7813, 7815 e 8502.

Arquivo e Biblioteca da Madeira, Registos Notariais, Porto Santo, livs. 7015, 7021 e 7024.

Boletim de Minas, 1967, vol. 4-1, Lisboa, Direção-Geral de Minas e Serviços Geológicos.

Diário da Câmara dos Deputados, IV Legislatura, Sessão Legislativa 1, 13.^a Sessão, 25 de junho de 1919.

Diário da República, 2020-04-27, n.º 82/2020, Série I: Decreto Regulamentar Regional n.º 27/2020/M.

Diário de Notícias: 1929-03-24, n.º 16405; 1931-08-18, n.º 17085; 1931-09-04, n.º 17100; 1933-03-19, n.º 17548; 1933-05-21, n.º 17597; 1933-06-18, n.º 17616; 1934-07-22, n.º 17929; 1934-11-04, n.º 18016; 1934-12-08, n.º 18044; 1935-07-07, n.º 18205; 1936-06-05, n.º 18473; 1936-06-24, n.º 18486; 1936-06-26, n.º 18487; 1937-09-10, n.º 18832; 1937-12-08, n.º 18970; 1937-12-25, n.º 18987; 1942-07-19, n.º 20589; 1944-10-22, n.º 21325; 1945-06-22, n.º 21550; 1947-10-12, n.º 22349; 1947-12-21, n.º 22416; 1950-08-17, n.º 23328; 1950-12-25, n.º 24453; 1955-04-23, n.º 25967; 1957-02-18, n.º 26604; 1957-07-14, n.º 26742; 1957-12-19, n.º 26895; 1964-03-31, n.º 29087; 1965-08-30, n.º 29584; 1966-08-31, n.º 29941; 1968-03-27, n.º 30503; 1968-08-11, n.º 30545; 1968-10-07, n.º 30599; 1969-01-19, n.º 30698; 1955-12-10, n.º 26188.

Diário do Governo: 1919-08-25, n.º 169/1919, Série I: Lei n.º 859; 1922-09-02, n.º 181/1922, Série I: Decreto n.º 8364; 1922-09-18, n.º 194/1922, Série I: Decreto n.º 8373; 1927-06-16, n.º 124/1927, Série I: Decreto n.º 13787; 1932-07-26, n.º 173/1932, Série I, Decreto n.º 21515; 1960-04-16, n.º 89/1960, Série I, Decreto-Lei n.º 42925.

Eco do Funchal, 1944-12-14, n.º 308.

Museu de Fotografia da Madeira – Atelier Vicente's, em depósito no Arquivo e Biblioteca da Madeira: Perestrellos Photographos, n.ºs inv. 630 e 5188; Photographia Vicente, n.ºs inv. 13551 e 31385.

TRIGO, Adriano A., TRIGO, Annibal A., 1910, *Roteiro e Guia do Funchal*, Funchal, Typographia Esperança.

Bibliografia

AGUIAR, Álvaro e MARTINS, Manuel M. F., 2005, «A indústria», in LAINS, Pedro e SILVA, Álvaro Ferreira da (coord.), *História Económica de Portugal (1700-2000)*, vol. III, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, pp. 185-226.

AMARAL, Luciano, 2021, «A busca da democracia: 1960-2000», in PINTO, António Costa e MONTEIRO, Nuno Gonçalo (coord.), 2021, *História Económica Contemporânea, Portugal: 1808-2000*, Lisboa, Penguin Random House, pp. 233-269.

- AMARAL, Luciano, 2022, *Economia Portuguesa. As Últimas Décadas*, Lisboa, Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- BARRETO, António e MÓNICA, Maria Filomena (coord.), 1999, *Dicionário de História de Portugal – VII*, Lisboa, Livraria Figueirinhas.
- BARRETO, António e MÓNICA, Maria Filomena (coord.), 1999, *Dicionário de História de Portugal – VIII*, Lisboa, Livraria Figueirinhas.
- BARRETO, António e MÓNICA, Maria Filomena (coord.), 2000, *Dicionário de História de Portugal – XI*, Lisboa, Livraria Figueirinhas.
- BARROS, Maria Bernardete Pestana Andrade Henrique de, 2001, *Dona Guiomar de Sá Vilhena. Uma Mulher do Século XVIII*, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico.
- BASTIEN, Carlos, 2004, «A história empresarial em Portugal: um balanço da conjuntura teórica», in MENDES, José Amado e FILIPE, Alda Mourão (coord.), *Estudos do Século XX. Empresas e Empresários*, n.º 4, Coimbra, CEIS20, pp. 41-58.
- BINNEY, Marcus, 2011, *Os Blandys da Madeira: 1811-2011*, Londres, Francis Lincoln Publishers Ltd.
- BRANCO, Jorge Freitas, 2024, «A Vida Social dos Georrecursos: Extrações e Extrativismo na Ilha do Porto Santo (desde o Século XX)», in *Arquivo Histórico da Madeira*, Nova Série, n.º 6, pp. 763-887.
- BRANCO, Luís Pedro, 2023, «As causas da falência do modelo económico no Porto Santo durante o século XIX», in *Arquivo Histórico da Madeira*, Nova Série, n.º 5, pp. 339-368.
- CABRERA ARMAS, Luis Gabriel, CARNERO LORENZO, Fernando e DÍAS DE LA PAZ, Álvaro, 2001, «El tejido empresarial isleño: 1870-2000. Evolución y características», in CARNERO LORENZO, Fernando e NUEZ YÁNEZ, Juan Sebastián (coord.), *Empresa e Historia en Canarias*, Santa Cruz de Tenerife, Fundación FYDE-CajaCanarias, pp. 20-39.
- CAMPOS, Mónica Martinez de e COSTA, Eva Dias, 2018, «Os critérios para uma definição da empresa familiar», in *Seminário Internacional Roadmap para Empresas Familiares: Mapeamento, Profissionalização e Inovação*, Universidade do Minho, disponível em <http://hdl.handle.net/11328/2349>, consultado em 2024-07-02.
- CARDOSO, José Luís, 2021, «Olhando para dentro: 1930-1960», in PINTO, António Costa e MONTEIRO, Nuno Gonçalo (coord.), 2021, *História Económica Contemporânea, Portugal: 1808-2000*, Lisboa, Penguin Random House, pp. 187-231.

- CHANDLER, Alfred D. e HIKINO, Takashi, 1997, «The large industrial enterprise and the dynamics of modern economic growth», in CHANDLER, Alfred D., AMATORI, Franco e HIKINO, Takashi (eds.), *Big Business and the Wealth of Nations*, Cambridge, Cambridge University Press, pp. 24-57.
- CLODE, Luiz Peter, 1983, *Registo Bio-Bibliográfico de Madeirenses: Sécs. XIX e XX*, Funchal, Caixa Económica do Funchal.
- COLLI, Andrea, 2003, *The History of Family Business, 1850-2000*, Cambridge, Cambridge University Press.
- CONFRARIA, João, 2005, «Política económica», in LAINS, Pedro e SILVA, Álvaro Ferreira da (coord.), *História Económica de Portugal (1700-2000)*, vol. III, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, pp. 397-421.
- CORREIA, Liliana, 2022, «A família Blandy na Madeira: investimentos e estratégias empresariais no século XIX», in *Arquivo Histórico da Madeira, Nova Série*, n.º 4, pp. 183-241.
- FRANCO, Sónia Silva (coord.), 2018, *A História do Diário de Notícias na História da Madeira*, 3 vols., Funchal, Arteleia.
- FREITAS, João Abel de, 2013, *A Madeira na Segunda Guerra Mundial. Economia, Política e Sociedade*, Lisboa, Edições Colibri.
- FREITAS, João Abel de, 2015, *A Madeira nos Tempos de Salazar. A Economia 1926-1974*, Lisboa, Edições Colibri.
- GÁRATE OJANGUREN, M. Montserrat, 2012, «Historia de los empresarios: ¿una Historia Empresarial?», in LUXAN MELÉNDEZ, Santiago de (dir.), *Política, Empresa e Historia en Canarias*, Las Palmas de Gran Canaria, Mapfre Guanasteme, pp. 37-75.
- GARRIDO, Álvaro, 2004, «Henrique Tenreiro: um empresário do sector público-corporativo da economia salazarista?», in MENDES, José Amado e FILIPE, Alda Mourão (coord.), *Estudos do Século XX. Empresas e Empresários*, n.º 4, Coimbra, CEIS20, pp. 297-322.
- GAROUPA, Nuno e ROSSI, Leonor, 2005, «Instituições e quadro legal», in LAINS, Pedro e SILVA, Álvaro Ferreira da (coord.), *História Económica de Portugal (1700-2000)*, vol. III, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, pp. 423-450.
- GOMES, Celso de Sousa Figueiredo e SILVA, João Baptista Pereira, 1997, *Pedra Natural do Arquipélago da Madeira. Importância Social, Cultural e Económica*, Câmara de Lobos, Madeira Rochas – Divulgações Científicas e Culturais.

- GOMES, J. Reis, 2024, *Casos de Tecnologia (Divulgação Científica). À Margem dos Programas Escolares*, coleção “Obra Completa de J. Reis Gomes”, n.º 20, Funchal, Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira, disponível em <https://tinyurl.com/5n8u5n4c>, consultado em 2024-09-12.
- GOUVEIA, Cláudia Faria, 2008, *Phelps: Percursos de uma Família Britânica na Madeira de Oitocentos*, Funchal, Empresa Municipal Funchal 500 Anos.
- JANES, Emanuel, 2009, *José Avelino Pinto (1941-1998): Um Construtor da Madeira Nova*, Funchal, edição do autor.
- JONES, Geoffrey, 1997, «Great Britain: big business, management, and competitiveness in twentieth-century Britain», in CHANDLER, Alfred D., AMATORI, Franco e HIKINO, Takashi (eds.), *Big Business and the Wealth of Nations*, Cambridge, Cambridge University Press, pp. 102-138.
- LIMA, Francisco, 2022, *Empresas em Portugal – 2020*, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística.
- MANZANO CABRERA, Jorge L. e MIRELES BETANCOR, Francisco M., 2021, «Evolución de los hornos de cal a través del tiempo en las ciudades de Canarias», in *Vegueta. Anuario de la Facultad de Geografía e Historia*, n.º 21 (1), pp. 81-103.
- MARQUES, Ana Paula (coord.), 2018, *Empresas Familiares da Região Norte. Mapeamento, Retratos e Testemunhos*, s.l., Gráfica do Diário do Minho, disponível em <https://hdl.handle.net/1822/55802>, consultado em 2024-07-03.
- MARQUES, Ana Paula, 2018, «Diversity and uniqueness of Family business in the North of Portugal», in *European Journal of Interdisciplinary Studies*, vol. 4 (2), pp. 80-90.
- MARQUES, Ana Paula e COUTO, Ana Isabel, 2017, «SMEs and family SMEs: specificities from the Portuguese socio-business», in *European Journal of Economics and Business Studies*, vol. 3 (2), pp. 190-199.
- MATA, Eugénia e VALÉRIO, Nuno, 1994, *História Económica de Portugal. Uma Perspectiva Global*, Lisboa, Editorial Presença.
- MATOS, Artur Teodoro de, MENESES, Avelino de Freitas de e LEITE, José Guilherme Reis (dir.), 2008, *História dos Açores. Do Descobrimento ao Século XX*, vol. II, Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura.
- MENDES, José Amado, 2001, «Arquivos Empresariais: História, Memória e Cultura de Empresa», in *Revista Portuguesa de História. Homenagem a Sérgio Soares*, Tomo XXXV, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra – Instituto de História Económica e Social, pp. 379-388.

- MENDES, José Amado, 2004, «Elite empresarial e história das empresas: em busca de uma imagem de marca, 1924-2003», in MENDES, José Amado e FILIPE, Alda Mourão (coord.), *Estudos do Século XX. Empresas e Empresários*, n.º 4, Coimbra, CEIS20, pp. 17-39.
- MOTA, Nuno, 2016, «Obras públicas na Madeira: prioridades, opções, tendências (1903-1974)», in *Junta Geral do Distrito do Funchal (1836-1976). Administração e História*, vol. 1, Funchal, Secretaria Regional da Economia, Turismo e Cultura, pp. 117-128.
- MUÑOZ CAÑAVATE, António, MONTEIRO, Maria Gracinda Barata, FREITAS, Maria Cristina Vieira de e BORGES, Maria Manuel, 2017, «Os arquivos empresariais em Portugal: do tradicional ao *cloud computing*», in *Perspetivas em Ciência da Informação*, vol. 22 (3), pp. 210-251.
- NEVES, Henrique Costa, 1993, «Aproveitamento de um recurso natural do Porto Santo. A cal e o seu transporte para a Madeira», in *Islenha*, n.º 13, pp. 134-137.
- NEVES, Pedro José Marto, 2007, *Grandes Empresas Industriais de um País Pequeno: Portugal. Da Década de 1880 à 1ª Guerra Mundial*, Tese de Doutoramento em História Económica e Social, Lisboa, Instituto Superior de Economia e Gestão.
- NIEBLER, Angelika / PARLAMENTO EUROPEU, 2015, *Relatório Sobre as Empresas Familiares na Europa*, disponível em <https://tinyurl.com/2fbwdfc9>, consultado em 2024-03-07.
- NORA, Nuno Caetano e MARQUES, Ana Paula, 2021, «Empresas familiares: desafios e dilemas de uma conceptualização», in *XI Congresso Português de Sociologia – Identidades ao Rubro: Diferenças, Pertenças e Populismos num Mundo Efervescente*, Lisboa, disponível em <https://hdl.handle.net/1822/85995>, consultado em 2024-07-02.
- PACHECO, Dinis Gouveia, 2007, *Sociedades e Estratégias Empresariais nos Sectores Agro-Industriais do Vinho e Cana Sacarina (1870-1930)*, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico.
- PACHECO, Dinis Gouveia, 2013, «A cal e a indústria sacarina. As experiências de João Higinio Ferraz na Fábrica do Torreão (1900-1940)», disponível em <http://tinyurl.com/rrsdeju2>, consultado em 2024-06-13.
- PACHECO, Dinis Gouveia, 2020, «A Indústria da Cal no Concelho de São Vicente (Séculos XVII-XX)», in *Arquivo Histórico da Madeira*, Nova Série, n.º 2, pp. 493-542.
- PACHECO, Dinis Gouveia, 2022, «A Exploração de um Recurso Natural do Porto Santo no Século XX», in *Islenha*, n.º 70, Funchal, Direção Regional da Cultura, pp. 74-91.

- PACHECO, Dinis Gouveia, 2024, «A Cal e a Construção no Arquipélago da Madeira nos Séculos XVII-XVIII», in *Arquivo Histórico da Madeira*, Nova Série, n.º 6, pp. 471-499.
- PACHECO, Dinis Gouveia, 2024, «A Cal no Arquipélago da Madeira nos Séculos XIX-XX», in *Arquivo Histórico da Madeira*, Nova Série, n.º 6, pp. 501-590.
- PORDATA, 2023, «Empresas: total e por dimensão», Fundação Francisco Manuel dos Santos, disponível em <https://tinyurl.com/yztvjzxx>, consultado em 2024-07-02.
- RAMOS, Jorge José de Aguiar, 2021, «A estrutura empresarial da Madeira no período pós-adesão à Comunidade Europeia (1988-2008): análises e desempenho», in *Arquivo Histórico da Madeira*, Nova Série, n.º 3, pp. 693-815.
- REIS, Ana Catarina Mateus, 2021, «A preservação do maior arquivo empresarial em Portugal – breve roteiro documental», in SILVA, Álvaro Ferreira da (coord.), *O Arquivo Histórico CUF-Alfredo da Silva. Um Passado com Futuro*, Cascais, Príncipeia, pp. 45-64.
- RIBEIRO, Ana Maria, 1992, «A cal no Porto Santo», in *Xarabanda*, n.º 2, pp. 16-18.
- RIBEIRO, 1994, «A indústria da cal nos Açores. Elementos para o seu estudo», in *Islenha*, n.º 14, pp. 49-60.
- RIBEIRO, João Adriano, 1996, *125 anos de Cerveja na Madeira*, Funchal, Empresa de Cervejas da Madeira.
- RIBEIRO, João Adriano, 1997, *Porto Santo. Aspectos da sua Economia*, Porto Santo, Câmara Municipal.
- RODRIGUES, Elisabete Teixeira Gouveia, 2013, *Os Cossart: Traços de uma Presença Inglesa na Madeira Oitocentista*, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico.
- RODRIGUES, Manuel Ferreira e MENDES, José M. Amado, 1999, *História da Indústria Portuguesa. Da Idade Média aos Nossos Dias*, Mem Martins, Publicações Europa América.
- SARMENTO, Alberto Artur, 1906, *As Selvagens*, Funchal.
- SARMENTO, Alberto Artur, 1930, «Cal e cimento no Porto Santo», in *Diário de Notícias*, 1930-01-12, n.º 16635.
- SCHÖTER, Harm G., 1997, «Small european nations: cooperative capitalism in the twentieth century», in CHANDLER, Alfred D., AMATORI, Franco e HIKINO, Takashi (eds.), *Big Business and the Wealth of Nations*, Cambridge, Cambridge University Press, pp. 176-204.
- SILVA, Álvaro Ferreira da, 2021, «Arquivo, memória e história», in SILVA, Álvaro Ferreira da (coord.), *O Arquivo Histórico CUF-Alfredo da Silva. Um Passado com Futuro*, Cascais, Príncipeia, pp. 11-16.

- SILVA, Álvaro Ferreira da, 2021, «Guerra, Crises e Império: a economia portuguesa entre 1890 e 1930», in PINTO, António Costa e MONTEIRO, Nuno Gonçalo (coord.), *História Económica Contemporânea, Portugal: 1808-2000*, Lisboa, Penguin Random House, pp. 131-184.
- SILVA, P.^e Fernando Augusto da e MENESES, Carlos Azevedo de, 1984, *Elucidário Madeirense. Fac-Símile da Edição de 1946*, 3 vols., Funchal, Secretaria Regional de Turismo e Cultura – Direcção Regional dos Assuntos Culturais.
- SILVA, Joana Judite Gonçalves da, 2024, «O Arquivo Empresarial João de Freitas Martins», in *Arquivo Histórico da Madeira*, Nova Série, n.º 6, pp. 101-120.
- SOUSA, Élvio Duarte Martins e MENEZES, Fátima Filipa de (ed.), 2009, *Inventário do Património Imóvel da Ilha do Porto Santo*, Porto Santo, Câmara Municipal.
- SOUSA, José Luís Ferreira de, 2012, *A Dialéctica da Blandy Brothers & Companhia Limitada na Economia da Madeira (1920-1974)*, Funchal, Tiago Sousa.
- SOUSA, José Luís Ferreira de, 2015, *Henrique Figueira da Silva: o Banqueiro da Madeira*, Funchal, Tiago Filipe de Freitas Sousa.
- TORRES, Jorge, 2003, «Nunca me esqueço o que eu passei...», in *Xarabanda*, n.º 14, pp. 59-64.
- TRINDADE, Cristina (coord.), 2019, *Madeira Empreendedora. 40 Figuras Empreendedoras da Cultura Madeirense*, vol. Zero, Lisboa, Edições Esgotadas.
- USSMAN, Ana Maria, 1996, «As empresas familiares – Características e problemática», in *Estudos de Gestão*, vol. III (1), pp. 19-25.
- VALDALISO, Jesús M., 2004, «El factor empresarial y el desarrollo económico de España en los siglos XIX y XX», in MENDES, José Amado e FILIPE, Alda Mourão (coord.), *Estudos do Século XX. Empresas e Empresários*, n.º 4, Coimbra, CEIS20, pp. 139-174.
- VIEIRA, Alberto (coord. pref. e notas) e SANTOS, Filipe dos (leitura, trans. e notas) 2005, *Açúcar, Melão, Alcool e Aguardente. Notas e Experiências de João Higino Ferraz (1884-1946)*, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico.
- VIEIRA, Alberto (coord. pref. e notas) e SANTOS, Filipe dos (leitura, trans. e notas), 2005, *João Higino Ferraz. Copiadores de Cartas (1898-1937)*, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico.